

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Tramas e Tessituras na Economia Solidária:

**Uma análise da influência das relações de pessoalidade na
interinstitucionalidade da economia solidária**

Autor: Brenno Gomes da Silva Mauro

Brasília, 2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Tramas e Tessituras na Economia Solidária:

**Uma análise da influência das relações de pessoalidade na
interinstitucionalidade da economia solidária**

Autor: Brenno Gomes da Silva Mauro

Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília como
parte dos requisitos para obtenção
do título de mestre.

Brasília, fevereiro de 2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Tramas e Tessituras na Economia Solidária:

**Uma análise da influência das relações de pessoalidade na
interinstitucionalidade da economia solidária**

Autor: Brenno Gomes da Silva Mauro

Orientadora: Doutora Analia Laura Soria Batista (UnB)

Banca: Profa. Dra. Tânia Cristina Alves de Sirqueira (UnB)

Profa Dra. Silvia Cristina Yanoulas (SER/UnB)

Profa. Dra. Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, **a Deus**, pelos mais espetaculares dons: a vida, a fé e a salvação.

Dedico este trabalho à minha mãe, **Cleude Gomes da Silva**, que sempre me apoiou em todas as minhas decisões e como excelente e amada mãe, me ajudou sempre em todas as áreas da minha vida. Não há como retribuir todo esse cuidado, apenas te honrando em tudo que eu fizer.

Agradeço ao meu irmão **Túlio Gomes da Silva Mauro**, psicólogo e mestre em psicologia organizacional, o qual me auxiliou nas construções das estruturas dos textos, e que engrandeceu as minhas reflexões em função das discussões proporcionadas.

À minha irmã, **Larissa Gomes da Silva Mauro**, com a qual tenho aprendido a ser um ser humano cada vez melhor, pois convivemos e compartilhamos momentos bons e momentos difíceis, os quais fazem parte da vida de qualquer pessoa e que também são meios para crescermos como pessoas, e aprendermos a valorizar a vida como um todo: os momentos solidários, afetivos, de humildade e companheirismo, vitais para uma vida humana completa e plena.

Também Agradeço aos meus amigos **Fábio e Patrícia Gonzáles, Cézár e Delma, Ivan Hauer, à minha avó Nadir Gomes da Silva, ao meu pai José de Mauro Filho**, pelo amor, paciência e suporte em momentos difíceis e por acreditarem em mim em momentos que nem eu mesmo acreditei. Sem eles, certamente, não teria alcançado os lugares que tenho alcançado.

Agradeço à minha orientadora **Dra. Analia Soria Batista**, por ter me aceito como seu orientando, pela paciência, persistência, acompanhamento e contribuições reflexivas fundamentais a este estudo, durante o processo de orientação que construímos juntos desde julho de 2007 ao término do curso.

Também sou grato aos professores **Doutores Brasilmar Ferreira Nunes e Christiane Girard**, do Departamento de Sociologia (SOL) os quais, desde a graduação em

Sociologia na Universidade de Brasília – UnB (2002 – 2006), vêm contribuindo para a minha formação, dando apoio e orientações que contribuíram ricamente a trajetória por mim traçada até aqui.

Às Professoras Doutoradas **Silvia Cristina Yannoulas** (Departamento de Serviço Social) e **Tânia Cristina Sirqueira** (SOL), as quais, juntamente com **Chrsitiane Girard**, aceitaram o convite para participação e antecipação da data da minha banca de defesa.

Aos meus colegas de curso, em especial, ao mestre em Sociologia **Pedro Henrique Isaac Silva**, que colaborou decisivamente para a realização da pesquisa de campo. Também ao colega, mestrando **Gilvan Gomes da Silva**, pelo companheirismo, amizade e disponibilidade para discussões e contribuições sobre algumas idéias que estávamos desenvolvendo.

À **Brenda Silva**, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), pelos livros e material emprestados sobre economia solidária. Aos colegas da Ouvidoria do MDS, onde trabalhei durante, praticamente, todo o período que realizei o mestrado, pelo crescimento profissional. Principalmente às minhas chefes: **Manuela Patrício e Rejane Oliveira**, que flexibilizaram o meu horário em momentos decisivos.

Aos Funcionários do Departamento de Sociologia, em especial à **dona Edilva, ao Evaldo e à Márcia Araújo**, os quais também me deram o suporte necessário.

Sou grato a **Jaqueline, José Avelar, Janilson, Assis, Roberto, Fernandes**, membros das cooperativas Reciclo, Cortrap, Superação e Coopativa, os quais se dispuseram à realização das entrevistas e/ou contribuíram de uma forma gratificante e decisiva para a análise da realidade que aqui se propôs estudar.

Agradeço também À **Ana Pinho**, da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP), do MDS, a qual me forneceu ajuda e convites para o enriquecimento da minha pesquisa empírica. E, por fim, ao pessoal da Central de Cooperativas do Distrito Federal – **Centcoop** pela receptividade e disposição em contribuir com informações ao pesquisador.

RESUMO

A pesquisa discute a influência das relações de pessoalidade (amizade, confiança e reciprocidade) na construção das desigualdades ou assimetrias existentes nas relações interinstitucionais estabelecidas entre quatro cooperativas de catadores de materiais recicláveis (enquanto sujeitos da economia solidária) e instituições ou atores dos setores público (Estado, Governos, Bancos Públicos, etc.), privado (Empresas, Indústrias, Firms, etc.) e da sociedade civil organizada, também conhecida como terceiro setor (Ong,s, Organizações Internacionais, etc.) da região do Distrito Federal (Brasil). Procurou-se analisar as raízes históricas e as diversidades de concepções do conceito de economia solidária, orientadas por diferentes correntes teóricas, como as correntes marxista e maussiana. Abordou-se ainda a questão das pontualidades das políticas públicas para o setor, bem como a idéia da fragilidade sócio-econômica da economia solidária: ambas relacionadas à questão da interinstitucionalidade. Na abordagem empírica, utilizou-se a teoria das redes sociais como metodologia, assim como o método qualitativo e a pesquisa de campo para analisar o processo de construção das desigualdades verificadas nas relações interinstitucionais na economia solidária, de acordo com o recorte metodológico realizado. Por meio da pesquisa de campo realizada, constatou-se que a precariedade e informalidade ainda estão presentes na realidade das cooperativas de catadores estudadas. Em termos interinstitucionais, observou-se que aspectos como as diferentes flexibilidades existentes nas relações entre os diferentes atores envolvidos nessa trama (dinâmica sócio-econômica) variavam em função da natureza das esferas sociais das quais tais atores provinham (setores público, privado e terceiro setor). Dessa forma, o grau de influência das relações de pessoalidade nas desigualdades ou assimetrias variou de acordo com a natureza das relações (políticas, econômicas ou filantrópicas) envolvendo as cooperativas estudadas.

Palavras-Chave: economia solidária – cooperativas de catadores – relações interinstitucionais – redes sociais – pessoalidade

ABSTRACT

The research argues the influence of the relations of personality (friendship, confidence and reciprocity) in the construction of the inequalities or asymmetries in the established inter-institutional relations between four cooperatives of workers who collect materials for recycling (*collectors of materials for recycling*) (while participants of the solidary economy) and institutions or Public actors of the sectors public (States, Governments, Banks, etc.), private (Companies, Industries, Firms, etc.) and of the organized civil society, also known as third sector (International Organizations, Non-Governmental Organizations, NOG's, etc.) of the region of Distrito Federal (Brazil). It was looked to analyze the historical roots and the diversities of conceptions of the concept of solidary economy, guided for different theoretical chains, as marxist's and maussiana's chains. The question of the limitations of the public politics for the sector was still approached, as well as the idea of the social and economic fragilities of the solidary economy: both related to the question of the inter-institutionality. In the empirical boarding, it was used theory of the social networks as methodology, as well as the qualitative method and the research of field to analyze the process of construction of the inequalities verified in the inter-institutional relations in the solidary economy, in accordance with the carried through made by methodology approach clipping. By means of the research of carried through field, one evidenced that the precariousness and informality still are gifts in the reality of the studied cooperatives of collectors of materials for recycling. In inter-institutional terms, it was observed that aspects as different existing flexibilities in the relations between the different involved actors in this tram (social and economic dynamic) varied in function of the nature of the social spheres from which such actors came (sectors public, private and third sector). Therefore the degree of influence of the relations of personality in the inequalities or asymmetries in accordance with varied the nature of the relations (politics, economic or relations of philanthropy) involving the studied cooperatives.

Key-Words: solidary economy – collectors of materials for recycling – inter-institutional relations – social networks – personality

Sumário:

Resumo	6
Abstract	7
Índice de Quadros, Tabelas, Figuras e Anexos.....	10
Lista de Siglas	11

Parte I – Introdução

1. Apresentação.....	12
2. Metodologia da Pesquisa	14
3. Justificativas	16
4. Principais Temáticas	20

Parte II – Revisão da Literatura

Capítulo 1. Crise do Trabalho, Sustentabilidade e Economia Solidária	24
1.1. As Influências da Crise no Brasil	29
1.2. Crise e Sustentabilidade	31
1.3. O Novo Cooperativismo como Alternativa à Crise	37
Capítulo 2. Análise Sociológica da Teoria da Economia Solidária	40
2.1. Origens e Definições do Conceito de Economia Solidária	40
2.2. As Correntes Marxista e Maussiana	49
a) A Corrente Marxista	49
b) A Corrente Maussiana	53
c) Concepção de economia solidária do estudo	60
Capítulo 3. A Interinstitucionalidade na Economia Solidária	63
3.1. Como se Apresentam as Fragilidades da Economia Solidária?	64
3.2. A Interinstitucionalidade e as Desigualdades	66
3.3. Políticas Públicas: Construção e Pontualidades	72
3.4. Tipos de Relações Interinstitucionais	79

Capítulo 4. Redes Sociais e Carisma: Influência da Pessoaalidade na Interinstitucionalidade	80
4.1. O Carisma	80
4.2. A Teoria das Redes Sociais e as Relações de Pessoaalidade	84
4.2.1. Redes Sociais Enquanto Metodologia	89
Parte III – Pesquisa Empírica	
Capítulo 5. Procedimentos Metodológicos	91
5.1. Metodologia	91
5.2. Construção da Hipótese	93
5.3. Testes de Campo	94
5.4. Pesquisa de Campo	96
5.4.1. Realização das Entrevistas	97
Capítulo 6. Tramas e Tessituras nas Relações Interinstitucionais	99
6.1. Observações de Campo: Análises Prévias	99
a) Caracterização das Cooperativas Estudadas	99
b) Relações com Temas Afins: População de Rua e Divisão Sexual do Trabalho	102
6.2. Os Processos da Interinstitucionalidade nas Cooperativas Estudadas...106	
a) Cortrap	106
b) Coopativa	109
c) Reciclo	112
d) Superação	115
6.3. As Tramas das Redes Sociais: Categorias de Análise	117
6.3.1. Redes Econômicas: Dádiva Agonística	128
6.3.2. Redes Políticas 1 e 2: Políticas Públicas e Associações	130
6.3.3. Redes Filantrópicas	132
6.4. Coleta Seletiva Solidária: Breve Conceituação	132
Capítulo 7. Conclusões	134
7.1. Agenda de Pesquisa	137
Referências Bibliográficas	139

Índice de Quadros, Tabelas, Figuras e Anexos

Quadros:

Quadro 1: As Socialidades	57
Quadro 2: Trajetória de Apropriação Institucional do Conceito de Economia Solidária	74

Figuras:

Figura 1: Campo da Economia Solidária	67
Figura 2: Tipo de Rede Social	85
Figura 3: : Rede Social Construída a partir da Pesquisa realizada junto à Cortrap.....	119
Figura 4: : Rede Social Construída a partir da Pesquisa realizada junto à Reciclo.....	120
Figura 5: : Rede Social Construída a partir da Pesquisa realizada junto à Coopativa	121
Figura 6: : Rede Social Construída a partir da Pesquisa realizada junto à Superação	122
Figura 7: Rede Econômica	129

Tabela:

Tabela 1: Atores Sociais Identificados nas Redes Sociais	124
--	-----

Anexos:

Anexo 1: Lista de Contatos da Centcoop	150
Anexo 2: Roteiros de Entrevistas	151

Lista de Siglas:

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIXA – Caixa Econômica Federal
CENTCOOP – Central das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do DF
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DF – Distrito Federal
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EUA – Estados Unidos da América
FBB – Fundação Banco do Brasil
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GDF – Governo do Distrito Federal
LER – Lesão por Esforço Repetitivo
MCidades – Ministério das Cidades
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MST – Movimento dos Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OCDF – Organização das Cooperativas do Distrito Federal
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não-Governamental
RMI – Renda Mínima de Inserção
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Micro Empresas
SLU – Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal
UCB – Universidade Católica de Brasília
UnB – Universidade de Brasília
UNISOL – Universidade Solidária
UNITRABALHO – Fundação Unitrabalho

Parte I

INTRODUÇÃO

1. Apresentação

Este é um estudo que aborda a construção de relações interinstitucionais na economia solidária. Trata-se de uma dissertação de mestrado em Sociologia composta de pesquisa teórica e empírica voltada a compreender como são construídas as relações entre atores institucionais no contexto do cooperativismo de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal. Tal dinâmica interinstitucional foi estudada por meio de instrumentos metodológicos, como a teoria das redes sociais e o método qualitativo, sendo a pesquisa de campo realizada em quatro diferentes cooperativas daquela natureza (no Distrito Federal). A pesquisa de campo e a análise bibliográfica se constituíram como os principais mecanismos de coleta de dados aqui utilizados.

A relevância acadêmica deste estudo se baseia na contribuição para o campo de pesquisas da economia solidária por meio da utilização da perspectiva teórica das redes sociais na dinâmica interinstitucional dessa economia, principalmente nos âmbitos metodológicos e de análise dos dados empíricos qualitativos construídos na pesquisa de campo. A relevância política do mesmo está acalada na discussão a respeito de como elementos presentes nas naturezas das relações sociais contribuem com o processo de construção de relações interinstitucionais na economia solidária, e na compreensão de como alguns desses elementos (como a pessoalidade) influenciam o processo de desigualdade ou assimetria presente nessas relações, como vêm demonstrando os estudos mais recentes.

O presente estudo aborda, em suas discussões teóricas, a problemática das limitações e diversidades ideológicas e conceituais que estão presentes nas diferentes definições do conceito de economia solidária. E, enquanto problemática empírica, focaliza as suas análises na questão da construção das relações interinstitucionais existentes na economia solidária, no contexto da chamada cadeia produtiva do lixo ou da reciclagem de materiais descartados na região do Distrito Federal.

Enquanto conceito, de forma sintética e resumida, entende-se a economia solidária como alternativa de geração de renda e trabalho no contexto de desemprego e

crise do trabalho (Senaes, 2005; Lima, 2007; Barbosa, 2007). O conceito é composto por outras noções teóricas como os conceitos de cooperativas, associações populares e empresas de autogestão (gestão coletiva) compostas por trabalhadores em busca da geração de renda e condições menos precárias de trabalho, advindas de contextos de pobreza ou desemprego (Singer, 2002). Esses componentes são também chamados de empreendimentos econômicos solidários (Senaes, 2005).

No que se refere à interinstitucionalidade na economia solidária, ela é aqui compreendida, enquanto noção conceitual, como relações ou interações construídas entre cooperativas ou associações consideradas “solidárias” e órgãos governamentais, empresas ou ONG’s: as chamadas parcerias ou apoios realizados entre os diferentes atores institucionais da economia solidária e atores pertencentes aos chamados setores ou esferas pública, privada e do terceiro setor. Comumente, os estudos que se aportam às parcerias ou apoios no âmbito da economia solidária partem do pressuposto de que tais relações correspondem a instrumentos sociais que corroboram com a idéia do combate à pobreza e precariedade existentes nos cenários onde esses empreendimentos foram constituídos e desenvolvidos, indispensáveis ao desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários.

Enquanto problemática de pesquisa, a interinstitucionalidade está acalçada no fato de que economia solidária vem adquirindo cada vez mais visibilidade nas esferas do Estado, por meio de políticas de governos e construção de políticas públicas, por exemplo, e um tema que tem cada vez mais abordado no âmbito da Academia (por intermédio do desenvolvimento de pesquisas, e pelo trabalho realizado por incubadoras universitárias, etc.), bem como na sociedade civil organizada e em pautas de empresas e organismos internacionais que trabalham com o conceito de responsabilidade social.

Sabe-se que, atualmente, diversos temas são desenvolvidos na problemática da economia solidária. É um campo que se tornou vasto, e portanto, fazem interface com outros grandes assuntos que acabam por também fazer parte da realidade dos indivíduos inseridos na chamada economia solidária. Assim como a questão da interinstitucionalidade, temas como:

- (1.) a relação entre cooperativas de catadores de materiais recicláveis e a população de rua (Pereira, 2008);
- (2.) a questão da divisão sexual do trabalho (Hirata, 2002), ou a questão do gênero na economia solidária e o papel das lideranças femininas nos empreendimentos de economia solidária (Andrade, 2007; Cruz, 2006);

- (3.) teorias sobre a origem da pobreza, desigualdade e exclusão social (Pereira, 2008);
- (4.) a formação do estigma da pobreza e da exclusão nos trabalhadores da economia solidária (principalmente àqueles inseridos na lógica dos catadores de materiais recicláveis ou do lixo) (Silva, 2007; Magera, 2003);
- (5.) a relação familiar existente entre indivíduos inseridos na economia solidária e a relação entre migração rural – urbana (campo – cidade) com a formação de empreendimentos econômicos solidários nas grandes cidades;
- (6.) formação da identidade social em cooperativas econômicas solidárias (Mauro, 2006).

Dentre outros, correspondem a alguns desses temas desenvolvidos por diversos pesquisadores do campo da economia solidária, e que acabam se tornando verdadeiros nichos de pesquisa do campo. Apesar disso, parte dos temas acima é abordada de forma pontual neste estudo. Aparecem, contudo, principalmente na pesquisa empírica, onde elementos como aqueles relacionados acima fazem parte da realidade de alguma das cooperativas estudadas. Podem ser verificados, os dois primeiros, principalmente na Parte III desta dissertação (A Pesquisa), enquanto as teorias citadas e a questão do estigma são pontualmente citados na Parte II (Revisão da Literatura).

2. Metodologia da Pesquisa

O estudo parte da constatação (pressuposto teórico) de que as relações interinstitucionais realizadas no âmbito da economia solidária são desiguais ou assimétricas, como indicam algumas pesquisas desenvolvidas sobre a realidade das relações interinstitucionais da região do Distrito Federal (Mauro, 2006; Streit, 2006; Silva 2007), conforme será explorado no terceiro capítulo desta dissertação.

Desse modo, o **problema de pesquisa** do presente estudo consiste em buscar elementos que contribuam para a compreensão do processo de construção das desigualdades ou assimetrias existentes em tais relações no âmbito da economia solidária. Especificamente, na realidade das relações interinstitucionais que envolvem as cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal e instituições dos setores público, privado e terceiro setor. O que corresponde ao **objeto de estudos** desta pesquisa. O processo de construção do objeto de estudos, assim como das justificativas para a utilização dos instrumentos metodológicos apropriados, será abordado de modo mais aprofundado no capítulo 5.

A **hipótese** do estudo, que vem a responder o problema das desigualdades ou assimetrias das relações interinstitucionais no âmbito daquele segmento da economia solidária é a de que as chamadas relações de personalidade (amizade, confiança, reciprocidade) influenciam as construções desiguais das relações interinstitucionais. O processo de construção da hipótese do estudo, assim como os procedimentos acima, será também abordado no quinto capítulo da dissertação (procedimentos metodológicos).

Nesse sentido, o **objetivo geral** da pesquisa consiste em analisar o processo de construção das relações interinstitucionais referidas, bem como analisar a influência das relações de personalidade (amizade, confiança e reciprocidade) no processo de construção de tais relações.

Para alcançar tal objetivo geral ou principal, foram delineados os seguintes **objetivos específicos**:

- Identificar os diferentes atores envolvidos nessas relações interinstitucionais, assim como os interesses de cada um deles nessa dinâmica;
- Analisar o processo de construção das relações interinstitucionais entre os atores delimitados;
- Perceber elementos subjetivos de personalidade estabelecidos entre líderes de cooperativas e representantes das instituições identificadas, com o objetivo de identificar a existência da personalidade nessas relações;
- Analisar o impacto dessas relações interinstitucionais na dinâmica sócio - econômica das cooperativas;
- Mapear as redes sociais formadas pelo conjunto ou emaranhado dessas relações entre os diferentes atores sociais presentes.

Foi utilizado o **método** qualitativo para a realização da pesquisa empírica. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa de campo, na qual foram utilizadas a entrevista semi-estruturada e a observação simples não-participante (Goodi, 1960) como

instrumentos de coleta dos dados qualitativos¹. No quinto capítulo (Procedimentos Metodológicos) são detalhados os procedimentos adotados para a escolha das cooperativas estudadas, bem como as estratégias utilizadas para se realizar a pesquisa empírica e de campo.

3. Justificativas

Por que Cooperativas de Catadores de Lixo?

Em meio às suas diversificações, em termos de setores produtivos que a economia solidária se apropria (setor têxtil, alimentício, artesanal, agrícola, dentre outros – Senaes, 2005), fez-se a escolha inicial de se analisar a realidade de cooperativas de catadores de lixo do Distrito Federal. Isto é, de focar a análise da economia solidária no setor de reciclagem, ou na chamada cadeia produtiva do lixo (ou resíduos sólidos) do DF.

A região do Distrito Federal foi escolhida como sendo o recorte geográfico onde a pesquisa foi realizada em função de corresponder à região onde o pesquisador reside. O que lhe ofereceu grandes vantagens práticas no que se refere à pesquisa empírica, já que o mesmo dispunha de várias limitações, todas elas abordadas e exploradas no quinto capítulo desta dissertação, denominado “Procedimentos Metodológicos”.

Na preparação das escolhas da pesquisa, os catadores foram concebidos como a expressão mais aproximada do que o imaginário social do pesquisador simbolizou o termo exclusão social: a extrema pobreza presente nas grandes cidades brasileiras. Sabe-se que a sociedade brasileira é uma das mais desiguais do mundo, em termos sociais e econômicos (Medeiros, 2005). De acordo com essa lógica, o pesquisador escolheu o público também em função do estigma da exclusão social que o público referido traz consigo. Tal estigma é reforçado em função da forma de trabalho precária a qual,

¹ O método qualitativo, bem como os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram escolhidos como método e técnica predominantes da pesquisa pois foram aquelas que mostraram serem mais eficientes para responder as demandas da pesquisa, em função da natureza do problema formulado. No capítulo 5 desta dissertação serão explorados de forma mais aprofundada as questões metodológicas pertinentes à presente pesquisa.

normalmente, os catadores executam com o lixo (ou resíduos sólidos) nas grandes cidades.

Os catadores de materiais recicláveis, atualmente, são oficialmente compreendidos no Brasil como uma categoria de trabalho informal de trabalho, cujo código é o 5192, segundo a tabela de Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (www.mtecbo.gov.br). Esta categoria, como referido acima, se insere no conceito de economia solidária por meio das cooperativas ou associações de catadores, formais ou informais, que procuram seguir a atual legislação de cooperativista (lei nº5.764 de dezembro de 1971), de acordo com os critérios legais definidos para uma associação ser considerada, pelo Estado, como uma cooperativa, de fato. Exemplo desses critérios são: número mínimo de cooperados (20), composição de Assembléias Gerais, Conselho Gestor, Conselho Administrativo, etc².

Desse modo, a escolha se pautou pela idéia de uma contribuição acadêmica para a questão social, principalmente àquela que toca a idéia do combate à exclusão social, à pobreza e à desigualdade. Como poderá ser percebido, pode-se dizer que grande parte dos pesquisadores que estudam a economia solidária (e, especificamente, a categoria dos catadores e o setor da reciclagem) escolhe o tema também baseada na premissa da questão social e do combate à pobreza e desigualdades sociais, assim como à exclusão³.

Dois pressupostos, portanto, estão presentes na idéia do estigma da exclusão social intrínseco à categoria dos catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal: o primeiro, diz respeito à existência da pobreza nesta região do país (comumente conhecida como uma região de alto poder aquisitivo, em relação às demais regiões metropolitanas brasileiras – Nunes, 2003). O segundo se refere à idéia das estratégias de

² Vide: www.unisol.comb.br: “No Capítulo IX – Dos Órgãos Sociais, que as cooperativas devem ter Assembléias Gerais, distingue dentre estas as Ordinárias e as Extraordinárias, além do Conselho de Administração ou Diretoria e do Conselho Fiscal.”

³ O tema das cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal também fora abordado pelo pesquisador como tema da sua monografia de final de curso (Mauro, 2006). Na ocasião, foi trabalhado o chamado potencial emancipatório das cooperativas de catadores em relação à superação das condições de pobreza, desigualdades sociais e econômicas e de exclusão social em que os catadores normalmente estão inseridos. Desse modo, trabalhou-se com a comparação entre catadores que trabalhavam de forma autônoma e catadores que se associavam em torno de uma cooperativa, para se analisar os ganhos ou vantagens sócio-econômicas entre os dois tipos de grupos.

sobrevivência adotadas por alguns grupos pobres da região: a catação de resíduos sólidos como atividade realizada para geração de renda.

A respeito do primeiro pressuposto, o contexto da pesquisa, Distrito Federal, região em que se localiza a capital do país – Brasília, assim como em toda grande capital do Brasil, tem reproduzido os mecanismos de pobreza e desigualdades sociais características da sociedade brasileira (Nunes, 2003). Nesse cenário de reprodução das desigualdades urbanas brasileiras tem-se desenvolvido cooperativas e associações (como as cooperativas de catadores) como mecanismos e estratégias de sobrevivência por parte das pessoas que se encontram em tal contexto inseridas.

Já em relação ao segundo, o lixo, nesse contexto, por ser um material desprezado pela sociedade, historicamente, se tornou um elemento estigmatizante. Por si só, a idéia que o termo “lixo” traz no senso comum é algo que se assemelha a adjetivos como desprezível, impuro (conforme disserta Silva, 2005; em sua monografia de final de curso de graduação em sociologia), sem valor, descartável, sem utilidade. O estigma do lixo (ou dos resíduos sólidos) acaba sendo transferido para os indivíduos que fazem dele suas matérias-primas de trabalho. Principalmente, para os indivíduos que, em função do desenvolvimento urbano do capitalismo, trabalham com tal material e fazem dele um elemento de geração de renda, fundamentalmente nos países mais desiguais em termos sócio-econômicos, como o Brasil. Apenas recentemente, com a deflagração da chamada questão ambiental, o lixo (ou resíduos sólidos) ganhou importância moral, social e econômica nas sociedades capitalistas contemporâneas. A reciclagem dos resíduos sólidos ganhou importância política e social, de modo a ser valorizada também no âmbito econômico, por meio de empresas que fabricam os seus produtos. Como poderá ser percebida no primeiro capítulo deste estudo, a questão ambiental tem impulsionado a criação de leis e normas que vão de encontro à idéia da sustentabilidade. Estando a reciclagem inserida no conceito da sustentabilidade, tornou-se ainda mais demandada por parte de empresas e indústrias. Isto é, pelo mercado, em geral. Contudo, a adequação de leis, dos costumes, da moralidade e do mercado à questão ambiental está mais desenvolvida nos países mais ricos, principalmente Japão, EUA, Inglaterra, França, Alemanha, dentre outros.

No Brasil, apesar de haver, atualmente, uma legislação ambiental relativamente avançada, ainda não tem se adaptado em termos de costumes, de fiscalização e de mercado de forma tão acentuada quanto nos países citados acima. Um dos argumentos da não adaptação do mercado trazidos por autores como Miller (2005), é o de que o

chamado “mercado verde” (isto é, adaptado à questão ambiental e da sustentabilidade) é mais caro do que o tradicional. No Brasil, além da não adaptação do mercado, em si, há uma certa desvalorização e desinteresse público com a questão da reciclagem, conforme apontam alguns estudos (Magera, 2003; Silva, 2007): a não adequação de aterros e lixões corrobora com o argumento da despreocupação do poder público brasileiro com a questão ambiental, isto é, com o cumprimento da legislação ambiental.

Em contrapartida, vários outros estudos têm se dedicado a demonstrar, comparativamente (tanto a nível nacional quanto internacional), o potencial econômico e ambiental da reciclagem no chamado “mercado verde”.

Em função desta valorização econômica, e, em decorrência do desinteresse público com os resíduos sólidos, alguns grupos situados na camada pobre e excluída da população acaba por se apropriar desse material como uma forma de adquirir renda no ainda incipiente mercado da reciclagem brasileiro. Daí surge a figura do catador (Mauro, 2006; Silva, 2007; Rodriguez, 2002): indivíduo que pauta a sua sobrevivência material no valor econômico atribuído e adquirido pelos materiais descartados, encontrados nos lixos das grandes cidades, comumente encontrados nas cidades brasileiras (e desvalorizados pelo poder público), como também em cidades africanas e da América Latina (Rodriguez, 2002).

Para o presente pesquisador, além do estigma da exclusão social, o setor dos materiais recicláveis na economia solidária também chama atenção pelo aspecto institucional, uma vez que, normalmente, agrega dois conceitos em sua dinâmica, conforme mostram os estudos recentes: os conceitos da responsabilidade ambiental e da responsabilidade social. Por meio das noções de responsabilidade ambiental e responsabilidade social, a realidade dos catadores e das cooperativas de catadores de materiais recicláveis acaba se inserindo gradativamente em contextos interinstitucionais, políticos, governamentais, e econômico-empresariais: políticas públicas, apoios de ONG's, Universidades, governos, instituições privadas, empresas e organizações internacionais.

Desse modo, as cooperativas de catadores de materiais recicláveis se encontram inseridos nesse contexto de pobreza, estigma, exclusão social – trazidos pelo lixo; por um lado. E, por outro, num cenário de potencialidades econômicas, organizacionais e interinstitucionais a serem exploradas.

A idéia que está por trás do título da dissertação está associada à questão de como o pesquisador problematiza a questão da interinstitucionalidade. De acordo com

alguns estudos, a economia solidária funciona no sentido de “evitar que a degradação do tecido social aumente” (Nunes, 2004: 211, apud Silva, 2007: 53). Termos como “tecido social”, “nó”, e a própria “rede”, se referem à idéia de costuras, trabalhos, articulação, construção de vínculos sociais. Sociologicamente, termos como esses fazem alusão à idéia de indivíduos construírem vínculos sociais entre si, articularem relações, tecerem estrategicamente sistemas de reciprocidades.

É o próprio investimento em relações sociais, no processo de construção do vínculo social entre os indivíduos: a influência exercida pela habilidade interpessoal de tecer relações (internas e externas), entre atores ou indivíduos, que beneficiem seu o próprio grupo social (a um nível interinstitucional), beneficiando-se, assim, o próprio indivíduo. Essa idéia é o cerne da teoria das “redes sociais” e dos interesses nelas presentes. O título “tramas e tessituras”, portanto, faz alusão a essa percepção da economia solidária: um fenômeno social que tem encontrado na dinâmica de interações interinstitucionais um campo para a exploração empírica das relações de personalidade (tessituras) e sua influência nas relações de interinstitucionalidades, onde há disputas, cooperações interinstitucionais, conflitos, amizades, interesses, confianças, favorecimentos, desfavorecimentos, brigas, negociações (tramas).

4. Principais Temáticas Desenvolvidas

O estudo está dividido em, basicamente, três partes: Introdução (Parte I), Revisão de Literatura (Parte II) e Pesquisa Empírica (Parte III).

O capítulo Introdutório é composto pela Apresentação, Justificativas e Estrutura do Estudo (tópico 1), apresentação do Problema, Metodologia e Objetivos (tópico 2) e pelo resumo dos temas abordados ao longo da dissertação, em cada capítulo, o que corresponde a este terceiro tópico (Principais Temáticas). A Revisão da Literatura, é composta pelos capítulos de 1 a 4. Já a terceira e derradeira parte – A Pesquisa, é formada pelos capítulos de 6 a 8.

Nesta **Introdução**, buscou-se abordar os elementos fundamentais do trabalho: as noções teóricas mais básicas, os contextos sociais utilizados como pano de fundo para o desenvolvimento do estudo, as justificativas, as trajetórias e influências do pesquisador, os objetivos (geral e específicos), a hipótese, os principais problemas e perguntas de pesquisa, além dos temas abordados ao longo da discussão teórica, como também, de

forma resumida, os principais elementos que compuseram os procedimentos metodológicos da pesquisa de campo e conclusões obtidas no trabalho.

Na Parte II (Revisão da Literatura), são trabalhadas as questões teóricas e conceituais, bem como são respondidas algumas indagações feitas pelo pesquisador durante a sua trajetória de contato com o tema de pesquisa. No **primeiro capítulo** – A Crise do Trabalho, as Questões Sócio-Ambientais e o Novo Cooperativismo – faz-se uma análise contextual do pensamento sobre a economia solidária enquanto conceito e formulação teórica. São abordados, naquele capítulo, temas afins, como a associação entre crise do trabalho e economia solidária: o contexto do surgimento do termo Crise do Trabalho, das chamadas Responsabilidades Sócio-Ambientais e da Questão Ambiental, assim como da noção conceitual de economia solidária.

O **segundo capítulo** – Análise Sociológica da Teoria da Economia Solidária – trata das origens e diferentes concepções do conceito de economia solidária, assim como das diferenciações que o conceito foi adquirindo em relação ao conceito original, tal qual ocorreu no Brasil, durante a sua difusão e reconceitualização nos meios acadêmicos, principalmente, e político. Neste capítulo se responde a uma das principais indagações teóricas do pesquisador: as influências ideológicas predominantes nos conceitos mais difundidos de economia solidária no Brasil. Nesse sentido, é realizada uma análise das principais correntes paradigmáticas e concepções conceituais presentes nos estudos de economia solidária. Esta análise tem o objetivo de desconstruir uma idéia predominante, no Brasil (como poderá ser visto), de que a economia solidária se trata de uma experiência de cunho socialista. Para contrapor essa idéia, foram abordadas diferentes concepções da economia solidária, as quais estão classificadas, de um modo geral, entre as aqui denominadas corrente marxista e corrente maussiana.

Outra indagação teórica presente na Revisão de Literatura da dissertação se refere diretamente ao problema da pesquisa. Corresponde à problematização das questões presentes no Estado da Arte da literatura e que refletem os interesses de pesquisa. Corresponde ao **terceiro capítulo** desta dissertação – Interinstitucionalidades na Economia Solidária – onde são abordadas questões como a das fragilidades sócio-econômicas as relações interinstitucionais da economia solidária: as desigualdades ou assimetrias sócio-econômicas e interinstitucionais entre empreendimentos econômicos solidários, a precariedade do trabalho na economia solidária, o contexto de pobreza, as fragilidades econômicas (de comercialização e produção), as parcerias ou apoios institucionais, interesses institucionais, conflitos de interesses, etc.

Após tais problematizações, abordam-se as questões que fundamentam teoricamente a hipótese do trabalho, e que conduzem aos procedimentos metodológicos da pesquisa empírica. Tais questões estão presentes no **quarto capítulo** – Redes Sociais e Carisma: Influência da Pessoalidade na Interinstitucionalidade. As questões referidas correspondem à relação entre a personalidade e as assimetrias das relações interinstitucionais e a abordagem da perspectiva das Redes Sociais. Buscaram-se, desta forma, nesta última parte da revisão da literatura, elementos que refletissem a influência da personalidade nas relações interinstitucionais das cooperativas solidárias e das relações internas dessas entre os indivíduos que as compõem, como a idéia da influência do carisma dos líderes de empreendimentos como aqueles nas relações citadas, abordada em alguns estudos. Além disso, finalizando a revisão da literatura, abordou-se a teoria das redes sociais no sentido de fundamentar a hipótese do estudo, ao se ater à proposta do impacto das relações de personalidade na dinâmica das relações entre atores institucionais. Além de ter

Na terceira parte da pesquisa, segue-se para a enumeração dos procedimentos metodológicos e análise empírica dos dados obtidos na pesquisa de campo. No **quinto capítulo** – Procedimentos Metodológicos – estão detalhadas as etapas da pesquisa empírica desenvolvida nas cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal. Nesse sentido, explicita-se, dentre outros, os critérios de seleção das cooperativas estudadas, as justificativas para utilização do método qualitativo, as estratégias de pesquisa de campo utilizadas e a forma como foi aplicada a teoria das redes sociais na análise das interinstitucionalidades verificadas na pesquisa empírica.

No **sexto capítulo** - As Tramas e Tessituras nas Relações Interinstitucionais: A Análise dos Resultados da Pesquisa – realizou-se a análise dos resultados obtidos a partir da pesquisa de campo segundo propostas metodológicas da teoria das redes sociais. Foram utilizadas as seguintes categorias análise, de acordo com a metodologia das redes sociais: redes políticas, redes econômicas e redes filantrópicas; por meio das quais foi possível se analisar em que medida as relações de personalidade influenciou o processo de construção das relações interinstitucionais entre as cooperativas estudadas e os atores do setor público, privado e terceiro setor. Do mesmo modo, foi possível se observar as diferenças de formação dos vínculos e de variabilidade do grau de flexibilidade daquelas relações segundo a natureza das relações.

Analisou-se, assim, aspectos como as diferentes flexibilidades presentes nas relações entre os diversos atores, e a relação dessas diferenças segundo a natureza de tais vínculos. Como, por exemplo, as peculiaridades dos vínculos envolvendo atores das esferas públicas e cooperativas, ou do terceiro setor, assim como do setor privado. Nesse sentido, procurou-se classificar as diferentes relações segundo a natureza dos vínculos interinstitucionais, tal qual as Redes Políticas, as Redes Filantrópicas e as Redes Econômicas.

Por fim, no **sétimo capítulo** – Conclusões – expressam-se algumas das constatações adquiridas a partir das análises realizadas. Os resultados demonstram que o grau de influência exercida pela personalidade varia de acordo com a natureza das redes sociais, isto é, das relações interinstitucionais construídas com os atores segundo a natureza da esfera ou setor que os mesmos advêm.

Também, no último capítulo, é apresentada uma Agenda de Pesquisas, a qual sugere a pesquisadores do campo alguns temas específicos tangenciados no presente estudo, mas que podem ser desenvolvidos em pesquisas futuras, assim como alguns aspectos metodológicos da teoria das redes sociais e alguns conceitos a serem abordados e desenvolvidos.

Parte II - Revisão da Literatura

Capítulo 1. Crise do Trabalho, Sustentabilidade e Economia Solidária

O principal objetivo deste capítulo é abordar o contexto da economia solidária, enquanto questão emergente nas alternativas desenvolvidas referentes a diferentes formas de geração de trabalho e renda no cenário de crise do trabalho (desemprego, pobreza e precariedade). Como poderá ser percebida ao longo do capítulo, a ascensão do conceito de economia solidária nos últimos anos no Brasil e em outros países latino-americanos, europeus, africanos e até mesmo alguns asiáticos, como a Índia, por exemplo, está associada à ascensão da noção de “crise do trabalho”, cada vez mais trabalhada em estudos acadêmicos desenvolvidos com a temática conhecida como sociologia do trabalho. Associada à questão do combate ao desemprego, alguns segmentos da economia solidária acabam se apropriando de uma questão que também vem ganhando cada vez mais espaços nos meios acadêmicos, políticos e econômicos: as questões ambientais e da sustentabilidade, as quais suscitam um tema que a economia solidária acaba se aproximando em termos interinstitucionais e político-ideológicos: a saber, a questão da responsabilidade ambiental das empresas.

“A explosão do desemprego e as distintas modalidades de precarização do trabalho”, como diz o título do artigo de Antunes (2007), são conseqüências macrossociais das reestruturações do capitalismo, e mudanças e flexibilizações da categoria trabalho. Como será observado, o contexto do aumento do desemprego propiciou o aumento de alternativas de geração de renda como cooperativas ou associações consideradas solidárias.

As reestruturações do capitalismo, que vêm ocorrendo desde a década de 1970, segundo de Antunes (2007), podem ser visualizadas nos dias de hoje por meio de várias características implantadas nos mais diversos setores da economia brasileira. O desenvolvimento de matrizes tecnológicas nos setores bancários, automotivos, *call centers*, calçadistas, por exemplo (Antunes, 2007), como também as flexibilizações das leis trabalhistas, terceirizações, diminuição do vínculo empregatício – por exemplo, com a implantação cada vez mais comum de trabalhos temporários, transformações de empresas terceirizadas em cooperativas de trabalhadores com o formato de empresas (o que faz com que, legalmente, seja possível subtrair direitos trabalhistas). Além das

mudanças organizacionais mais recentes da dinâmica econômica do capitalismo, como as relações interfirmas (Antunes, 2007 e Powell, 1998), o informacionalismo (Antunes, 2007 e Castells, 2001) e suas conseqüentes alterações nas relações tempo-espço das interações sócio-econômicas, são algumas dessas novas características que têm marcado as relações do capital com o trabalho, na sociedade brasileira e também nos países capitalistas, de um modo geral.

Vários dos sujeitos envolvidos no processo produtivo, com as transformações e reestruturações, passaram a situarem-se fora do chamado mercado de trabalho formal no Brasil (em função da diminuição de postos de trabalho – Pochmann, 2007; Barbosa, 2007) ou passaram a ter condições mais precárias de trabalho (como maior risco de demissão em função do aumento excessivo do controle nos ambientes de trabalho, diminuição do salário real, baixos salários ofertados e perdas de algumas garantias sociais). A crise do trabalho, como é chamada a conseqüência no mundo do trabalho dessas reestruturações, ainda não pode ser analisada como algo conclusivo, segundo alguns autores. Pois, apesar de já haver provocado alterações significativas no capitalismo recente, ainda não é possível se obter uma visão conclusiva “da configuração que vem se instalando” (Antunes, 2007).

Além da mudança na categoria trabalho nas últimas décadas (estabilidade x instabilidade), e na relação capital – trabalho (flexibilizações e diversas formas de contratos temporários), a crise propiciou, segundo Barbosa, (2007), a criação de novas formas de trabalho e mudança na cultura do trabalho, nos países capitalistas. Uma dessas transformações na cultura do trabalho, por parte do Estado, é a chamada perspectiva voluntarista do trabalho (Barbosa, 2007), e empreendedorismo – incentivado pelas políticas públicas entre as décadas de 1990 e 2000 (Barbosa, 2007), além do desenvolvimento do chamado mercado informal.

Há uma reviravolta nas políticas públicas voltadas ao emprego, intensificando e cristalizando ainda mais a idéia de iniciativas empreendedoras dos indivíduos para se conseguir emprego. Isto é, uma mudança da concepção e individualização da idéia de se auto-empregar, diminuindo a responsabilização do Estado no que tange ao seu papel provedor (que desempenhava nas décadas anteriores).

“A exposição de novas experiências sociais no campo da organização produtiva e da reprodução social – associada à diminuição e acordos que significassem amarras à

valorização do capital – expressa a maior flexibilização dos processos sociais concernentes ao trabalho, ao consumo, à produção e à regulamentação pública, associada ao avanço das inovações tecnológicas e microeletrônicas. Em termos mundiais, esse processo penalizou o trabalho, diminuindo ou extinguindo conquistas sociais de controle público sobre o seu uso. Além disso, levou a uma redução dos próprios postos de trabalho, em decorrência da modernização tecnológica com restrição ao trabalho vivo” (Barbosa, 2007:).

O caráter da crise, portanto, para alguns autores, possui a significância de permanência e irreversibilidade, uma vez que a diminuição dos postos de trabalho em função do desenvolvimento e ampliação da matriz tecnológica no processo produtivo parece ser um caminho sem volta ao que tange o desenvolvimento da escala do trabalho e do capital e da sua participação substancial na dinâmica cotidiana laboral⁴. Vários debates giram em torno dessa mudança de significação do trabalho frente às transformações mais recentes do capitalismo.

Alguns autores como Offe, Gorz e Kurz, especulam acerca do fim da centralidade da categoria trabalho para se entender a sociabilidade humana (Barbosa, 2007). Como já indagou Antunes (1995), por sua vez, outras vertentes especularam acerca da idéia do fim do trabalho, fazendo menção à perda da centralidade da categoria trabalho para se entender as relações humanas. No entanto, o próprio Antunes (1999), em outras ocasiões já refutou tais argumentos, fazendo menção à centralidade do trabalho na organização da sociedade, da economia capitalista, bem como na centralidade de várias questões sociais que atualmente fazem parte da pauta de agendas políticas nacionais e internacionais por diversos governos ou órgãos, como as Organizações da Nações Unidas – ONU: questões tais como a pobreza e as desigualdades sociais.

⁴ É o caso, por exemplo, do avanço da comunicação por intermédio da difusão da internet e das redes de computadores, chamado por autores como Castells (2001) ou Antunes (2006) de informacionalismo ou era da informatização. Da mesma forma, de acordo com esses autores, seguindo a lógica dos desenvolvimentos abarcados pelas matrizes tecnológicas implantadas nos diversos setores produtivos, não existe mais volta na comunicação, em função da internet. Também não existe mais retorno quanto a essas implicações no mundo do trabalho, segundo Castells (2001).

Outras contradições do capitalismo são postas por Cattani (2008) e Anutnes (2006). Tais autores possuem, de certa forma, uma concepção semelhante acerca do estágio atual alcançado pelo capitalismo e suas capacidades produtivas e reestruturativas. Apesar de não haver precedentes ao que se refere à produção de bens, capacidade produtiva de riquezas, possibilidades infinitas trazidas pela tecnociência de produção material, as profundas inovações tecnológicas e organizacionais na história da humanidade, tais configurações “reproduzem condições similares às existentes no pré-capitalismo” (Cattani, 2008:8).

Como sugere Barbosa (2007) em seu livro adaptado de sua tese de doutorado, o paradigma do Estado do bem estar social fora perdendo espaço para o paradigma neoliberal, cujos representantes colocavam em xeque a capacidade do *Welfare State* de superar a crise vigente naquela época. A crise do *Welfare State* na Europa e nos Estados Unidos da América, também ocasionada pela crise econômica internacional ocorrida na década de 1970 (período em que ocorreu a chamada crise internacional do petróleo), teve como consequência a derrota do paradigma da participação do Estado na garantia do chamado “pleno emprego” e também na proteção social de trabalhadores atingidos pelo desemprego (por meio de políticas que garantiam acesso à renda a trabalhadores que estivessem fora do mercado – como o RMI⁵ francês, por exemplo).

As lutas no campo ideológico entre os paradigmas que sustentavam o Estado provedor (*Welfare State*) – principalmente europeu e norte-americano – e aqueles que sustentavam a idéia de Estado – Mínimo (neoliberalismo) voltavam a ganhar intensidade, durante a década de 1970, pois o modelo de Estado provedor, até o momento, predominava entre países da Europa e nos Estados Unidos (Barbosa, 2007). A tese neoliberalista ganhou força, quando representantes dessa corrente de pensamento colocaram em xeque a capacidade do modelo de Bem – Estar Social em impedir e superar a crise.

Os debates acerca de como o capitalismo voltaria a crescer economicamente nos países considerados centrais adentraram à esfera política. Sendo que muitas das decisões políticas tomadas àquela época, em termos de paradigmas econômicos necessários para se voltar que a economia internacional, como um todo, voltasse a crescer, influenciou muitas das configurações do capitalismo atual, caracterizado pelos autores acima. Uma dessas influências políticas foi a diminuição da proteção do Estado, de bem estar social,

⁵ Renda Mínima de Inserção (Paugam, 1998).

o que futuramente facilitou as flexibilizações das leis trabalhistas ocorridas inclusive no Brasil durante a década de 1990 (Barbosa, 2007).

“O decréscimo da taxa de lucro e os conseqüentes índices de desemprego, inflação e queda do poder de compra dos trabalhadores nos anos 1970 demonstram a diminuição da capacidade de manter essa estratégia expansionista em bases econômicas rentáveis sob o consentimento político – ideológico” (Barbosa, 2007:37).

Durante as décadas de 1980 e 1990 as idéias de reforma do Estado, reestruturação e reorganização da economia e do mundo do trabalho são argumentos centrais do paradigma neoliberal para superação da crise e retomada da elevação das taxas de lucro e do aumento dos postos de trabalho e taxas de emprego (ibidem). As reformas propostas pelo modelo neoliberal previam a reorganização do capital a nível global por intermédio de investimentos internacionais em setores econômicos e áreas estratégicas, além de uma reforma do Estado – ao que tange ao papel que esse deveria ocupar junto à economia e à sociedade, o que incluía a chamada “desregulamentação dos direitos sociais” (idem), como a legitimação de formas de trabalho que propiciaram a maior exploração legal da força de trabalho, como as terceirizações, contratos temporários, diminuição dos vínculos empregatícios, contratos não regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), etc.

Com a adesão dos países mais ricos ao modelo neoliberal, durante a década de 1980, e a sua hegemonia internacional na política dos principais países europeus no cenário econômico mundial, a pressão internacional pela adesão a essa forma de condução das políticas públicas advindas do Estado se dava por meio dos chamados países centrais, como os EUA e alguns europeus, junto aos chamados países chamados de periféricos. (Barbosa, 2007)⁶.

Nesse sentido, de acordo com a pressão externa / internacional, o neoliberalismo influenciou reformas do Estado em diversos países considerados periféricos. A mudança

⁶ Segundo Barbosa (2007), estudos como os de Mézáros (2002 apud Barbosa, 2007: 38) já demonstravam que o poderio militar exercia influencia decisiva na coação à adesão de Estados e Governos a uma estrutura de poder internacional. Tal estrutura fazia com que as políticas nacionais de países periféricos subalternos redirecionassem suas metas públicas de investimentos orçamentários de acordo com orientações que advinham de interesses do capital internacional.

das políticas públicas do Estado brasileiro, nesse contexto, voltadas às políticas de geração de renda e emprego, passam a valorizar cada vez mais a idéia de “capacitações”, “empreendedorismo” e “pequenos negócios” (Krein, 2003; Moretto, 2003; apud Barbosa, 2007:28), principalmente durante a década entre 1990 e 2000. O que sucitava à idéia de voluntarismo e auto-emprego, em “narrativas de exaltação da liberdade e da independência do trabalho por conta própria ou como pequeno empregador” (ibidem). Pode-se afirmar, pois, que a cultura individualizante da superação da crise do trabalho está calcada no paradigma neoliberal, divulgado por meio do aparelho público do Estado, mediante a adoção das recomendações de investimentos (idem:p.28).

1.1. As influências da Crise no Brasil

Indagam-se, no entanto, algumas questões que serão úteis para a reflexão da realidade da sociedade brasileira, a qual se pretende focalizar na presente análise.

- A primeira questão diz respeito ao modelo de Estado de bem – estar social, cuja premissa da crise do trabalho se instaura nela: o Estado brasileiro garantia o pleno emprego ou a proteção social a trabalhadores fora do mercado de trabalho, à época do apogeu e da crise do *Welfare State* europeu e norte-americano?

- Caso a resposta seja negativa (e de fato o é), parte-se para a segunda questão: a sociedade brasileira está inserida numa crise constante do trabalho, de acordo com a noção conceitual trabalhada pelos autores que discutem-na baseada no desmantelamento do chamado Estado de bem-estar social?

Pode-se afirmar que a primeira questão, em relação à realidade da crise do trabalho no Brasil, não é completamente verdadeira, pois o modelo de Estado do bem – estar social nunca esteve presente no país, como ocorreu nos EUA ou na Europa, no mesmo período. Principalmente ao que se refere à idéia do pleno emprego, pois o capitalismo brasileiro possui a característica histórica de convivência com o desemprego e sub-emprego (variáveis em determinados momentos históricos), como pode-se perceber em trabalhos como o de Pochman (2007). Também a sociedade brasileira não experimentou um modelo de proteção social como aquele experimentado nos países

centrais que implantaram o Estado do bem estar social. Principalmente durante o mesmo período. No mesmo período, o Brasil vivenciava um período de Estado militarizado politicamente: apesar de haver um certo período de crescimento econômico (“o milagre econômico”) e uma forte presença do Estado em setores públicos, como educação e saúde, não haviam políticas sociais nos moldes do Estado de bem – estar social, e, também, a sociedade convivia com a pobreza e marginalidade, principalmente nas grandes cidades e no meio rural (Singer, 1970).

A segunda questão, entretanto, é verificável na realidade da sociedade brasileira contemporânea: as flexibilizações das leis trabalhistas advindas pelas transformações do capitalismo são observáveis na sociedade brasileira, por meio dos estudos mais recentes dos autores anteriormente citados. Além disso, o aumento do desemprego (Pochman, 2007), o crescimento da chamada economia informal (Pochman, 2007 e Barbosa, 2007) e a observância da diminuição da participação do Estado, em termos de investimentos no setor público são elementos que configuram a crise do trabalho no Brasil.

Uma vez que se tem o aumento da precarização legítima do trabalho e a continuidade do aumento das taxas de desemprego, como verificado em análises de Pochman (2007), passa-se novamente a se questionar o modelo predominante: no caso específico, o próprio neoliberalismo. Em virtude da continuidade do crescimento do desemprego no Brasil, durante a década de 1990 (Pochman, 2007), associa-se esse contexto àquele em que o Brasil, conforme indagou-se anteriormente, sempre conviveu com a pobreza e a desigualdade, desemprego e sub-emprego. Apesar dos moldes neoliberais. De acordo com Barbosa (2007), o desemprego, em todo o mundo, começa ascender desde os anos 1980, chegando em 2003 ao número de 185 milhões de trabalhadores desempregados, segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT. A crise internacional do trabalho evidencia que “as medidas tomadas (ao longo dessas últimas quatro décadas) para combater o desemprego não vem sendo capazes de superar a recessão e de subverter essa tendência a menos e piores empregos” (Barbosa, 2007: 41). As características do mundo do trabalho, contudo, são alteradas nos últimos anos, ao serem incorporados elementos que apenas vão evidenciar ainda mais a idéia da crise. Por exemplo, ao desemprego a autora associa a precarização: “baseada nas condições e relações de trabalho, que reestrutura o mercado e aumenta a heterogeneidade social com trabalhos parciais, terceirizados, temporários, com sérias conseqüências para os processos de solidariedade (...) entre os trabalhadores” (ibidem – grifo nosso).

No Brasil, a significância alcançada pela economia informal ou informalidade também é uma eminente característica da mudança da categoria e das configurações do trabalho, na sociedade. Utilizando-se de dados da OIT, Barbosa (2007) relata que, em 1997, 59,3% dos empregados brasileiros pertenciam à esfera da economia informal. A informalidade, para autora, constitui-se, à *grosso modo*, de trabalhadores que executam “atividades produtivas baseadas no descumprimento das normas e legislação concernentes a contratos, impostos, regulações e benefícios sociais” (idem, p.42), além de ser composta de atividades desprovidas de proteção social e garantias sociais. Em suma, normalmente são atividades de baixa produtividade, baixa remuneração, instáveis e nas quais os trabalhadores(as) não possuem carteira de trabalho assinada. A principal característica da crise, portanto, evidenciada por meio do crescimento da economia informal no país, se dá, não em função da significância quantitativa desse segmento, mas, principalmente, pela observância do seu aumento em função da diminuição de postos de trabalhos no mercado formal de empregos.

1.2. Crise e Sustentabilidade

Como referido anteriormente, no mesmo período da crise do chamado *Welfare State* (e conseqüente gradual supremacia do paradigma neoliberalista, baseado na idéia de que as relações de auto-regulação do mercado se sobressaem à idéia da intervenção de um Estado regulador), ocorre a chamada crise internacional do Petróleo, o que desencadeia o surgimento de outro paradigma: o da sustentabilidade. Tal crise, para alguns autores, teve origem política. Especificamente, nas relações políticas – internacionais envolvendo os países ocidentais mais desenvolvidos da época e alguns países específicos do Oriente Médio.

Com a crise, ocorreu a desregulamentação de mercados em todo o mundo, o que levou à contribuição ao questionamento da capacidade do modelo do Estado de bem – estar social em superar essas desregulamentações imprevisíveis e as incertezas dos mercados, por parte de defensores do neoliberalismo (em países como a França, Inglaterra e Estados Unidos da América - EUA).

A idéia, por exemplo, dos gastos dos Estados com políticas de proteção social a desempregados passou a ser considerada pouco eficiente. A tese neoliberalista partia da idéia de que com a menor atuação possível do Estado na sociedade e na economia, menos gastos o Estado teria, demandando, assim, menos impostos da sociedade.

Pagando-se menos impostos, a economia tenderia a crescer, pois as empresas teriam menos gastos sociais. Além disso, o crescimento da economia se expandiria a setores que estavam sendo, até o momento, supridas pelo Estado.

Em contrapartida, o paradigma do crescimento econômico, predominante dentre os países capitalistas, naquele período, era questionado pelo iminente paradigma da sustentabilidade. Uma das principais teses do paradigma da sustentabilidade é a de que o paradigma do crescimento econômico, caso continuasse em vigência (de acordo com o seu molde em que vinha sendo praticado pelos países) tenderia a esgotar as fontes de recursos naturais do planeta.

Além disso, é nessa época que se observa o surgimento de bandeiras como “ambientalismo”, “ecologismo” e outras, as quais darão origem a ONG’s que apóiam ações contra a degradação do meio ambiente. Mais tarde, essas noções passam a ser apropriadas por empresas segundo a idéia da Responsabilidade Ambiental e do Consumo Sustentável.

A idéia do Consumo Sustentável consiste em se consumir mercadorias de acordo com os valores do ambientalmente correto ou ecologicamente sustentável. Esta concepção partia da noção econômica (baseada na teoria econômica de Keynes) que o consumo é que define a demanda, e não a oferta. Se muda a característica do consumo, muda-se a característica da demanda e, portanto, altera-se a oferta. Desse modo, o consumo baseado em valores da sustentabilidade significa consumir apenas mercadorias produzidas de acordo com a idéia do ambientalmente correto. Dessa forma, a principal crença que está por trás da noção de consumo sustentável é a de que consumindo-se produtos com características ambientalmente corretas, tende-se a adequar a produção do mercado de acordo com o perfil dos seus consumidores: isto é, a produzir mercadorias que possuem características de não contribuir para a degradação do meio-ambiente, utilizando-se das chamadas tecnologias “verdes”.

O avanço do paradigma da sustentabilidade e do ambientalismo cada vez mais tem influenciado segmentos sociais em todo o mundo. Autores como Brown (1996), Goodstein (1995), Burszty (2000) e Miller (1996), têm verificado que, com o avanço da questão ambiental nos últimos anos, em função, inclusive dos “alarmes” do aquecimento global e da iminência da falta de recursos naturais no futuro (como os recursos hídricos) estão ocorrendo várias mudanças de comportamentos das pessoas, em diversos países. Em países como EUA, Inglaterra, França, por exemplo, em função das suas populações já estarem vivenciando a questão da falta de alguns recursos naturais

(devido à histórica degradação ambiental decorrente da necessidade do crescimento econômico nos mesmos), a idéia da sustentabilidade tem contribuído para uma tendência de mudança de valores, inclusive em empresas e instituições públicas. Exemplo é a idéia do “consumo sustentável” ou “mercado verde”, no qual a população privilegia a compra de produtos que não contribuam com a degradação do meio ambiente, como produtos recicláveis. Da mesma forma que os movimentos ambientalistas influenciaram comportamentos nas pessoas, em diferentes sociedades, a questão social também passa a exercer influência em grandes empresas e instituições públicas, dentre as quais, nos últimos anos, muitas delas acabaram por aderirem à idéia da “Responsabilidade Social” (Lobo, 2003).

O “mercado verde”, portanto, passa a ser atrativo para o setor produtivo, uma vez que, em função dos alarmes dos movimentos ambientalistas e das teses que sustentam o paradigma da sustentabilidade sócio-ambiental, começa a mudar valores das pessoas em relação à sua contribuição para a degradação do meio ambiente por meio do seu consumo, isto é, do consumo de mercadorias que foram produzidas em condições que contribuísse para a degradação do meio ambiente: ou seja, ambientalmente não-responsáveis, ou ecologicamente irresponsáveis.

Nesse sentido, o ambientalismo passa a se tornar uma questão social, e ao mesmo tempo, global, já que ações ecologicamente irresponsáveis ocorridas em determinada região do planeta, poderia afetar vários outros países que, por ventura, não estivesse contribuindo, necessariamente, para a degradação da natureza de forma irresponsável. De acordo com Bursztyin (2006), a partir da construção da consciência de que a questão ambiental é uma questão moral (que envolve valores de conduta) e global (envolve a ação conjunta de todos os países), passa-se a serem realizadas conferências internacionais em todo o mundo para se discutir a questão da sustentabilidade, e como os governos nacionais, por meio de legislações, poderiam contribuir com essa implementação da consciência ambiental em todos os setores da sociedade: na sociedade civil, no setor produtivo, comercial e industrial, e no setor público e governamental. Alguns exemplos do destaque global dessa questão, citados pelo autor, são a realização da Conferência Internacional ECO – 92, no Rio de Janeiro, e o Protocolo de Kyoto, assinado em 1997 por vários países. Desse modo, percebe-se que a questão ambiental toma força, principalmente durante a década de 1990 e 2000, ganhando cada vez mais espaços na mídia, nas discussões políticas e acadêmicas, e, todo o mundo, chamando atenção das pessoas para essa questão, e gradativamente,

formando-se uma consciência política acerca do tema, principalmente em países onde a questão é discutida mais intensamente em função dos reais problemas ambientais já enfrentados por causa da degradação ambiental.

No Brasil, vários órgãos públicos (e algumas empresas) têm se apropriado da questão ambiental, tornando-se vanguardas em incentivar o consumo de materiais ambiental ou ecologicamente responsáveis, como produtos reciclados ou produzidos com materiais recicláveis. É nesse cenário que a chamada Responsabilidade Ambiental ganha força nos setores público e privado, bem como no terceiro setor brasileiro.

A questão ambiental, conforme referido acima, surge a partir da tese da sustentabilidade do paradigma do crescimento econômico. Para vários teóricos ambientalistas ou ecologistas, o paradigma do crescimento econômico desregulado não é sustentável economicamente, socialmente e nem ambientalmente. Primeiramente, o mercado econômico é instável e incerto, passível de crises periódicas e de naturezas diversas. Em segundo lugar, o modelo de mercado econômico desregulamentado, tende a incentivar a exploração dos trabalhadores (Antunes, 2007). Por fim, tende a não respeitar o meio ambiente, para se obter lucro por intermédio da noção de minimização dos custos de produção. Como sugere Bursztyn (2006), a produção “verde” é cara para o setor produtivo, já que necessita adequar-se a uma série de medidas, diferentes daquelas que o setor comumente desenvolveu enquanto a questão ambiental não se dava de forma tão acentuada, por exemplo, por meio de legislação.

Por meio dessas concepções, elaborou-se a chamada Agenda 21 (Bursztyn, 2006) das Organizações das Nações Unidas – ONU, onde se associa a questão ambiental com a questão social, de uma forma global. A necessidade de se aliar a questão ambiental à social é argüida em função da seguinte lógica: uma vez que os produtos do chamado mercado verde tendem a serem produzidos com mais custos, possivelmente serão mais caros do que aqueles produzidos de forma ambientalmente irresponsável. Nesse sentido, o combate à pobreza, a defesa por melhores condições de trabalho e de geração de renda são quesitos que contribuem para a sustentabilidade, já que a pessoa privada de recursos tende a consumir o produto ou mercadoria que lhe é economicamente mais acessível. Por se tratar de uma situação de necessidade imediata e básica de consumo, a pessoa pobre tende a não motivar o seu consumo de acordo com a consciência ambiental, mas de acordo com a econômica. Dessa forma, combatendo-se a pobreza, tende-se a combater o consumo ambientalmente irresponsável, já que o acesso

a melhores condições econômicas às pessoas de menor renda pode ser mais facilmente acompanhado de uma consciência ambiental relacionada ao seu consumo.

Baseado na lógica acima, a idéia da chamada responsabilidade sócio-ambiental tem ganhado força nos movimentos ambientalistas, bem como em organizações da sociedade civil organizada, tanto no Brasil, quanto em vários outros países. O discurso da Responsabilidade Sócio-Ambiental também tem adentrado à esfera política e governamental brasileira, bem como as esferas institucionais dos diversos setores da sociedade. De acordo com tal concepção, algumas das instituições que procuram incentivar a questão do chamado consumo sustentável também estão atentas ao incentivo a iniciativas de cunho social (combate à pobreza e à exclusão social). O que tem aproximado em algumas instituições os paradigmas da Responsabilidade Social e da Responsabilidade Ambiental, por meio da idéia da Responsabilidade Sócio-Ambiental. Exemplos de instituições brasileiras que se apropriaram do discurso sócio-ambiental, no Brasil: bancos como o Banco do Brasil, o Bradesco; multinacionais como a Volkswagen, dentre várias outras.

A questão da responsabilidade social, trabalhada por Lobo (2006) em sua tese de doutorado, faz alusão a uma questão que mais antiga do que a questão ambiental, em termos de relevância política: a chamada questão social, traduzida pela idéia do combate à pobreza e à chamada exclusão social.

Sabe-se que o termo exclusão social, como diversos outros temas, se constitui num verdadeiro nicho de pesquisa, acumulando diversas reflexões em termos de concepções do conceito. A concepção de exclusão social utilizada neste estudo se assemelha à noção trazida por Nascimento (2000), que concebe o fenômeno da exclusão como sendo a gradativa cristalização do estado de pobreza em que alguns indivíduos, historicamente (e de acordo com alguns índices ou definições), eram classificados. De acordo com o autor, a globalização ocorrida nos anos 1990, o desenvolvimento tecnológico e toda a lógica do avanço da economia capitalista nas últimas décadas foram decisivas para que a noção de exclusão social fosse construída de acordo com a idéia da cristalização do estado da pobreza para alguns indivíduos. A tecnologia robótica, por exemplo, é um dos fatores que fazem com que alguns pensadores passem a questionar a inserção de alguns pobres no sistema produtivo. A inclusão dessa camada social, em algum dado momento, era considerada como possível, na visão do autor. No entanto, tal possibilidade, de acordo com essa análise, foi se reduzindo à medida que o desenvolvimento tecnológico se aprimorava. Dessa forma, as expectativas de superação

da condição de pobreza via inserção na dinâmica produtiva, conforme algumas idéias predominantes nas esferas estatais nas décadas de 1970, por exemplo, acreditavam, foram se exaurindo até o ponto de, praticamente ser descartada por meio dessa noção do conceito de exclusão social, que ganhou força, primordialmente, durante os últimos vinte anos, nos espaços políticos, acadêmicos, de mídia, dentre outros.

A concepção do presente pesquisador, nesta dissertação, vem no sentido de utilizar essa noção enquanto uma explicação dada ao termo utilizado. No entanto, não se entende, aqui, a exclusão social como uma situação permanente ou definitiva uma vez que a sociedade é dinâmica, e essa dinâmica pode vir a alterar as situações descritas. Desse modo, entende-se que a construção das concepções do conceito foram sendo feitas ao longo do tempo, mas, fundamentalmente, se trata de uma situação de extrema pobreza.

Com a globalização e a construção de noções da exclusão social, como aquela trazida por Nascimento (2000), várias discussões foram realizadas no sentido de se construir estratégias para a superação da pobreza e para a redução das desigualdades. Pauta presente, historicamente, em diversos Estados Nacionais, como demonstram, por exemplo, Castels (1995) e Singer (1973). No entanto, em função das transformações do capitalismo, como visto na construção da idéia da crise do trabalho (Antunes, 2007; Cattani, 2008), alguns pensadores ligados a órgãos internacionais, como a ONU, por exemplo, passaram a constatar que a luta pela superação da pobreza e redução das desigualdades não seria viável apenas por meio da responsabilidade do Estado, por meio de políticas públicas. Mas, em função da sua lógica, a pobreza e as desigualdades apenas podem ser superadas ou combatidas com a participação de toda a sociedade: empresas, governos nacionais, sociedade civil, organismos internacionais, etc. Esta é concepção trazida, por exemplo, no documento da Agenda 21, produzida pela ONU.

Desse modo, por se tratar de uma instituição internacional influente nas construções das diretrizes políticas de governos nacionais em todo o mundo, a difusão dessa noção de combate à pobreza e à desigualdade passa, também a fazer parte das discussões nos meios políticos, acadêmicos e da mídia. E, semelhantemente ao que ocorreu com a questão ambiental, aquela questão social, de acordo com a definição acima referida, passa, também a ser incorporada por vários atores institucionais nas diferentes esferas sociais, como algumas empresas, bancos, órgãos governamentais, organizações não-governamentais, etc. Forma-se, assim, a noção de Responsabilidade Social das Empresas. E, de forma parecida com o que ocorreu com a Responsabilidade

Ambiental, algumas empresas ou instituições de diversas esferas sociais passam a se utilizar de mecanismos ou componentes que contribuem com iniciativas de cunho social (como ajuda financeira a creches de famílias de baixa renda, dentre outras ações que visam a ajuda, apoio, ou suporte a determinada camada da sociedade que não provém de recursos suficientes para a realização de algumas atividades consideradas de necessidade básica, para alguns autores como Amartya Sen (da Organização das Nações Unidas), para, de alguma forma, se destacarem no mercado ou no campo de competição ideológica (dependendo da esfera social em que se dão essas ações) em função dos valores disseminados na sociedade por meio da concepção de combate à pobreza que a noção de Responsabilidade Social traz consigo.

Lobo (2006), em sua tese, trata a questão do retorno em publicidade como um mito para as empresas que investem em responsabilidade social, pois a grande maioria delas (como constatou em sua pesquisa) não possui mecanismos ou medidores capazes de mensurar em termos quantitativos ou até mesmo qualitativos os retornos à instituição investidora nesse tipo de ação. Contudo, como a própria pesquisadora pôde observar, há uma exposição publicitária de algumas instituições socialmente responsáveis (ou que investem em ações de cunho social), o que se pressupõe existir a expectativa de algum retorno por parte daquelas que divulgam as suas ações.

Esse contexto de Responsabilidades Sócio-Ambientais, construídos historicamente, abrange uma série de ações interinstitucionais verificadas, ultimamente, no Brasil, por parte de vários atores advindos de diferentes esferas sociais.

1.3. O Novo Cooperativismo como Alternativa à Crise

Verardo (2004) observa que na década de 1990 (mesmo período em que ganham força a questão ambiental e das Responsabilidades Sócio-Ambientais, assim como o período em que se deflagra o termo exclusão social, suas múltiplas definições e ocorre a acentuação dos efeitos da crise internacional do trabalho) cresce o número de experiências cooperativistas no Brasil, com características populares. De acordo com esse autor e com Singer (2002), nesse período o cenário econômico nacional era caracterizado pela abertura econômica ao mercado internacional, pós-regime militar, ocorrida durante a gestão presidencial de Collor de Melo. O que ocasionou, segundo os autores acima, inúmeras falências e o aumento de desemprego; ou seja, uma potencialização das características estipuladas para a definição da chamada crise do

trabalho: propiciadora de um ambiente de ressurgimento de cooperativas populares no país.

Tal abertura econômica acompanha os novos perfis da crise do trabalho: o aumento do desemprego, o caráter permanente da crise, a difusão da cultura da individualização do emprego. São fatores que podem ser associados ao fortalecimento do crescimento de experiências cooperativistas tanto no meio urbano brasileiro, como no meio rural, assim como a difusão do conceito de economia solidária, inclusive da idéia do “novo cooperativismo”. Infere-se, pois, que as cooperativas populares, no Brasil, se configuram como alternativas ao modelo tradicional produtivo de geração de trabalho e renda em meio a um contexto de crise do setor produtivo tradicional.

É importante se ater ao fato de que, uma vez que o cooperativismo popular cresce em meio às crises econômicas do setor produtivo tradicional; tende a diminuir em contextos em que o setor econômico capitalista tradicional experimenta períodos de crescimento, como se faz referência no segundo capítulo desta dissertação, baseados em análises de Lechat (2002), Lima (2007) e Singer (2002).

A idéia do “novo cooperativismo”, por sua vez, agrega características, à princípio, “novas” às práticas cooperativistas no Brasil, como aponta Lima (2007). É acompanhada de um impulso no meio urbano, juntamente com a participação ativa de segmentos da sociedade, segundo à lógica da “Responsabilidade Social e Ambiental”. Essas noções, como referido anteriormente, são apropriadas por empresas, governos e ONG’s, como “bandeiras” políticas presentes nos diversos setores da sociedade (Lobo, 2006). Autores como Laville (2006 e 2004), Girard (2006) e Nunes (2004) dentre outros, vêm a tendência dessas interações segundo “bandeiras”, entre segmentos organizados da sociedade, como uma tendência da sociedade contemporânea: a “horizontalidade”.

Como se verá ao longo do trabalho, várias das Relações Interinstitucionais envolvendo componentes da economia solidária (como cooperativas, associações, etc.) estão inseridas no contexto dessas “bandeiras” por parte das instituições que se interagem com tais sujeitos. Nesse contexto, aliado ao “ressurgimento” do cooperativismo popular como solução ao desemprego e à crise, com a “novidade” de interação com segmentos e atores institucionais da sociedade segundo às lógicas das

“responsabilidades e sociais, ambientais” formula-se o conceito de “economia solidária”.

“(A economia solidária) é compreendida **como o conjunto de atividades econômicas (de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito) organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária**”. (Senaes, 2005a:11 – grifo nosso) (...) “Empreendimentos econômicos solidários” (ou e.e.s.), por sua vez são organizações “coletivas suprafamiliares de trabalhadores/as dos meios urbano e rural que exercem a gestão coletiva do empreendimento; permanentes (difere de práticas eventuais); podem dispor ou não de registro legal; realizam atividades econômicas de produção, prestação de serviços, crédito popular, comercialização e consumo solidária” (ibidem – grifo nosso). Assim, fazem parte da economia solidária: “associações, cooperativas, empresas autogestoras, grupos solidários, redes solidárias, clubes de troca etc.” (idem: p.3).

Em geral, são considerados empreendimentos econômicos solidários, como consenso pela literatura, organizações como cooperativas, empresas autogestoras, empresas sociais ou associações compostas por trabalhadores pobres e que buscam, por meio da organização baseadas nos princípios de igualdade e democracia do chamado cooperativismo verdadeiro, a geração de renda e a luta contra o desemprego e a pobreza.

Pode-se entender a autogestão como sendo “a modalidade de administração e funcionamento de uma estrutura empresarial em que a gestão é assegurada pelo conjunto dos trabalhadores” (Feea, 2009).

Entende-se o termo “solidariamente”, utilizado na definição acima, como a idéia objetivo comum de se combater a pobreza e o desemprego, característicos da crise do trabalho, por parte de indivíduos que nela estão inseridas

Capítulo 2. Análise Sociológica da Teoria da Economia Solidária

O principal objetivo deste capítulo é abordar de forma aprofundada as raízes teóricas do conceito de economia solidária, bem como as suas diferentes definições e orientações político-ideológicas. Essa discussão se torna importante para responder a uma indagação de ordem teórica a respeito da economia solidária enquanto modo de produção, organização do trabalho e inserção econômica e produtiva: as diversidades de concepção do conceito, de acordo com duas principais correntes de pensamento político-ideológicas e também sociológicas, como as correntes marxista e maussiana.

Estudar as raízes do conceito é importante para se compreender o contexto em que o conceito original de economia solidária foi construído (e a sua proposta político-ideológica) e como se deu o processo de diversificação das definições conceituais para o mesmo, de acordo com a sua apropriação político-ideológica e acadêmica peculiar dos sujeitos inseridos nos diferentes contextos sociais em que o mesmo se difundiu.

Desse modo, é possível se dividir a estrutura deste capítulo em duas:

1. Na primeira sub-divisão, busca-se compreender as raízes históricas do conceito de economia solidária e do conceito de cooperativismo, apropriado pelo primeiro. Além disso, busca compreender as principais definições que esses dois conceitos tomaram no contexto social brasileiro.
2. Na segunda sub-divisão, busca-se analisar as principais definições contemporâneas do conceito de economia solidária, de acordo com as propostas político-ideológicas, principalmente atribuídas pelas chamadas correntes de pensamento marxista e maussiana.

2.1. Origens e Definições do Conceito Economia Solidária

No Brasil, o conceito de economia solidária, para autores como Lechat (2002) Singer (2002), Lima (2007) e Laville (2004), está diretamente associado aos conceitos de “cooperativismo”, “cooperativismo popular”, ou simplesmente de “cooperativas”, de uma forma geral. Existem diferentes definições para o termo “cooperativas”. Uma delas pode ser expressada pela idéia de Camargo, que a define como uma associação voluntária de pessoas (Camargo, 1960). A definição de Singer (2002), por sua vez,

pode ser compreendida pela idéia do cooperativismo original, abordados neste tópico mais à frente.

De maneira geral, concebe-se que o cooperativismo “original” surge na Inglaterra, no século XIX, e se espalha por vários países da Europa, e, em seguida, de todo o mundo (Singer, 2002; Lima, 2007; Lechat, 2002). Voltadas a suprir carências causadas pelo mercado capitalista, principalmente ao que se refere à falta de postos de trabalho, “durante todo o século XIX, cooperativas foram surgindo e se desenvolvendo em contextos de recessão econômica” (Lima, 2007:71). Já durante o século XX, como demonstrado por Lima (2007), o cooperativismo tomou e adquiriu diferentes formas daquele originário do movimento operário durante a “revolução industrial” inglesa: foi adotado por países socialistas, que incorporavam as cooperativas ao aparelho estatal, desconfigurando o ideário de autonomia dos trabalhadores; foram utilizadas pelos governos de países em desenvolvimento como iniciativas para se tentar sanar desigualdades sociais, políticas e econômicas, (cooperativas induzidas pelo governo) , no Brasil, principalmente no meio rural. Contudo, com raras experiências de êxito dentro da proposta de ocasionar uma superação da condição de pobreza e desigualdade. Além disso, foram também apropriadas por grupos de empresários e pessoas com posses, como forma de diminuir gastos e aumentar o lucro, na incursão daqueles no mercado.

Há uma tendência de se analisar as cooperativas por meio da sua idéia normativa: os princípios do cooperativismo original, estabelecidos no século XIX pela chamada “Aliança Cooperativista Internacional”. Entretanto, muitos estudos demonstram que o cooperativismo tem tomado diversas configurações desde a sua origem e difusão pelo mundo (Lima, 2007). Em termos analíticos, foi apropriado por estudos economicistas que enfatizam a idéia do lucro e da produtividade. Como também, por estudiosos que primaram por enfatizar a dimensão humana do trabalho, da inclusão social e distribuição da riqueza do Estado por meio de políticas públicas.

No Brasil, o cooperativismo, assim como em outras regiões do mundo por onde se difundiu, também se diversifica, tanto em termos de desenvolvimento geográfico quanto econômico. Quando as primeiras experiências surgem no país, as principais características eram as de serem compostas por imigrantes europeus, e ainda, localizadas no meio rural. Apesar de a primeira lei sobre cooperativismo no Brasil fazer referência às suas práticas urbanas, a maior parte delas se difundiram no meio rural brasileiro (Pinho, 1990; Campelo, 2005). O cooperativismo no Brasil é caracterizado

pela presença de grandes proprietários rurais, que se organizam em forma de cooperativas para aumentarem os seus lucros. Essas práticas são mais comuns no Sul do Brasil, Região que possui uma das maiores tradições cooperativistas do país, muito em função dos traços culturais europeus presentes na região (Pinho, 1990).

As cooperativas das sociedades capitalistas, por exemplo, segundo alguns autores como Webb (Lima, 2007:71), possuem a necessidade de se inserirem no mercado capitalista para terem êxito enquanto proposta coletiva de organização do trabalho e da produção. Nesse sentido, a distorção dos valores cooperativistas originários passaram a ser percebidos desde a origem desse movimento, o que ocasionou uma classificação por parte de vários autores, desde então, entre cooperativas verdadeiras, e cooperativas falsas, em função da aproximação ou distanciamento dos valores adotados pela Aliança Cooperativista Internacional, em 1895, a qual estabeleceu princípios que deveriam nortear as “sociedades cooperativas” (Lima, 2007:71). As “cooperativas verdadeiras”, para autores como Singer (2002) e Todeschini (2000), não contratam assalariados, mas os cooperados participam dos rendimentos e dos investimentos da cooperativa. Nessa perspectiva, é comum, no Brasil, que muitas empresas se disfarçam de cooperativas para retirarem proveitos da ausência de leis trabalhistas que asseguram direitos aos cooperados enquanto trabalhadores, e, assim, não precisam pagar encargos sociais aos seus empregados. Também se utilizam das brechas da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas – para explorarem ainda mais os trabalhadores (Todeschini, 2000).

Além da livre adesão e voluntária dos membros, educação dos associados e intercooperação entre cooperativas (Lima, 2007:71), segundo Singer, os valores do cooperativismo original eram:

“Posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado ‘sobras’ também por critérios acertados entre todos os cooperados)” (Singer, 2000: 13).

Para Singer⁷, a cooperativa verdadeira também é chamada de economia solidária: “a unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção” (2000:13). Desse modo, para o autor, a idéia de economia solidária não é nova, datando-se do início do século XIX, no surgimento das primeiras cooperativas, na época da implantação desregulamentada de máquinas ferramentas e do motor a vapor, na Inglaterra; no período da mecanização da produção inglesa (ou seja, da primeira revolução industrial).

A imprecisão conceitual (Lima, 2007: 73) é uma característica da literatura da economia solidária. Como exemplo, podemos citar as definições utilizadas por Singer (2002), e o histórico conceitual construído por autores como Lechat (2001) e o próprio Lima (2007). Segundo esses dois últimos autores, o conceito de economia solidária data-se, principalmente, a partir da década de 1970, tendo grande repercussão e adesão em países da América Latina, fundamentalmente, durante a década de 1990.

“Um conjunto de iniciativas autônomas de grupos organizados da sociedade civil (...) voltadas à produção de atividades econômicas fora do mercado, passou a ser conhecido como economia solidária, economia social ou economia social solidária” (Lima, 2007:73 – grifo nosso).

Para ambos, a construção do conceito de economia solidária se fundamenta na idéia do chamado novo cooperativismo – o cooperativismo ressurgente, principalmente, durante as transformações econômicas macrossociais da década de 1970. O chamado novo cooperativismo é uma alusão à nova explosão de cooperativas no cenário de países capitalistas ocorridos a partir dos anos 70:

“(…) crescente internacionalização dos mercados, a crise e o colapso das economias socialistas, as mudanças

⁷ O autor, contudo, diferencia o verdadeiro cooperativismo (sendo baseado na equidade das relações de trabalho) das falsas cooperativas, que possuem patrões, empregados e assalariamento. O mesmo raciocínio é adotado por Todeschini ao se referir às cooperatas: mecanismos utilizados por empresas disfarçadas de cooperativas (ou seja: falsas cooperativas) para burlar algumas leis trabalhistas, evitar o pagamento de certos direitos sociais e ainda explorar ainda mais a mão de obra trabalhadora. Normalmente, numa cooperata, divide-se os prejuízos, mas não se divide os lucros. As cooperativas verdadeiras eram, segundo Singer, tentativas de recuperação da autonomia dos trabalhadores expulsos de seus postos de trabalho, em função da nova dinâmica imposta à organização do trabalho ocasionada pela introdução das máquinas nos cenários de produção: tanto no contexto da revolução industrial (como se sucedeu no início do movimento, quanto em função de reestruturações econômicas resultando em transformações na esfera da produção).

tecnológicas e organizacionais no trabalho e questionamento crescente do *Welfare State* (...) o crescimento do desemprego e a necessidade de se encontrar formas alternativas de geração de renda” (Lima, 2007:72 – grifos nossos).

Com o advento do novo cooperativismo, inserido no contexto acima descrito, muitos pensadores e intelectuais influentes (principalmente no contexto europeu) passaram a questionar os moldes políticos adotados nos países europeus em função, fundamentalmente, da desconstrução do Estado de bem-estar social. Das reflexões ocorridas nesse período, no contexto europeu e no latino-americano, se difunde o conceito de economia solidária. Este, por sua vez, seria um conceito formulado a partir das constatações das recentes transformações econômicas ocorridas a partir da década de 1970, principalmente (ou seja, contextualizado), e que fora baseado em formulações teóricas anteriores, como os conceitos de economia social e economia popular.

Os conceitos que originam o conceito de economia solidária possuem uma forte ligação entre si, em termos de semelhanças de definições conceituais. Caracterizam-se, contudo, pelas suas distintas construções em termos de contextualizações: tanto temporal (isto é, o período em que foram formulados) quanto territorial (levando-se em conta a região ou países em que foram construídos). O conceito de *economia social*, segundo Lechat (2002), é uma criação intelectual de pensadores, tanto liberais quanto socialistas, na França, que percebiam os danos humanos da revolução industrial e “criticaram a ciência econômica por não integrar a dimensão social” (Lechat, 2002:7). Tal conceito, formulado ainda no século XIX, foi apropriado por movimentos operários franceses e “cooperativas centradas na produção e consumo e associações mutualista voltadas às relações de auto-ajuda” (Lima, 2007:73). De acordo com Lima (2007) tais associações entram em declínio durante o período entre 1950 e 1970, pois haviam se tornado semelhantes a empresas capitalistas, perdendo as suas características originais baseadas nos princípios do chamado “cooperativismo verdadeiro”. (Outra explicação para o declínio dessas associações e cooperativas no contexto europeu-ocidental, e conseqüentemente francês, seria o auge da política de bem-estar social construída nesses países: a existência de uma proteção social voltada a suprir as falhas do mercado, e a garantir a re-inserção daqueles trabalhadores no mercado. Protegidos socialmente pelo

Estado e numa época de pleno emprego, muitos trabalhadores cooperados podem ter preferido o assalariamento à vida de coletivização do trabalho.)

Com as transformações econômicas e sociais ocorridas nos países europeus e em todo o mundo, a partir da década de 1970, surge o conceito do *novo cooperativismo*, e novas reflexões acerca do papel da dimensão do “social” nas análises econômicas, a partir das novas práticas sociais identificadas em países como a França e o Canadá, por exemplo: empresas sociais, sistemas de trocas a partir da adoção de moedas fictícias. “A economia passa a ser entendida também como solidariedade, em termos de redistribuição e reciprocidade” (Lima, 2007:73) para esses setores que sobreviviam das cooperações mútuas e associações e para os pensadores críticos ao modelo neoliberal.

Uma das novidades do novo cooperativismo (também chamado posteriormente por alguns autores de popular e solidário) que (re)surge no Brasil, é a presença e a criação de novos atores que participam da dinâmica dessas práticas nas suas dimensões políticas, econômicas e sociais⁸. A idéia da solidariedade em termos de redistribuição é o que vai definir as duas vertentes do conceito de economia solidária, que se forma a partir desse período: solidariedade como fato social (redistribuição e reciprocidade) e solidariedade como valor.

A primeira idéia origina o conceito de economia solidária, e é construída no contexto europeu, baseados em teorias como a de Polanyi e Mauss. Segundo a perspectiva desses dois autores, não é o mercado que organiza a sociedade. Ao contrário. Das trocas existente nas sociedades é que se origina o mercado. Nesse sentido, nos sistemas de trocas, conforme se referiu Mauss (2008) a partir da teoria da “dádiva”, existem sistemas mútuos de obrigação de reciprocidade como também de liberdade de escolha, levando-se em consideração aspectos intrínsecos das relações humanas, como a afeição entre as pessoas – o que, segundo Caillé (2004), explicariam as associações, os laços familiares, os laços de vizinhança, a democracia, e, por último, o mercado: ou seja, explicaria tanto as chamadas sociedades arcaicas (estudadas por Mauss) quanto às denominadas sociedades modernas (Lima, 2007:74).

⁸ Alguns autores, como Laville (2006), fazem referência ao (re)surgimento da economia solidária em todo o mundo, como na França, por exemplo, não somente no Brasil. França-Filho (2006) se refere que há algumas semelhanças de contextos em que surgem a economia solidária em países como o Brasil e a França. Se partirmos do pressuposto de que a economia solidária surge da crise (Singer, 2006:201), o contexto brasileiro político e econômico pode ser explicado conforme a explanação do próprio Singer: redemocratização do Estado brasileiro e crise econômica interna. Já em relação ao contexto francês, podemos nos referir à crise do Estado de bem estar social, em meados da década de 1980, e o avanço do chamado neoliberalismo econômico, derrocando, conforme explana Paugam (2002), em desempregos e pobreza na sociedade francesa.

Autores como Laville (2004) utilizaram o termo economia solidária para se referirem às experiências de redistribuição entre mercado, Estado e associações, cooperativas e unidades familiares e de vizinhança: ou seja, a economia solidária abarcaria a integração e as relações de reciprocidade existentes entre essas diferentes esferas da sociedade. De acordo com Lechat (2002), em 1994 Laville (1994, apud Lechat, 2002) utiliza o termo “economia solidária” dando uma maior ênfase na humanização, valorizando-se o ser humano, o seu bem estar, por meio dos laços de reciprocidade.

“Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional” (Laville, 1994: 211 *apud* Lechat, 2002: 7).

Além disso, para o próprio Laville e Roustang (1999), como se refere Lechat (2002), a idéia do conceito de economia solidária “proporciona uma ênfase sobre o desejo primeiro da economia social na sua origem de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação destas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária” (Lechat, 2002: 7-8). O conceito de economia solidária abraça a principal idéia do conceito de economia social – isto é, a consideração da dimensão do social nas análises econômicas – além de incorporar as relações de reciprocidade existentes entre cooperativas e associações com as diferentes esferas da sociedade: o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil Organizada.

Diferentemente da concepção européia, o cerne da proposta latino-americana para o conceito seria composto pelas cooperativas de produção, o que, em si mesmas, se tornariam propostas alternativas ao modelo capitalista, cuja lógica seria o principal agente dos altos níveis de desemprego, desigualdades sociais, diferentes níveis de industrialização, “precarização das relações de trabalho e a exclusão crescente de contingentes de trabalhadores do mercado: problemas agravados com a reestruturação

econômica liberal dos anos 1980” (Lima, 2007:74). Nesse sentido, a idéia do conceito de economia solidária adquire um formato distinto da primeira proposta européia: estaria influenciada pela teoria marxista, na América Latina, sendo que iniciativas cooperativistas baseadas nos princípios do cooperativismo “original” ou “verdadeiro” se configurariam, em si, como formas de negação da economia capitalista, dentro do próprio capitalismo.

Singer (2002), por exemplo, um dos maiores difusores dessa concepção de economia solidária, no Brasil, define o conceito como sinônimo de “cooperativismo verdadeiro”, como fora visto anteriormente. Nessa vertente, “a economia solidária seria formada, então, por empreendimentos autogestionários de produção, crédito serviços e consumos (...), sementes de um novo modo de produção” (Lima, 2007:74): ou seja, reflete idéias e valores relacionados a pensamentos políticos e ideológicos a respeito do fenômeno: a superação do modo-de-produção capitalista por meio do cooperativismo imerso na economia solidária. De acordo com essa concepção, o conceito, de natureza acadêmica (assim como o foi o de “economia social”) passa a se confundir com a própria prática do fenômeno em si, quando igualado ao conceito de “*cooperativismo popular*” por boa parte da literatura brasileira.

Para Lechat (2002), um conceito que se adaptaria de forma adequada à concepção do conceito de “economia solidária” adquirido na América Latina e no Brasil, seria o conceito “Economia Popular”. Este abarca a realidade do cooperativismo praticado pela população mais pobre dos países da América Latina e África. O conceito de “economia popular” consegue abarcar o que a definição imprecisa do conceito de “economia solidária” difundida no Brasil e na América Latina vem tentando fazer: abordar o cooperativismo desenvolvido pelas populações pobres enquanto forma alternativa de geração de renda e trabalho, no contexto de globalização dos anos 1990 e 2000.

“No Brasil, para a economia solidária tornar-se uma problemática, ela teve que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico. Essa decisão é, a nosso ver, de ordem teórico-político-ideológica. O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Uma prova

disto é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária, ou cooperativismo popular” (Lechat, 2002: 10).

Segundo a autora, a idéia de igualar as definições de cooperativismo ao termo “economia solidária” foi uma escolha política e ideológica adotada por alguns pensadores latino-americanos, os quais tinham o objetivo de tornar o “cooperativismo popular” uma problemática política no país. Nesse processo de tornar a economia solidária, enquanto um conceito que abarca o cooperativismo popular realizado no Brasil e em países da América Latina, percebe-se o teor político contido nesses estudos por parte dos autores dos mesmos. O que, por si só, já deflagra uma característica muito comum nos estudos de economia solidária realizados no Brasil, e também, pode-se dizer, de maneira geral: a presença da tensão entre a análise científica e a militância política. Pode-se, inclusive, denominar alguns autores difusores dessa definição no contexto brasileiro poderiam ser considerados o que comumente se chama de “intelectuais orgânicos”, pela suas presenças significativas no campo político, e não apenas acadêmico. Como será adiante, e de forma mais aprofundada, a influência da teoria marxista tem grande peso na militância de vários pesquisadores e de seus estudos, no processo de tornar a economia solidária um problema de ordem política.

Além disso, outra característica do formato que o conceito tomou, inicialmente, no Brasil, é aquele cuja há a predominância da “solidariedade” enquanto valor, e não enquanto fato: apesar de que, segundo Lechat (2002), as duas noções terem imbutidas em si a idéia de reciprocidade.

“A solidariedade é um fato antes de ser um valor e designa uma dependência recíproca. Esta concepção faz da solidariedade uma realidade possível de constatar como a definiu Durkheim nas suas modalidades mecânica e orgânica. Uma outra concepção, normativa desta vez, faz da solidariedade um dever moral de assistência como já o preconizava o solidarismo de Charles Gide no fim do século XIX” (Lechat, 2002:9).

2.2. As Correntes Marxista e Maussiana

A análise sociológica da literatura da economia solidária parte da idéia de que vários termos utilizados em diversos estudos sobre o tema trazem consigo valores que refletem, em muitas vezes, posicionamentos políticos e ideológicos. Observa-se, de forma predominante, nos estudos de economia solidária, duas correntes paradigmáticas utilizadas para se analisar o fenômeno: a corrente marxista e a corrente maussiana. Percebe-se que os estudos econômicos desenvolvidos segundo o paradigma marxista, utilizam termos os quais remetem à idéia da ciência pragmática: a identificação de fatores que podem ser manejados de forma prática, com a finalidade de se contribuir para o desenvolvimento do fenômeno em si. A característica dos estudos baseados no paradigma da dádiva (Mauss e Caillé, como também a perspectiva teórica de Polanyi), por sua vez, corresponde a abordagens de cunho mais sociológicas, as quais procuram analisar o fenômeno de acordo com as subjetividades das relações ou vínculos estabelecidos entre os atores sociais.

São várias as contribuições de ambas correntes presentes na literatura de economia solidária, tanto do ponto de vista político quanto acadêmico e analítico. As duas correntes se distinguem em certos elementos de ordem ideológica, mas se complementam em outros quesitos de ordem teórica e política.

“(…) A **diversidade teórica não significa que as perspectivas existentes não se aproximem**. O pensamento de Polanyi pode ser interpretado como complementação à interpretação marxista, destacando os elementos não mercantis presentes na sociabilidade humana, a existência de uma economia “plural” contribuindo para a compreensão dos elementos solidários que a interagem” (Lima, 2007:74-75 – grifo nosso).

a) A Corrente Marxista

A principal indagação que levou o presente pesquisador a compreender e a discutir as principais diferenças existentes entre as duas correntes (marxista e

maussiana), predominantes nos estudos sociológicos sobre economia solidária, deve-se a dois fatos:

1. O primeiro se refere a uma predominância da influência da corrente marxista sobre os estudos de economia solidária no Brasil, conforme o próprio Singer (2004) se refere e concorda (como se pode observar na citação abaixo).
2. O segundo, deve-se ao fato da discrepância existente entre os sujeitos que pensam o campo de estudos e os sujeitos que são os protagonistas desse campo.

Dessa discrepância já observada em pesquisa anteriormente realizada pelo pesquisador (Mauro, 2006 – trabalho de conclusão de curso de graduação) e em outras pesquisas de campo abordadas no terceiro capítulo da dissertação, surge a necessidade intrínseca de pesquisa de campo⁹ para o campo de estudos da economia solidária.

Como poderá ser observado, a corrente de pensamento marxista não é uma corrente hegemônica no que diz respeito às concepções político-ideológicas acerca do fenômeno da economia solidária. No entanto, há certas vertentes de pensamento que acabam a se tornarem predominantes no campo de produção acadêmica ou de publicação de estudos. Nesse sentido, a discrepância entre certas vertentes de pensamento político-ideológico de algumas abordagens da chamada corrente marxista acabam não sendo verificadas em pesquisas de campo realizadas com os sujeitos protagonistas do campo: os indivíduos componentes dos empreendimentos econômicos solidários, que acabam tendo concepções políticas diferentes daquelas que predominam nos estudos referidos.

Nesse sentido, busca-se, nesta parte deste segundo capítulo, apresentar as diferentes concepções político-ideológicas existentes nas duas correntes de pensamento predominantes nos estudos sociológicos de economia solidária.

“No Brasil, **a teorização sobre a economia solidária apresenta uma clara inspiração marxista.** De minha parte, tenho procurado mostrar que o capitalismo é o modo de produção dominante mas que está longe de abranger a totalidade das economias” (Singer, 2004:5 – grifo nosso).

⁹ Isto é, estudos ou pesquisas empíricas.

A corrente marxista, como se refere Singer (2004) é a corrente mais difundida no Brasil. Muito da larga difusão dessa corrente se deve a idéia de bandeira política abraçada por intelectuais marxistas brasileiros e estrangeiros após a queda do muro de Berlim, e derrocada do socialismo mundial, como sugeriu Lechat (2002) e conforme foi percebido a algumas citações atrás.

O cooperativismo (principalmente o cooperativismo popular) torna-se bandeira política e objeto de estudos de grupos de intelectuais que criticavam o capitalismo desenfreado e as teorias que o fundamentavam. Muitos desses pensadores do cooperativismo estavam baseados no pensamento marxista e socialista para abordarem o tema, como referido por Lechat à pouco. Nesse sentido, para muitos, naquele período, tornou-se sinônimo da luta contra o modo-de-produção capitalista e, por conseguinte, uma alternativa a esse modelo, sendo, ainda, para outros, o próprio cerne de implantação de um novo modo-de-produção: o socialista (Souza, 2000; Singer, 2000).

A respeito dessa concepção, com o objetivo de provocar uma reflexão, pergunta-se: até que ponto a economia solidária tem negado às relações capitalistas de mercado?

Apontando-se a outros pontos de vista ideológicos e reflexivos, alguns estudos, têm explorado a idéia da necessidade de adequação das cooperativas à realidade do mercado, ao que se refere à qualidade da produção e necessidade de comercialização dos bens produzidos, para a sustentabilidade das cooperativas ou associações enquanto empreendimentos econômicos, como demonstram autores como o próprio Singer (2000), em determinados momentos, e Gutierrez (1997), o qual, por exemplo, o qual argumenta: *“a cooperativa deve ser entendida como uma empresa que tem em um dos seus princípios a autogestão, mas que necessita de lucro, ser eficiente, atualizada e vocacionada para se expandir no tempo”* (Gutierrez, 1997 apud Mascio, 2002). Pode-se considerar esta corrente de pensamento como aquela que mais se aproxima da noção ideológica economicista ou liberal.

Entretanto, a corrente marxista é diversificada e apresenta autores com concepções que, não necessariamente, estão acalcadas numa única concepção acerca tanto do que seria o socialismo (enquanto modo de produção), quanto acerca do que se entende do fenômeno da economia solidária (enquanto uma forma de organização econômica do trabalho e da produção).

Numa concepção ideológica situada no equilíbrio entre a perspectiva socialista e a economicista, Santos (2002), por exemplo, entende a economia solidária como uma

experiência ou forma de emancipação do trabalhador, em relação à categoria trabalho: nem capitalista (pois as relações de trabalho são diferenciadas das relações típicas de assalariamento e de poder, entre patrão e empregado); nem socialista, uma vez que não está pautada na estatização da economia. Seria, portanto, para Santos, uma forma híbrida ou equilibrada situada entre o capitalismo tradicional e o socialismo estatizante, já que estaria ligado à economia capitalista, enquanto sujeito produtor e comerciante, e, simultaneamente, teria uma organização coletiva do trabalho não-capitalista, pautada pela autonomia, interdependência, democracia participativa na gestão e divisão dos “lucros” – ou seja, de autogestão.

Há outras concepções ideológicas a respeito do conceito da economia solidária, algumas inclusive que questionam o potencial real de emancipação do indivíduo em relação à situação de pobreza em função da realidade de precariedade na qual estão normalmente inseridos os empreendimentos considerados da economia solidária – ou empreendimentos econômicos solidários. É interessante se observar que várias das distinções do conceito de economia solidária estão fundamentadas em disputas de ordem político e ideológico, as quais, com o passar do tempo e, conseqüentemente, com a transformação do fenômeno, são modificadas e complexificadas, como podem ser percebidas em alguns estudos.

Analisando as definições de alguns autores ao longo do tempo, é possível se perceber, também, o grau relativo de mudanças que ocorre nas concepções ideológicas acerca do fenômeno.

Percebe-se, por exemplo, que, na medida em que o conceito começa a adentrar as agendas políticas de governos (ou seja, do Estado), por meio de autores representantes dessa “corrente”, no Brasil, verifica-se uma flexibilização da doutrina marxista, no que tange à ideologia socialista, na análise dos mesmos pesquisadores (representantes de tal corrente).

É emblemático o caso das flexibilizações acerca da doutrina socialista observadas na obra de Singer, na medida em que a economia solidária se consolida enquanto questão política, no Governo Federal, a partir, principalmente, da constituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no ano de 2003, durante o mandato do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

A questão das parcerias e apoios (aqui abordada pelo termo interinstitucionalidade) passa a ser predominante nas obras do autor, uma vez que o mesmo se tornou o primeiro Secretário Nacional de Economia Solidária do país, e passa

a abordar, em suas publicações, aspectos voltados ao cotidiano da implementação de uma política pública para o setor. O autor, nesse sentido, passa a pensar o fenômeno do ponto de vista do Estado (e do ponto de vista político do Governo em que está inserido). Nesse sentido, as reflexões ideológicas têm um peso menor nos estudos do autor, em relação às questões pragmáticas, verificadas na realidade da necessidade de contribuição para o desenvolvimento do fenômeno de forma prática e viável, no período de tempo em que ocupa a posição de Secretário Nacional dessa pasta do Governo.

O conceito da Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária), nesse sentido, pode ser considerado um “conceito oficial” de economia solidária no país: não se remete a questões tão ideológicas quanto à difusão do socialismo por meio da “economia solidária” e também nem a questões de ordem problemáticas em termos sociológicos (isto é, não discute os limites teóricos e metodológicos). Ao mesmo tempo em que busca a analisar aspectos relacionados ao papel do Estado e da Sociedade Civil. Como se verifica em obras de Singer (2006a e 2006b) e Gaiger (2006), por exemplo, aproximando-se mais da noção original do conceito, difundida por Laville (1994, apud Lechat, 2002) no contexto europeu.

Desse modo, a respeito da corrente marxista, pode-se depreender, para as reflexões deste estudo (e de acordo com os nossos interesses de pesquisa), que, apesar de ser uma corrente bastante influente nos estudos de economia solidária (principalmente brasileiros), é diversificada e tem sofrido transformações na medida em que o fenômeno se complexifica e se insere, cada vez mais solidamente, nas esferas do Estado, do Mercado e da Sociedade Civil Organizada.

b) A Corrente Maussiana

Por sua vez, a corrente maussiana possui a definição do conceito influenciada pela teoria da “dádiva” de Marcel Mauss. Segundo Lechat (2002), a definição baseada na idéia da “economia social” e nas perspectivas teóricas de Polanyi e Mauss corresponde à definição original do conceito da economia solidária.

O cerne da definição original do conceito se dá na construção teórica e ênfase nas relações (ou elos) “horizontais” (Girard-Nunes, 2004:203) existentes entre cooperativas, “empresas sociais” (Laville, 2004: 167), Estado, Ong’s e Mercado.

Para Laville (2004), o conceito de “empresas sociais” são aquelas “iniciadas por grupos de cidadãos que procuram prover um grande leque de serviços e uma maior

abertura para a comunidade local” (Laville, 2004:167). Numa abordagem mais teórica, Laville (2004), assim como Girard (2004), Caillé (2004) e França-Filho (2004), aborda o fenômeno da economia solidária, enquanto práticas de relações de reciprocidade entre as diferentes esferas da sociedade, fundamentalmente, a partir do conceito de “dádiva” ou “dom” e das noções de Mauss a respeito da idéia de vínculos sociais, laços ou elos construídos entre os seus atores.

Pode-se dizer que a corrente maussiana concebe a economia solidária como uma forma de reconstrução de vínculos sociais de indivíduos que se encontravam com tais vínculos quebrados com o restante da sociedade, em função das mudanças ocorridas no mundo do trabalho. A corrente maussiana se baseia, principalmente, no conceito de vínculos sociais, encontrado em obras de Marcel Mauss, como O ensaio sobre a dádiva.

A teoria de Mauss, desenvolvida por Caillé, consiste na idéia de que o laço que une o indivíduo à sociedade é construído por meio das relações de reciprocidade: da “dádiva”. Esta seria a relação de trocas existentes nas sociedades entre os indivíduos.

O processo de construção dos vínculos sociais, por sua vez, seja no âmbito microsocial quanto no macro, se dá, na perspectiva maussiana, por intermédio da “dádiva”, isto é, da troca de dádivas entre os indivíduos ou atores sociais.

A “dádiva” consiste na ação do indivíduo de dar, de receber e retribuir a ação. Há por parte dos indivíduos, uma expectativa de que haja a “dádiva” entre eles. Isto é, de que o indivíduo ou “outro” irão agir no sentido de que seja construído o vínculo social; no sentido de que haja a troca de “dádivas”. Ao mesmo tempo, os indivíduos possuem certo grau de liberdade para escolher entre dar ou não a dádiva. Assim como, entre receber ou não; e, ainda, entre retribuir ou não a ação do indivíduo.

Desse modo, há, por um lado, a expectativa da ação do indivíduo, como também um grau de liberdade de escolha para que o mesmo haja na via de cumprir com a chamada tríplice obrigação – desobrigada do dar, receber e retribuir¹⁰.

¹⁰ Nesse sentido, Caillé (1998) se refere à “dádiva” ou ao “dom” como uma teoria que se tornaria (ou já o seria) o terceiro grande paradigma das Ciências Sociais. Isto, na medida em que, por um lado, existe uma moral social “fora” do indivíduo, presente no que podemos chamar de “consciência coletiva”, e que é a expectativa de que haja a troca de dádivas. O que, estaria de acordo com o chamado paradigma holista das Ciências Sociais: aquele em que o indivíduo tem pouco peso nas análises sociais, sendo o todo – a sociedade, e os chamados “fenômenos sociais” – é mais significativo do que as partes que o compõem – os indivíduos. Do outro lado, o outro paradigma predominante nas Ciências Sociais, de acordo com Caillé, é o individualismo metodológico: aquele que concebe o indivíduo como sendo o foco da análise sociológica para que se entenda o todo, ou seja, a sociedade. Sem adentrarmos neste assunto tão arenoso das teorias sociológicas, isto é, as diferenças paradigmáticas entre o holismo e o individualismo – estudado por grandes nomes das Ciências Sociais como Norbert Elias, por exemplo – é marcante a posição de Caillé (1998) a respeito da “dádiva” pois, segundo ele, a teoria da dádiva, ao perceber um certo grau de liberdade dos indivíduos em realizar a ação, simultaneamente em que percebe a moral da

A tríplice ação é chamada de obrigada, na proporção em que existem as expectativas morais em torno do dar, receber e retribuir; e, ao mesmo tempo é desobrigada, pois não há, de fato, uma obrigação explícita em realizá-las.

Nessa perspectiva há, portanto, um grau de liberdade por parte do indivíduo em escolher a reciprocidade ou escolher não retribuir. O que permite três situações em termos de formação de vínculos:

1. a formação da relação de confiança;
2. a “dádiva agonística”, e
3. a não formação do vínculo.

Assim, na primeira hipótese, havendo a liberdade de escolha dos indivíduos em agir ou não agir segundo as expectativas da “tríplice obrigação – desobrigada”, os indivíduos podem optar por não atenderem à expectativa do “dar”, por exemplo. O que ocasionaria a possibilidade de formação do vínculo social entre os atores, e desse modo, se estabeleceria a relação de confiança.

A segunda hipótese é a de que haja a escolha por agir, segundo a intenção de formar o vínculo. Cria-se, assim, uma expectativa por parte daquele que recebe, em primeiro receber, e depois retribuir. Caillé (1998) coloca essa expectativa como um sentimento de obrigação que o receptor possui com o doador, de retribuição da ação. Nessa situação, o receptor pode optar por não receber, o que poderia causar uma situação a qual o autor chama de uma relação de conflito e desconfiança, podendo derrocar na instauração de uma relação de rivalidade entre os atores sociais envolvidos naquela trama, pois não houve o recebimento. Ou ainda, receber e não ter como retribuir, resultando daí o chamado “endividamento negativo”. Caillé se refere a esse tipo de dádiva como a “dádiva agonística”.

A “dádiva agonística” é um vínculo social, contudo com características peculiares entre os indivíduos. Isto é, diferencia-se da idéia da relação de confiança estabelecida entre atores sociais. No caso do endividamento negativo, a relação se pauta pela por uma sensação de dívida do receptor com relação ao doador, pois também há uma expectativa moral de que o receptor retribua a ação. Pode-se gerar, a partir dessa configuração, uma relação de dependência, de dívida de favor, clientelismo ou dominação. O *endividamento*, segundo autores como Girard (2004) e Godbout (apud Silva, 2007) pode ser, nesse caso, *positivo* ou *negativo*, dependendo do tipo de

sociedade construindo certas expectativas, se configuraria como um novo paradigma de análise das Ciências Sociais.

consequências benéficas ou não, trazidas aos atores sociais, de acordo com o ponto de vista de cada um.

E a última hipótese é a da não formação do vínculo: não houve a ação do “dar” por parte de um dos atores, assim, não há a possibilidade de formação do vínculo.

A dádiva é, em suma, uma aposta (Caillé, 1998) na reciprocidade: para o indivíduo ou ator social que dá e espera receber alguma reciprocidade, seja de qual natureza for. Uma vez estabelecido, “laço” ou “vínculo” social (horizontal) é fortalecido, quebrado ou enfraquecido de acordo com a manutenção ou não das trocas de dádivas entre os indivíduos.

Feitas algumas observações acerca do processo de construção dos vínculos sociais, por meio da teoria da dádiva, autores como Laville (2004) e Caillé (2004) entendem a economia solidária como uma forma alternativa de que indivíduos que se encontravam fora da esfera formal e tradicional do trabalho em função das crises econômicas pudessem ser inseridos novamente no mundo do trabalho, e terem, desse modo, a possibilidade de (re)construírem os vínculos sociais com o restante da sociedade restaurados: isto é, uma forma de re-construção da identidade social do indivíduo em relação à sociedade em que o mesmo está inserido.

Numa lógica de abordar o papel da economia solidária na reconstrução dos vínculos sociais, Caillé (2004) elabora um esquema teórico chamado de “quadro das socialidades”, onde situa a economia solidária se originando na chamada “socialidade primária” que se fixa, de forma gradual, entre essa e a “socialidade secundária”.

Segundo o autor, a sociedade é formada pela existência de vínculos sociais entre os indivíduos. Tais vínculos, por sua vez, são construídos em diferentes esferas da sociedade, e, por isso, possuem níveis e graus de proximidade distintos. Assim, as “socialidades primárias” são as esferas caracterizadas pela predominância de relações de pessoalidade (relações de amizade, confiança, camaradagem e reciprocidades). Nas “socialidades secundárias”, por sua vez, predominam as relações de impessoalidade: relações características das trocas do mercado ou das relações estabelecidas entre cidadãos e Estado, baseadas na idéia de princípios, como a idéia de que todos são iguais e devem receber o mesmo tratamento pela lei.

Quadro 1: As Socialidades

“Socialidade Secundária Privada” (Mercado)	“Socialidade Secundária Pública” (Estado)
“Socialidade Primária Pública” (Associações primárias – vizinhança, clubes de vizinhança, associações comunitárias)	
“Socialidade Primária Privada” (Família)	

Fonte: Caillé (2004 : 24)

Para Caillé (2004), portanto, a economia solidária se inicia nos âmbitos da esfera familiar e da vizinhança, e passa a se interagir, gradualmente, como o mercado e com o Estado. Assim, cria-se um vínculo social entre a esfera familiar, a de vizinhança, a do mercado e a do Estado, que possuem diferentes graus de proximidade, de confiança, e de dinâmica de continuidade¹¹.

Trata-se, pois, de um processo gradativo de (re)construção dos vínculos sociais, primeiramente entre os indivíduos (familiares, vizinhos), e depois com atores pertencentes ao comércio e ao Estado.

Trabalha-se com a idéia de que os indivíduos que se inserem na economia solidária estavam com seus vínculos rompidos com as socialidades secundárias. Esse rompimento, na concepção de autores como Paugam (1999)¹² se assemelha à idéia de

¹¹ Estudos com cooperativas de catadores de lixo do Distrito Federal, como os de Mauro (2006), Cruz (2006) e Silva (2006), comprovam essa origem familiar e de vizinhança de empreendimentos solidários, nessa região do Brasil.

¹² A idéia de reconstrução dos vínculos sociais por meio da categoria trabalho foi explicitada por Paugam (1999) em estudo realizado na França. Na oportunidade, o autor discute o papel da inserção do indivíduo no mundo do trabalho, na construção e manutenção dos vínculos sociais daquele com o restante da sociedade. O autor constata o gradativo isolamento social dos indivíduos que não conseguem se reintegrar ao mercado de trabalho. Há o rompimento, segundo o autor, inclusive das relações familiares, e assim, dos vínculos sociais construídos no âmbito da família por meio de separações, expulsões dos lares, abandonos, etc.

exclusão social. Na visão desse autor, o trabalho é a categoria central por meio da qual se constroem os vínculos sociais entre os indivíduos na sociedade francesa (onde o mesmo realizou a sua pesquisa).

Nesse sentido, a idéia de Caillé (2004) sobre a concepção de reconstrução dos vínculos sociais com as diferentes socialidades por meio da economia solidária, corrobora com a noção de que o trabalho é a categoria que permite com que os vínculos sejam (re)construídos, partindo-se do pressuposto de que esses se encontravam rompidos em função da ausência da categoria trabalho no cotidiano de tais indivíduos.

A “crise”, portanto, pode ser entendida como o elemento influente no processo de desconstrução dos vínculos sociais por parte dos indivíduos inseridos na economia solidária.

No entanto, a partir de uma reflexão da realidade brasileira, questiona-se os seguintes pressupostos referentes a alguns aspectos da corrente maussiana:

1. Até que ponto a (re)construção dos vínculos sociais dos indivíduos inseridos na economia solidária com atores pertencentes a um nível de “socialidade secundária” corresponde à superação da situação de “crise”, dado que no Brasil, a situação de “crise” parece se configurar de forma constante na sociedade?
2. Em que medida os vínculos construídos entre atores da economia solidária (cooperativas ou associações populares, por exemplo) e instituições dos setores público ou privado (“socialidade secundária”) possuem uma natureza predominantemente impessoal, em termos de tipos de relações estabelecidas?

A primeira questão é levantada em função da noção de “fragilidades” da economia solidária que os estudos mais recentes da área, no Brasil, têm se referido. O que diz respeito a uma continuidade das características da pobreza e precariedade na maioria dos empreendimentos de economia solidária, apesar da realidade comum, de um modo geral, das interações entre atores dessa economia e instituições do setor público, ou do privado, ou ainda do terceiro setor (entendidos nessa perspectiva como pertencentes à socialidade secundária). Essa característica da economia solidária brasileira será abordada e aprofundada no terceiro capítulo, sendo que a mesma corresponde a um dos temas considerados como estado da arte da literatura.

A última questão é levantada a partir de verificações, em recentes pesquisas, que apontam desigualdades ou assimetrias presentes nas construções dos vínculos ou

relações envolvendo empreendimentos econômicos solidários e instituições características da socialidade secundária, como instituições do setor público e do privado. O que chama atenção nas pesquisas é que há desigualdades ou assimetrias envolvendo atores do setor público e sujeitos da economia solidária.

Uma vez que a construção de vínculos entre os atores citados deveria estar pautada por critérios de impessoalidades, como os princípios de igualdade presentes no setor público (esfera do Estado), pergunta-se: *quais fatores influenciam a construção das desigualdades nas disposições das relações ou vínculos de atores desse setor e empreendimentos solidários, no Brasil?*

Analisando a construção dos vínculos sociais por intermédio do processo descrito pela teoria da dádiva, as relações de pessoalidade (dar, receber e retribuir) influenciam também as construções dos vínculos entre os atores sociais a um nível de socialidade secundária, que deveria ser influenciada mais por critérios impessoais, do que por critérios pessoais, como coloca Caillé (1998).

Nesse sentido, por meio do prisma das relações da liberdade de escolha do dar, receber e retribuir existentes na socialidade secundária, a indagação acerca da forma como se dá o processo de construção dos vínculos sociais entre os atores pertencentes à esfera do Estado e atores inseridos em outras esferas, pode, em certa medida, corroborar com abordagens culturalistas desenvolvidas nas Ciências Sociais brasileira, que refletem acerca das fragilidades das instituições sociais na nossa sociedade (brasileira), como é o caso de Holanda (2008).

Essas flexibilidades existentes nas instituições serão trabalhadas no presente estudo a partir da existência de influências das relações de pessoalidade nos processos de construção dos vínculos sociais entre empreendimentos econômicos solidários e instituições do setor público.

Será trabalhado, também, o processo de construção dos vínculos sociais entre empreendimentos econômicos solidários (no caso específico, cooperativas de catadores) e atores advindos do setor privado e do terceiro setor, objetivando-se analisar a influência das relações de pessoalidade nessas construções. As relações entre os atores de diferentes esferas são também chamadas de relações interinstitucionais ou de interinstitucionalidade.

A abordagem da pessoalidade se refere, pois, a um traço cultural presente nas diversas esferas da sociedade brasileira, manifestando-se de formas distintas e em diferentes níveis. Dessa perspectiva podem ser desenvolvidas uma gama de

possibilidades de análises de cunho culturalistas, presentes nas Ciências Sociais, que viriam a complementar ou subsidiar ainda mais a abordagem acerca da influência das relações de personalidade nas diversas interações sociais, presentes em distintas esferas. Este estudo se limitará à perspectiva da análise da influência da personalidade na idéia das fragilidades e flexibilidades das instituições sociais brasileiras.

c) Concepção de economia solidária do estudo

É importante mencionar que a posição do presente pesquisador acerca das correntes paradigmáticas é a mesma de Lima (2007): elas não se anulam, mas se complementam.

Nesse sentido, se entende o fenômeno como sendo um instrumento de construção de vínculos sociais de pessoas que estavam com esses vínculos quebrados ou simplesmente não os possuíam, entre as socialidades primárias (família e vizinhança) e secundária (Estado e Mercado).

De certo, a economia solidária, de acordo com essa concepção, está situada na dinâmica social e econômica capitalista vigente (Santos, 2002), necessitando se integrar ao mercado, no sentido da necessidade de comercialização da sua produção, utilizar-se dos meios necessários de financiamentos existentes na economia e na sociedade (Singer, 2006), de organização eficiente do trabalho (Gutierrez, 1997 apud Taulie e Debacco, 2001), mas mantendo características não-capitalistas na sua relação capital – trabalho (Santos, 2002), respeitando os valores de organização do trabalho cooperativista (autogestão, democracia e igualdade). O que permite uma democratização dos lucros, da escolha dos seus dirigentes, tendendo a diminuir a exploração do trabalho e a aumentar a distribuição da riqueza (de acordo com alguns princípios do chamado cooperativismo original).

Como pôde ser observado, as análises teóricas realizadas na primeira parte do estudo, além de problematizar a questão central que estava intrínseca ao objeto de pesquisa construído, procurou responder a algumas indagações ao que se refere, principalmente, às diferentes concepções do conceito de economia solidária mais difundidos pela literatura. Nesse sentido, foram apresentadas duas correntes paradigmáticas que se sobrepõem nos estudos sociológicos de economia solidária: a corrente marxista e a corrente maussiana.

Contudo, couberam algumas críticas realizadas a ambas correntes. No que se refere à corrente marxista, a crítica realizada diz respeito à vertente de pensamento (dentre as existentes na corrente) que concebe a economia solidária como um modo-de-produção socialista desenvolvida dentro do capitalismo. A essência da crítica não reside no fato de que a economia solidária corresponda a uma experiência socialista no capitalismo, mas de que é um início para a superação do modo-de-produção capitalista pelo socialista.

A grande indagação que originou essa análise crítica das concepções do conceito de economia solidária não partiu da descrença do pesquisador em relação a tal concepção, mas surgiu a partir do contato do pesquisador com a literatura mais difundida sobre o assunto (predominantemente advinda da corrente marxista) e do contato do pesquisador com o campo propriamente dito (com a realidade das cooperativas e dos indivíduos que protagonizam a economia solidária). Ou seja, a crítica a essa concepção advém da idéia da separação do fenômeno da economia solidária em um campo onde se reúnem os sujeitos que pensam esse campo e de sujeitos que protagonizam o campo.

Os sujeitos que pensam o campo o fazem tendo como base, normalmente, as suas ideologias políticas e o fazem utilizando elementos dos paradigmas teóricos e metodológicos que mais os agradam em termos científicos, e, até mesmo, políticos. Da mesma forma, os sujeitos que protagonizam o campo, os quais, normalmente, possuem a concepção do trabalho como elemento capaz de os emancipar socialmente da condição da pobreza e da precariedade do trabalho. Para isso, entendem a necessidade da sua organização interna (normalmente, segundo os moldes cooperativistas), e a integração da economia solidária ao mercado capitalista (produção e comercialização).

Durante a análise teórica, procurou-se sustentar a tese de que a corrente marxista é heterogênea em suas concepções e, também, é dinâmica, pois flexibiliza algumas de suas concepções, acompanhando a própria dinâmica do fenômeno em si. Tendo-se em vista todas essas ponderações, duas concepções são fundamentais, para o presente estudo, advindas da corrente marxista: a concepção de Santos (2002), que entende a economia solidária situada entre o capitalismo e o socialismo; e a concepção oficial da Senaes (MTE), a qual teve influência de um dos autores ícones da corrente marxista, o Paul Singer, primeiro secretário nacional de economia solidária, de que a economia solidária é, em suma, um instrumento de combate à pobreza e às desigualdades sociais, portanto, de combate à chamada crise do trabalho.

Já em relação à corrente maussiana, a crítica reside nas diferenças existentes no campo teórico formulado a partir da realidade européia (particularmente, francesa), por exemplo, por Caillé (2004) e Laville (2004), e a sua apropriação automática por parte de alguns pesquisadores brasileiros para analisar a realidade brasileira. A essência dessa crítica reside no fato de que todo o pressuposto teórico dos principais autores da corrente maussiana (Laville, Caille, por exemplo) parte da noção da crise do Estado de bem estar social europeu (e norte-americano). Realidade, essa, como procurou-se mostrar no capítulo 1, que não perdurou no Brasil, nos moldes dos países europeus (como a França) e dos Estados Unidos da América.

Capítulo 3. A Interinstitucionalidade na Economia Solidária

Características do Campo:

Como observado na análise das principais concepções do conceito de economia solidária vigentes, atualmente, no Brasil, a economia solidária, tanto por parte da corrente marxista como da maussiana, é compreendida como um instrumento de combate à pobreza e às desigualdades, bem como da chamada crise do trabalho. No entanto, alguns estudos recentes têm ponderado a sua viabilidade enquanto tal instrumento, tendo-se em vista a identificação, em diversos estudos empíricos, de várias fragilidades econômicas e sociais encontradas em grande parte dos empreendimentos que compõem a economia solidária.

Neste capítulo, procura-se abordar a questão das fragilidades da economia solidária, como parte da abordagem do estado da arte da literatura. Além disso, suscita-se o papel da interinstitucionalidade em que está inserida a economia solidária combate às fragilidades, como também, na construção das suas dinâmicas e configurações atuais em que grande parte dos empreendimentos econômicos solidários se encontram.

A proposta de análise da interinstitucionalidade na economia solidária se encaixa mais na perspectiva analítica desenvolvida pela chamada corrente maussiana. No entanto, como visto no capítulo anterior, é um tema que tem sido cada vez mais abordado por autores pertencentes à aqui chamada corrente marxista, tendo em vista as transformações político-ideológicas dessa vertente de pensamento, no que se refere ao foco de análise atualmente mais valorizado no campo de pesquisas da economia solidária: o desenvolvimento do empreendimentos econômicos solidários enquanto uma estratégia de Governo para o fortalecimento de alternativas de geração de trabalho, renda, combate à pobreza e de proporcionar mobilidade social para segmentos mais pobres da sociedade.

Por outro lado, há vertentes que vão questionar o papel dessas relações (ou aspectos externos) no combate às fragilidades dos empreendimentos, dando maior importância aos chamados aspectos internos dos empreendimentos solidários. Além disso, outra questão desenvolvida no âmbito do tema da interinstitucionalidade é a das políticas públicas desenvolvidas para o setor. O que também corresponde a um dos temas mais abordados nos últimos dois anos em artigos, pesquisas, dissertações e teses desenvolvidas sobre a economia solidária.

Desse modo, este capítulo seguirá a seguinte estrutura:

1. Mostrar que a economia solidária possui fragilidades a níveis econômicos e sociais;
2. Desenvolver a idéia de que a característica da interinstitucionalidade na economia solidária está presente desde a sua origem, e que há desigualdades ou assimetrias nos processos de construção dessas relações;
3. Abordar a questão das Políticas Públicas recentemente construídas para o setor, bem como as suas limitações interinstitucionais e pontualidades;
4. Por fim, apresentar as diferentes formas de interinstitucionalidades encontradas na economia solidária.

3.1. Como se Apresentam as Fragilidades da Economia Solidária?

Como referido, vários estudos recentes na área da economia solidária tem relativizado o potencial de superação das condições de pobreza e precariedade da maior parte de empreendimentos solidários no Brasil.

À essa noção (presente no cotidiano da economia solidária brasileira) a literatura tem chamado Fragilidades (Gaiger, 2004), perceptíveis tanto no nível social (condições de trabalho) quanto no econômico (capacidade de produção e geração de renda).

As fragilidades que se apresentam na economia solidária têm sido apresentadas pela literatura e pesquisas mais recente por meio de termos como ‘desigualdades na economia solidária’ (Singer, 2006), ‘precariedade’ (Silva, 2007), ‘pobreza’ e ‘falta de capital de giro’ (Taulie e Debacco, 2002) dentre outros.

Em artigo recente, Singer (2006), concebe que a economia solidária reproduz a desigualdade social existente na sociedade: existem cooperativas e associações econômicas solidárias ricas e pobres, sendo que aproximadamente 80% desses sujeitos econômicos solidários são considerados pobres.

Utilizando-se de dados do “Mapeamento da Economia Solidária no Brasil”, realizado pela Senaes, em 2005, Silva (2007) vem a aprofundar a idéia das fragilidades econômicas da economia solidária brasileira destacando dificuldades, por exemplo, de comercialização da produção resultante do trabalho dos cooperados ou associados solidários.

Do ponto de vista econômico ou da geração da renda, a cadeia de eventos conseqüentes da precariedade provoca dificuldades em relação às suas inserções no

campo da circulação econômica: comercialização do material ou da produção, resultante do trabalho dos cooperados ou membros dos empreendimentos econômicos solidários. Circulando pouco capital, em decorrência da frágil produção e condições de trabalho, contribui-se para a reprodução da realidade de escassez financeira e degradação do trabalho em grande parte da economia solidária. O que derroca na idéia de fragilidade econômica e social da economia solidária.

Tauile e Debacco (2002) fazem referência à noção de fragilidade econômica da economia solidária.

“As empresas de auto-gestão são formadas por pessoas que não possuem grande patrimônio pessoal e, normalmente, têm um reduzido grau de instrução. Mesmo quando estas empresas têm à disposição equipamentos para trabalhar, estes costumam ser antigos e, muitas vezes, obsoletos. A falta de patrimônio faz com que a empresa nasça com uma estrutura de capital deficiente e que frequentemente a necessidade de capital de giro seja superior à sua capacidade de financiá-lo” (Tauile e Debacco; 2002)¹³.

Alia-se à precariedade das condições de trabalho, o baixo grau de escolaridade (Silva, 2007; Mauro, 2006; Bursztyn, 2000). O baixo grau de escolaridade na economia solidária, normalmente é associado pelos estudos à capacidade de gestão observada em tais componentes ou empreendimentos econômicos solidários (Singer, 2000 e Tauile e Debacco, 2002).

Por sua vez, a capacidade de gestão é associada à capacidade da cooperativa ou associação, ou ainda empresa social, em estabelecer laços fortes de coesão social entre os indivíduos que as compõem e de interações com outros atores sociais (Gaiger, 2006; Girard, 2006 e Silva, 2007). Os laços de coesão social entre os indivíduos é abordado pela literatura como sendo as “relações de reciprocidades internas” (Silva, 2007; Kirsch, 2007), as quais são relacionadas à organização interna da cooperativa, associação ou empresa social pelos seus membros.

¹³ Tauile e Debacco (2002), diferentemente de Singer (2002) e Caillé (2004), por exemplo, generalizam o contexto de pobreza para o desenvolvimento da economia solidária. O conceito de autogestão, no entanto, não está necessariamente relacionado ao conceito de economia solidária, e nem a sua gênese ao contexto de precarização e pobreza.

A característica do baixo grau de escolaridade também está presente do contexto de cooperativas de catadores de materiais recicláveis do DF, como se refere a pesquisa de Bursztyin (2000).

As fragilidades (Gaiger, 2004), portanto, são entendidas como o contexto de pobreza e precariedade do trabalho presentes na realidade da economia solidária, no Brasil. Há trabalhos que verificam características semelhantes em outros contextos internacionais, como é o caso de Rodrigues (2002), que se refere ao contexto de pobreza que se insere a economia solidária ou o “cooperativismo popular” em Bogotá, na Colômbia. Santos (2002), por sua vez, menciona a similitude da economia solidária praticada em países como Brasil e Colômbia com aquela praticada na Índia e em países Africanos.

3.2. A Interinstitucionalidade e as Desigualdades

Há uma vertente de pensamento nos estudos recentes de economia solidária que procuram estabelecer uma relação entre a idéia das relações interinstitucionais (como parcerias ou apoios construídos entre os empreendimentos de economia solidária e atores institucionais advindos da esfera pública, privada ou do chamado terceiro setor / sociedade civil organizada) e o combate às fragilidades sócio-econômicas da economia solidária. Parte da corrente maussiana, de fato, se baseia nesta concepção, sem se distanciar dos chamados aspectos internos dos empreendimentos (como a organização administrativa e divisão do trabalho entre os cooperados).

Inclusive, existem alguns estudos baseados em postulados da corrente maussiana (como a dissertação de mestrado em Sociologia de Kirsch, 2007; por exemplo) que associam, de certo modo, uma probabilidade de aumento da organização dos aspectos internos de empreendimentos solidários com a construção de relações interinstitucionais daqueles com atores como Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, existentes em algumas universidades federais brasileiras, e as quais trabalham no sentido de contribuir para o fomento de empreendimentos solidários, por meio de capacitações, apoios técnicos, etc.

O incentivo a esse tipo de construção de relações interinstitucionais, como poderá ser percebido ao longo deste capítulo, é um dos pontos-chaves da política nacional de economia solidária conduzida pela Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária. O que vem a reforçar a idéia da concepção maussiana de economia

solidária, que entende que a viabilidade de tal economia passa pela construção de vínculos sociais entre diferentes atores pertencentes a diferentes níveis de socialidades.

Uma pluralidade de estudos aborda a questão dessas relações interinstitucionais na economia solidária. A Figura 1, abaixo, ilustra a concepção do nível de participação dessas relações na dinâmica da economia solidária.

Figura 1: Campo da Economia Solidária no Brasil (2005)



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil (SENAES, 2005b).

No entanto, analisando os estudos e pesquisas mais recentes, duas características sobre essas relações são percebidas:

- A) a primeira diz respeito à manutenção das fragilidades da economia solidária, mesmo estando ela inserida num contexto de interinstitucionalidade (Singer, 2002; Gaiger, 2004; Silva, 2007).

B) A segunda se refere às desigualdades ou assimetrias observadas nas configurações tomadas pelas relações interinstitucionais no âmbito da economia solidária (Silva, 2007; Gaiger, 2006)¹⁴.

As configurações desiguais ou assimétricas identificadas por estudos e pesquisas recentemente publicadas têm sido concebidas por meio da idéia da distribuição desigual e/ou assimétrica de recursos advindos dos atores institucionais (tanto da esfera pública, quanto da privada e da sociedade civil organizada) entre empreendimentos de economia solidária. Nesse sentido, alguns empreendimentos que conseguem apoio de alguns atores advindos da esfera pública, de certo modo, obtém acesso a certos recursos que contribuem para a sua viabilidade (tanto econômica – como instrumentos de trabalho e/ou produção em si, quanto social – como capacitações técnicas, no sentido de realização de trabalhos complexos de produção, organização do trabalho, elaboração de projetos de pedidos de concessão de recursos, etc.) enquanto instrumento eficiente de combate à pobreza. Ao mesmo tempo em que alguns empreendimentos não conseguem obter acesso aos mesmos recursos advindos dessas relações interinstitucionais, o que, em alguns casos, significa um caminho mais longo ou dificilmente alcançável à viabilidade enquanto instrumento social de combate à pobreza. Tais vertentes de pensamento, como poderão ser percebidas ao longo deste capítulo, constituem parte do que aqui se denomina estado da arte da literatura de economia solidária.

Desse modo, há, ainda, algumas possibilidades de se pensar a questão das desigualdades ou assimetria das relações interinstitucionais, bem como da questão da viabilidade da economia solidária:

- Quais os interesses institucionais dos atores das esferas pública, privada e da sociedade civil organizada em construir relações interinstitucionais com alguns empreendimentos econômicos solidários?

- Quais fatores que contribuem ou influenciam a construção dessas desigualdades ou assimetrias no processo de construção de tais relações? Esses fatores estão relacionados aos chamados aspectos internos (organização administrativa e

¹⁴ O Termo desigualdade foi retirado da constatação de Singer (2006) acerca das desigualdades sócio-econômicas existentes na economia solidária brasileira. Já a utilização do termo “assimetria” se deu a partir do estudo realizado por Silva (2007) acerca das relações de reciprocidades existentes em cooperativas da mesma natureza na região referida.

divisão do trabalho – Gaiger, 2006; Singer, 2000), ou aos chamados aspectos externos (conflitos de interesses – Girard, 2006)?

A segunda questão será abordada de forma mais aprofundada no quarto capítulo, que busca relacionar alguns fatores que influenciam as desigualdades ou assimetrias interinstitucionais.

Já a primeira questão, a dos interesses institucionais envolvidos nas relações interinstitucionais no âmbito da economia solidária, é importante fazer duas observações. A primeira observação se refere à idéia do conflito de interesses (Girard, 2006), a qual será abordada de forma mais aprofundada no capítulo seguinte (capítulo 4). A segunda observação diz respeito à questão dos interesses identificados na literatura produzida por instituições que estão inseridas no âmbito da interinstitucionalidade da economia solidária. Em alguns desses estudos institucionais produzidos por atores governamentais, por exemplo, é possível se observar o posicionamento institucional de alguns autores, acerca dessas relações.

Pesquisas recentes relacionam o papel dos chamados agentes externos (ou instituições apoiadoras) ao combate às fragilidades sócio-econômicas da economia solidária. Como é o caso da pesquisa realizada por Kirsch (2007), que aborda o papel da incubação de empreendimentos solidários por Universidades brasileiras. Outro caso é o estudo de Silva (2007), o qual entende que o fortalecimento da economia solidária se dá por meio das relações existentes entre os agentes externos (apoiadores, etc.) e os empreendimentos econômicos solidários.

Silva (2007), assim como Streit (2006) e Mauro (2006) identificaram a participação desses agentes externos na composição da estrutura física de cooperativas de catadores de materiais recicláveis no DF: como a construção de galpões (Cortrap, Coopativa e 100 Dimensão), aquisição de caminhões (Coopativa e 100 Dimensão) e maquinário (100 Dimensão) (Silva, 2007; Mauro, 2006; Streit, 2006). Tais infra-estrutura, num contexto de precariedade, pobreza e falta de recursos certamente tiveram impactos consideráveis, conforme demonstraram os pesquisadores, nas dinâmicas sócio-econômicas dessas cooperativas.

Outros estudos se remetem aos termos parcerias existentes entre empreendimentos econômicos solidários e instituições públicas ou privadas como uma tendência da atual dinâmica da economia solidária brasileira. Alguns desses estudos foram realizados por Singer (2006), Kleiman (2006) e Andrade (2006), representantes da Senaes. Dentre as parcerias enfatizadas pelos autores acima, em específico, às

realizadas entre a Fundação Banco do Brasil e a Senaes no apoio ao projeto econômico solidário desenvolvido em Catende (Pernambuco): uma usina de cana-de-açúcar que faliu e foi reestruturada a partir da gestão da usina ter sido assumida por parte dos trabalhadores, instalando, na mesma, uma autogestão.

Pesquisadores como Streit (2006) e Gonçalves (2006) também fazem menção às parcerias de instituições como a Fundação Banco do Brasil, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, dentre outras, realizadas com associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis na região metropolitana de Belo Horizonte – MG e Brasília – DF¹⁵. Esses estudos foram publicados pela Fundação Banco do Brasil, que intermediou as parcerias formuladas. Singer (2006b) concebe que os apoios dados por essas instituições parceiras têm sido ferramentas necessárias para viabilizar economicamente a grande maioria de empreendimentos solidários. Nesse sentido, de acordo com o autor, parcerias com órgãos públicos, como a Fundação Banco do Brasil, a CAIXA, o BNDES e a Senaes seriam ferramentas estratégicas na obtenção de recursos de financiamentos para aquisição de maquinário, capital de giro, etc., por parte de empreendimentos solidários.

Percebe-se que os estudos acima tratam de casos em que houve o apoio, principalmente, de instituições públicas (ou de economia mista) a empreendimentos econômicos solidários, o que demonstra haver a disposição política da esfera pública em apoiar o fomento da economia solidária no Brasil. Nesse sentido, pode-se afirmar que existe o interesse político por parte de instituições públicas ou de economia mista, como a CAIXA, Fundação Banco do Brasil – FBB e Sebrae, em participar da dinâmica da economia solidária. O interesse político é trabalhado no próximo tópico, o qual faz referência a existência da interinstitucionalidade diversificada na economia solidária desde as suas primeiras experiências no Brasil, a partir da difusão do conceito.

Estudos empíricos, como os realizados por Streit (2006), Mauro (2006) e Silva (2007) verificaram que, de interações entre instituições provindas do setor público, privado ou terceiro setor e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, no Distrito Federal, sobrevinham benefícios e vantagens às cooperativas estudadas, sendo observável o impacto nas formas de produção dessas cooperativas: como mecanismos

¹⁵ Sendo o livro, em cujo os artigos dos autores se encontravam, uma publicação da própria Fundação Banco do Brasil, o processo de formação das parcerias entre as instituições não foi sociologicamente descrito, mas apenas citado como uma ação da Fundação em prol das reduções das desigualdades sociais e em prol da sustentabilidade ambiental, uma vez que, especificamente, as associações solidárias referidas se tratavam de empreendimentos econômicos solidários inseridos no setor econômico da reciclagem, considerado estratégico na questão ambiental.

de diminuição da precariedade do trabalho, aumento da regularidade da circulação econômica (diminuição das incertezas) aumento da perspectiva de elevação da renda dos trabalhadores, em função da utilização de maquinários e outras ferramentas que proporcionam uma maior agregação de valor no produto dos seus trabalhos, dentre outros. Observa-se nos estudos dos pesquisadores acima, por exemplo, que um galpão foi construído em uma das cooperativas estudadas (100 Dimensão) em função da doação de recursos financeiros por parte de uma instituição internacional (embaixada da Grã-Bretanha). O galpão influenciou na manutenção das mesmas atividades e, por conseguinte, da cooperativa, tendo-se em vista as condições de pobreza e precariedade em que a mesma se encontrava anteriormente à construção do galpão. Benefícios, como esses, por sua vez, não foram identificados nas demais cooperativas estudadas pelos autores. Nesse sentido, observou-se que, ao mesmo tempo em que tais interações, de maneira geral, são benéficas aos componentes da economia solidária, do ponto de vista sócio-econômico, elas são distribuídas desigualmente entre esses componentes e as instituições que estabelecem relações com os mesmos.

Foi observado, ainda, por tais pesquisadores que algumas cooperativas construíram mais relações interinstitucionais do que outras. Dessa constatação, é possível com que se construa uma relação entre relações interinstitucionais e diferenças de condições de trabalho, mediante a verificação de que as cooperativas onde foi constatado haver mais instrumentos materiais ou meios de trabalho foram aquelas nas quais se verificou haver mais relações interinstitucionais estabelecidas com diferentes atores de outros segmentos ou esferas sociais.

A respeito dos artigos citando a questão das parcerias referidas à pouco, realizadas entre empreendimentos econômicos solidários e instituições como a CAIXA, FBB e Sebrae, por se tratarem de artigos publicados pelas próprias instituições envolvidas no processo, os mesmos abordam apenas os casos em que as mesmas instituições realizaram os apoios ou parcerias, não sendo possível identificar os motivos que as levaram a realizarem ou construírem as relações interinstitucionais com determinados sujeitos da economia solidária, e não com outros. Nesse sentido, é sabido que o universo que abrange a economia solidária é maior do que aquele abrangido pelo apoio de instituições públicas ou de outras esferas sociais, como mostram os estudos empíricos de pesquisadores da Universidade de Brasília – UnB.

Nesse sentido, três questões são possíveis de serem retiradas da análise realizada até aqui:

1. A interinstitucionalidade é premissa para a viabilização da economia solidária enquanto instrumento eficaz e eficiente¹⁶ de combate à pobreza e desigualdades no Brasil?
2. Quais são os limites da interinstitucionalidade por parte de instituições públicas ou de economia mista protagonistas, no Brasil, da interinstitucionalidade da economia solidária?
3. Quais são os critérios dessas instituições para terem construído suas relações com determinados empreendimentos e não com outros?

O objetivo dessas questões, de fato, é fazer com que se reflita, principalmente, em dois pontos: a centralidade da interinstitucionalidade na viabilidade da economia solidária (questão 1). Tal questão é direta e indiretamente posta por artigos desenvolvidos por instituições protagonistas nessa dinâmica, conforme se pôde ver acima. E a questão dos interesses envolvidos na construção desses processos interinstitucionais. Como se pôde inferir a pouco, há interesses e pré-disposições políticas que guiam essas construções de parcerias ou apoios, principalmente, por ocasião de instituições pertencentes à esfera pública (o que será abordado de forma mais aprofundada no próximo tópico e, também, no próximo capítulo).

Nesse sentido, um aspecto a ser verificado empiricamente diz respeito aos interesses políticos e/ou econômicos envolvidos nas relações interinstitucionais por parte dos atores advindos das esferas pública, privada e do terceiro setor, já que tais relações, como se referem os diversos estudos, produzem impactos econômicos, políticos e sociais nos empreendimentos econômicos solidários, o que torna tais relações, demasiado interessantes para os sujeitos da economia solidária.

3.3. Políticas Públicas: Construção e Pontualidades

Para abordar a questão dos interesses (particularmente políticos) envolvidos na dinâmica interinstitucional focada nas interações entre instituições públicas e empreendimentos econômicos solidários, é importante se ater à lógica da construção da política pública para o setor, no Brasil, e das etapas históricas de construção da

¹⁶ As noções de eficácia e eficiência, respectivamente, no presente estudo são entendidas como a concretização da idéia de superação da condição de pobreza em que os indivíduos que compõem os empreendimentos solidários se encontravam anteriormente à constituição do empreendimento; e a concretização do processo em si de forma gradativa, progressiva, racional e maximizada, de maneira tal que se torne possível a visualização ou mensuração dos impactos e das lógicas envolvidas no processo.

interinstitucionalidade entre atores da esfera pública e do terceiro setor, que culminaram com a construção do processo.

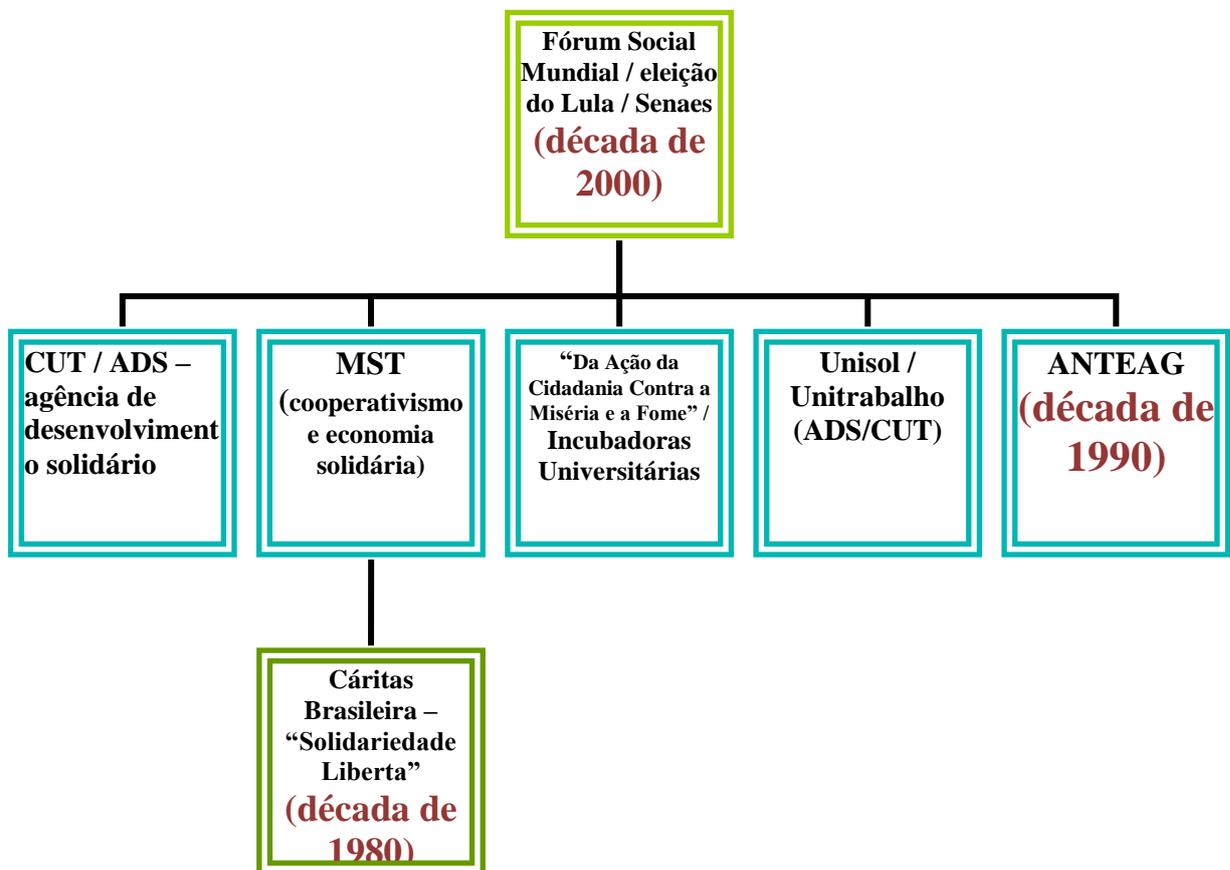
Conforme coloca Schiochet, *“uma das novidades da economia solidária reside na forma como ela tem colocado o problema do Estado e da política pública”* (Schiochet, 2006:vii).

Da mesma forma que o cooperativismo não é novo no Brasil, as políticas públicas voltadas ao cooperativismo também não são recentes no país. Alguns estudos fazem referência à idéia do cooperativismo brasileiro ser utilizado como forma de combate às desigualdades sociais, durante a década de 1970.

Aliado à essa estratégia, algumas pesquisas fazem menção às políticas públicas intervencionistas do Estado, para o setor (Pinho, 1990; Campelo, 2005). As novas configurações sociais das políticas públicas no Brasil e a idéia que traz o conceito de economia solidária vêm a se diferenciar de tais práticas mais antigas, tanto da parte do Estado, quanto do cooperativismo. Em especial, o cooperativismo popular.

Percebe-se, ainda, que a chegada ao Estado de uma bandeira política como a economia solidária é, também, resultado de um processo que envolveu a produção acadêmica e a militância política, além de uma variedade de posicionamentos ideológicos pragmáticos e militâncias de ordem política como um todo. Incluindo a luta no processo político-eleitoral e democrático. O papel de autores como Singer, difusor da definição marxista da economia solidária no Brasil, teve, além da influência na divulgação do conceito em termos de relevância política enquanto bandeira aglutinadora de forças sociais, uma participação orgânica e direta na construção da política da economia solidária, no país, por meio da sua indicação, em 2003, para ocupação da chefia da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego (Governo Federal do Brasil), conforme citado à pouco. Baseado nas redes de apropriações do conceito de economia solidária, por vários atores sociais, até a sua apropriação por parte do Estado enquanto política pública pode ser observada no esquema abaixo.

Quadro 2: Trajetória de Apropriação Institucional do Conceito de Economia Solidária



Fonte: elaboração própria a partir do artigo (Singer, 2006:201).

Para que se compreenda o quadro referido, entenda-se que as linhas mais inferiores correspondem a uma referência temporal relativo à década de 1980, a linha do meio, à década de 1990, e a linha superior, à primeira década dos anos 2000.

Num primeiro momento, percebe-se a participação de organizações filantrópicas ou não-governamentais, como a igreja, e projetos sociais desenvolvidos por tais associações, na década de 1980, interagindo com atores sociais considerados como sujeitos da economia solidária.

Num segundo momento, durante a década de 1990, há a apropriação do conceito de economia solidária por parte de organização do terceiro setor com características políticas de “grupos de pressão”, como Sindicatos, Movimentos Sociais; assim como ONG’s, e outros Movimentos Sociais que se utilizam da bandeira do “social” (solidariedade como valor).

Por fim, nos primeiros anos da década de 2000, ocorre a apropriação por fóruns políticos, partidos políticos e candidato à presidência, o que, com a vitória na eleição presidencial do candidato que havia se apropriado à bandeira (Luiz Inácio Lula da Silva), ocorre a apropriação governamental, e, portanto, do Estado da economia solidária enquanto questão sócio-política.

Como poderá ser compreendido de forma mais ampla durante o capítulo 4, percebe-se que as dinâmicas de vínculos, o emaranhado de relações (ou ainda as redes) estabelecidas entre os atores sociais são influenciadas pelas suas orientações políticas e ideológicas. Desse modo, modificações dos atores centrais dessas relações (ou redes), em se modificando as orientações políticas, há grandes possibilidades de se alterarem os atores institucionais que fazem parte da dinâmica do setor. O que corrobora para a compreensão da associação da economia solidária enquanto questão política e sua proximidade a ideologias ou orientações político-partidárias.

A apropriação da economia solidária enquanto alternativa à geração de trabalho e renda por parte do Estado brasileiro, de fato, é resultado de um processo de construção política e de relações interinstitucionais. Além disso, é propícia a participação de novos atores no cenário das políticas públicas brasileiras, principalmente nas décadas de 1990 e 2000. Essa participação de novos atores no Estado segue a linha explanada por Bonafont (2004) e Castells (2001) – também explorados no capítulo 4 – quando se referem às tendências internacionais observadas que dizem respeito à noção do governo em rede, em função das novas organizações sociais em “redes sociais”, ocorridas nas esferas da economia, do Estado e do Terceiro Setor. Tais noções serão abordadas de forma mais aprofundadas nos próximos capítulos. A peculiaridade da redemocratização política no Brasil (Girad, 2006) e também da globalização (Barbosa, 2007) contribuíram para a maneira como a política pública de economia solidária está sendo desenvolvida no país.

“O que havíamos antes em matéria de políticas do trabalho? Após 1988, data da Nova Constituição, as políticas são pensadas em concentração: pelo Estado, os empresários e os sindicatos juntos para pensar a melhoria da capacitação da mão-de-obra (Jaccoud, 2006). Já nessa época começava-se a não se pensar mais na possibilidade de ter empregos. (...) Um outro nível de ação para a saída do desemprego era de mobilizar os trabalhadores sem

trabalho para que eles se organizassem como pequenos patrões. O setor informal era visto de novo com bons olhos, imaginando que ele tinha a possibilidade de poder absorver sem fim os trabalhadores sem empregos ou desfilados e confundindo autônomos como autonomia” (Girard, 2006:282-283 – grifo nosso).

As mudanças do capitalismo no final da década de 1980, aliado à abertura política do Estado brasileiro, culminaram com a idéia da construção de políticas públicas alternativas voltadas à geração de trabalho, emprego e renda (Girard, 2006). Paralelo a essa conjuntura de ordem política, social e econômica no país, a “economia solidária” foi sendo apropriada por vários tipos de instituições e organizações, tanto a nível local, quanto regional até o alcance a nível nacional e internacional.

Agregando cada vez mais novos atores, a difusão da idéia da economia solidária por diversos grupos e associações passa gradativamente a dialogar com agentes estatais e do poder público. A abertura política e redemocratização do Estado permitem com que novos atores tenham cada vez mais participação na construção de novas formas políticas e públicas de solucionar a questão do trabalho e emprego, em todos os setores da economia.

Os grupos que defendiam a economia solidária como bandeira política, passam, também, a dialogar de forma mais concreta com agentes políticos. Culminando com a chegada ao poder de grupos que já haviam agregado junto às suas bandeiras políticas, a implantação da economia solidária como estratégia de governo (Singer, 2006; Girard, 2006).

Pode-se concluir, portanto, que, a partir da inserção da economia solidária nas esferas do Estado e da política pública, ocorre uma transformação na concepção da economia solidária pela sociedade. As construções de relações interinstitucionais ao longo da história do fenômeno passam de uma lógica de “solidariedade filantrópica” (pautada na doação voluntária de recursos ou na idéia da Responsabilidade Social), para uma “solidariedade democrática” (Laville, 2006).

A solidariedade filantrópica, praticada pelas instituições segundo a idéia da responsabilidade social, é “portadora de um dispositivo de hierarquização social e de manutenção das desigualdades” (Laville, 2006:23).

Na medida em que o apoio do Estado, por meio das suas instituições, passa para a esfera da política pública, entra-se nas esferas dos direitos sociais, e então a

solidariedade praticada por alguns órgãos públicos específicos deixa de ser filantrópica, ou benevolente (ou ainda, motivada por valores individuais), e passa a ser entendida como princípios legais (e legitimados) de igualdade e, portanto, democráticos. Com o resultado desse processo, os sujeitos da economia solidária passam a ter direitos políticos e, por conseguinte, legitimidade para reivindicar o apoio do Estado e das instituições públicas.

Para França-Filho (2006), a novidade das práticas da economia popular¹⁷ solidária diz respeito a “ver tais práticas se inscreverem no quadro da ação associativa, isto é, adquirirem um certo grau de institucionalização” (França-Filho, 2006:62)¹⁸. O autor discute o grau de institucionalização da economia popular solidária quando se refere à novidade desse campo. Tal economia possui a pretensão de causar impactos “nas condições de vida mais gerais das pessoas no seu plano socioterritorial maior, como a melhoria da infra-estrutura urbana, por exemplo” (idem, p.58). Na via, portanto, de uma reprodução ampliada. Superando, assim, o plano “*de uma chamada ‘reprodução simples’ das condições de vida*” (ibidem).

De acordo com Girard (2006), as experiências de implantação e dinâmica dessas políticas se diferenciam e variam conforme as regiões estudadas. São aspectos culturais peculiares de cada localidade (bairros, cidades, Estados ou Regiões) que ajudam a compreender as formas distintas da organização e execução das políticas públicas.

No caso específico, a autora realizou as suas pesquisas nas cidades do Recife – PE, Aracaju – SE e no Estado da Bahia.

Acerca da característica das políticas públicas voltadas ao setor no âmbito federal, percebe-se no artigo de Singer (2006) que há diversas pretensões em relação à política nacional de economia solidária, no Brasil: “a Senaes ambiciona tornar a economia solidária um instrumento importante de luta contra a pobreza” (Singer, 2006b:202 grifo nosso). Exemplos das ações públicas, no âmbito nacional, citadas por Singer (2006b), executadas pela Senaes:

- A formação de redes;

¹⁷ Aqui o autor utiliza o conceito de “economia popular” corroborando com a definição utilizada por Lechat (2002).

¹⁸ O cooperativismo é um fenômeno antigo, trazido pelos europeus para o Brasil no começo do século XX, por imigrantes (Singer, 2002:122 apud França-Filho, 2006:62). Sabe-se ainda que o cooperativismo inicia-se na Europa, em Rochdale, na Inglaterra, ainda no século XVIII, conforme nos explicou Singer, anteriormente. A proliferação de experiências cooperativistas, no Brasil, se deu, principalmente no cenário agrícola, quando da sua origem no país (ibidem). O fenômeno vai se desenvolvendo até alcançar as cidades e outros setores da economia: como redes de hipermercado. Outros exemplos mais recentes, observados na sociedade são as cooperativas de serviços, por exemplo, médicos: hospitais, e às vezes, empresas de plano de saúde são organizados conforme os modelos de cooperativas.

- A formação em economia solidária (de funcionários e servidores público, por exemplo, assim como do público protagonista dos empreendimentos solidários);
- O mapeamento (levantamento de dados por região);
- E a ação em outros eixos, como a educação para Jovens e Adultos – EJA.

A característica das desigualdades presentes nas relações interinstitucionais da economia solidária também se refletem em tais relações construídas sob a lógica das políticas públicas.

As pretensões da política nacional de economia solidária, segundo Gaiger (2006), por exemplo, se caracterizam de forma pontual em relação aos objetivos desejados, no contexto brasileiro. O autor se refere, por exemplo, às dificuldades encontradas nas articulações institucionais entre os diversos atores que atualmente se encontram inseridos no contexto de políticas públicas da economia solidária em desenvolvimento no Brasil.

Além disso, para o autor, há “pouca articulação institucional orgânica que desemboque em ações permanentes” (Gaiger, 2006:229). Tal característica (“pouca articulação”) pode estar relacionada à fraca capacidade de alcance das relações interinstitucionais junto aos componentes da economia solidária, e que compõem o público – alvo das políticas públicas executadas por tais instituições, contrapondo o argumento de Singer (2006), acerca do papel das chamadas instituições de apoio (para a superação das fragilidades sócio-econômicas).

Gaiger (2006) ainda levanta alguns questionamentos acerca do papel dos chamados agentes mediadores no desenvolvimento da economia solidária, mas reconhece a importância dessas interações interinstitucionais na dinâmica sócio-econômica da economia solidária. O que será abordado no capítulo seguinte, quando se relacionar a idéia da influência das relações de personalidade na resolução dos conflitos internos, e a influência dos aspectos internos (Gaiger, 2006) nos conflitos externos. Essa análise terá como pano de fundo a reflexão das influências das relações de personalidade nos processos de construção das relações interinstitucionais (e também das chamadas reciprocidades internas (Silva, 2007:95) ou nos aspectos internos (Gaiger, 2006) das cooperativas).

3.4. Tipos de Relações Interinstitucionais

Várias questões como a noção da solidariedade democrática e filantrópica são fundamentais para se desenvolver uma análise empírica sobre a construção das relações interinstitucionais na economia solidária. Nesse sentido, diante da trajetória da economia solidária, pôde-se perceber o grau de importância que a interinstitucionalidade possui na construção do fenômeno em si, particularmente no Brasil. Vários tipos de relações de diferentes naturezas foram tecidas ou construídas entre os empreendimentos econômicos solidários e os diversos atores das esferas pública, privada e do chamado terceiro setor.

Desse modo, também visando à análise interinstitucional, segundo os interesses de pesquisa, foi possível se construir uma tipologia referente às relações interinstitucionais existentes na economia solidária, de acordo com o que fora observado na literatura, conforme se segue abaixo.

a) As Relações Interinstitucionais do tipo “Filantrópicas”

- A “Solidariedade Filantrópica”, abordada por Laville (2006) é aquela que envolve relações não-obrigadas pela lei, mas são dirigidas por valores considerados de filantropia, como a própria “solidariedade” ao próximo, entendida como valor. Conceitos comuns associados a essa lógica de relações são as noções de “Responsabilidade Social”, “Responsabilidade Ambiental” e outras semelhantes.

b) As Relações Interinstitucionais do Tipo “Econômicas”:

- São as interações comuns à lógica do Mercado: uma troca baseada no valor monetário, segundo os princípios mercadológicos.

c) As Relações Interinstitucionais do Tipo “Políticas Públicas”:

- Baseadas em princípios e critérios estabelecidos pela lei do Poder responsável pela execução dessa política: seja o poder municipal, estadual ou federal.

Capítulo 4: Redes Sociais e Carisma: Influência da Pessoalidade na Interinstitucionalidade

O objetivo Capítulo é abordar, de acordo com os interesses desta pesquisa, o papel das relações de pessoalidade (amizade, confiança e reciprocidade) na construção das relações interinstitucionais da economia solidária. Nesse sentido, serão abordadas duas vertentes teóricas:

1. A primeira vertente é baseada em resultados de pesquisas e estudos realizados sobre empreendimentos econômicos solidários, como cooperativas de catadores. Esses estudos mostram o papel das relações de reciprocidade, liderança carismática e construção de consensos em conflitos de interesses entre atores individuais no processo de construção de relações interinstitucionais entre empreendimentos solidários (ou cooperativas, quando o caso) e outras instituições presentes na dinâmica sócio-econômica desses componentes da economia solidária.
2. A segunda vertente se refere à abordagem da teoria das redes sociais. Essa abordagem tem como objetivo aprofundar a compreensão teórica de que elementos como a amizade, confiança e reciprocidade têm influenciado a construção de relações interinstitucionais em diversos segmentos da sociedade e da economia: como as relações interfirmas e a construção de políticas públicas no contexto contemporâneo. Tal teoria aborda alguns tipos específicos de relações interinstitucionais por meio da idéia de redes sociais. A mesma ainda fornece elementos metodológicos para a análise do objeto de estudos da presente dissertação.

4.1. O Carisma

Vários estudos de economia solidária têm identificado que elementos subjetivos, como o carisma (ou a chamada liderança carismática), exercem influência no processo de construção dessas relações interinstitucionais, seja qual for o tipo. Nesse sentido, alguns estudos que abordam o papel do carisma na construção de relações interinstitucionais na economia solidária, de forma paralela, se remetem à idéia da

associação dos chamados aspectos internos nos chamados aspectos externos (os quais seriam a própria interinstitucionalidade ou relações entre atores institucionais).

Nesse sentido, outra questão levantada a partir da reflexão das desigualdades e que vem sendo levantada por algumas pesquisas (Girard, 2006; França-Filho, 2006) é a presença dos diversos interesses intrínsecos àquelas relações. Cada ator institucional envolvido em relações como aquelas (inclusive as cooperativas, enquanto sujeitos da economia solidária) possuem interesses envolvidos.

Os pesquisadores citados acima (França-Filho, 2006; e Girard, 2006), tal qual Schiochet (2006), fazem menção à questão do conflito de interesses envolvidos no processo de construção dessas relações interinstitucionais entre os atores nelas inseridos.

Alguns estudos abordam a questão dos conflitos de interesses (tanto na esfera interna quanto na externa) como elementos que também exercem influência nos chamados aspectos externos, ou na interinstitucionalidade. Semelhantemente, a idéia do carisma (Girard, 2004), conforme abordado, também é um elemento que influencia a construção da interinstitucionalidade.

A idéia, portanto, da capacidade de construção de consensos nesse processo, segundo Girard (2006), é uma habilidade que, quando presente entre atores, contribui para o estabelecimento do que a autora chama de redes sociais entre os diversos atores envolvidos nesse processo. Semelhantemente, quando ausentes tais habilidades, o processo de construção de redes sociais (ou vínculos interinstitucionais) entre os atores presentes é comprometido.

A questão dos conflitos e dos consensos é sustentada pelo conceito de campo (Bourdieu, 1976), o qual pressupõe a existência de competição entre atores, em função dos seus interesses os quais, em última instância, acabam por explicar a ação do indivíduo num campo específico. No campo da economia solidária, de acordo com essa lógica (França – Filho, 2006), há interesses de várias ordens representados: interesses políticos, econômicos, dentre outros, para citar apenas aqueles que o presente pesquisador considera os mais evidentes quando se trata de relações entre atores institucionais.

Nesse sentido, a idéia do conflito de interesses interinstitucionais ou da construção dos consensos entre os atores institucionais influenciam diretamente a construção das relações interinstitucionais na economia solidária. Essa vertente de análise suscita à noção da influência das relações de pessoalidade nas configurações que

as relações de interinstitucionalidade acabam tendo, já que a idéia do consenso e dos conflitos são postos em negociações entre indivíduos. Alguns, como referido acima, podem possuir a habilidade para construção de consensos, vindo a se tornar uma ferramenta atuante na esfera das relações pessoais e que pode influenciar o processo de construção desigual de relações interinstitucionais entre cooperativas de mesma natureza da economia solidária.

A idéia de “campo”, utilizada acima por França-Filho (2006), como ferramenta conceitual analítica para se analisar a literatura da economia solidária, levanta um ponto de extrema importância para se realizar um levantamento acerca dos fatores que contribuem para a desigualdade das Relações Interinstitucionais: a questão do “interesse”. Alguns autores reforçam a idéia de se analisar a economia solidária por meio do conceito de “Campo”, ao verificarem, em seus estudos, a presença de conflitos de interesses que acabam por interferirem nas relações interinstitucionais.

Para Bourdieu (1976), o campo é um espaço de lutas por poder e competições por prestígios, privilégios. Acerca do “campo científico”, o autor se refere:

“o que está em luta são os monopólios da autoridade científica (capacidade técnica e poder social) e da competência científica (capacidade de falar e agir legitimamente, isto é, de maneira autorizada e com autoridade) que são socialmente outorgadas a um agente determinado” (Bourdieu, 1976:112).

Transpondo a idéia de campo do autor para a questão das interações entre os atores institucionais, num campo de disputas políticas (políticas públicas), os conflitos de interesses envolvidos nessas relações são percebidos na questão da legitimidade da participação desses atores no processo de formulação e execução dessas políticas.

“Igualmente há uma crescente disputa interna (entre os diversos sujeitos) e externa (destes sujeitos com outros e organizações sociais) quanto ao significado da economia solidária e a posição que cada um ocupa nesta disputa” (Schiocet, 2006:vii).

Diante desse cenário de disputas e conflitos, Girard (2004 e 2006) menciona o possível papel das lideranças carismáticas comumente presentes nesses grupos como um elemento que pode influenciar nessas capacidades de consenso e, por conseguinte, “coesão social”. A capacidade de construção de consensos e de mediação de conflitos é um conhecimento que está presente na dinâmica da economia solidária, sob o aspecto do “capital social” (Girard, 2006). Contudo, como demonstram alguns estudos, esse conhecimento ou habilidade também não é distribuído igualmente. O que se entende é que tal capacidade ou habilidade pode ser uma característica intrínseca a algumas pessoas no grupo social. O que remete, aqui, à idéia da “liderança carismática” (Girard, 2004), sendo o “carisma” (Silva, 2007), uma característica que pode estar intimamente relacionada com a idéia das relações de pessoalidade (amizade, confiança).

Streit (2006), por exemplo, constatou, a partir da sua pesquisa de campo realizada em três cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal entre os anos de 2005 e 2006, que, em uma das cooperativas estudadas, havia um grave “problema”¹⁹ em relação à liderança: tanto referente a “aspectos internos” quanto a “aspectos externos”. Alguns desses “problemas” também foram identificados por Mauro (2006). Por exemplo, um dos impactos dos “problemas” da liderança em ‘aspectos internos’ da cooperativa seria, por exemplo, a não convocação de eleições por parte do líder da cooperativa. Relacionou-se, ainda, neste estudo, o “problema” da liderança na cooperativa em questão, com o fato de que as pesquisas dos dois autores referidos demonstraram que a mesma cooperativa, à época da realização daqueles estudos, era aquela que possuía a menor quantidade de relações interinstitucionais construídas, dentro do universo da amostra de cooperativas estudadas pelos dois pesquisadores.

Ao “problema”, posto por Streit, associou-se alguns trabalhos que verificaram o papel da “liderança carismática” em cooperativas como as estudadas acima. Essa associação teve como objetivo verificar se os estudos já apontavam para uma associação entre forma (ou tipo) de comportamento da liderança com os resultados obtidos nos ‘aspectos internos’ e ‘externos’ das cooperativas.

¹⁹ É importante fazer referência à natureza científica do estudo realizado por Streit (2006). O mesmo é voltado a uma análise “Administrativa” das cooperativas. Portanto o autor, quando se refere à “problema” da liderança, o mesmo possivelmente analisa a situação com um viés normativo acerca daquela variável; de como uma liderança em um empreendimento deveria se comportar e qual papel deveria exercer. O que interessa para a presente pesquisa é a idéia de que a forma como a liderança de uma cooperativa se porta influencia nas relações interinstitucionais construídas pela cooperativa.

Segundo Girard (2004), “é importante observar que, freqüentemente, há um líder carismático na comunidade, mas sabemos, também, que a comunidade constrói o líder que permite a identificação do grupo” (Girard, 2004:203). A autora segue sua explanação se referindo ao fato de que a composição do grupo (e das reciprocidades ocorridas internamente entre os seus indivíduos) cria formas de suprimentos coletivos das necessidades individuais, além de “recriar formas democráticas, quando os interlocutores não são por demais distantes” (ibidem). Os interlocutores que a autora se refere, provavelmente, correspondem aos atores institucionais que estabeleceram relações com a cooperativa estudada na oportunidade aos próprios membros das cooperativas. Pois, após essa referência, Girard complementa: “o que se observa na dinâmica atual de um reagrupamento de forças – sob a idéia da responsabilidade social – é uma necessidade de todos (...)” (idem:203).

É importante se observar que a entrevistada na pesquisa de Girard (2004) se refere ao termo *saber conquistar novas parcerias* como o *segredo do sucesso*. Percebe-se nitidamente que há subjetividades envolvidas no processo referido de *conquista de novas parcerias*. Nesse discurso há a presença de certos elementos oratórios de convencimento no processo de conquista, o que pode estar relacionado à característica da liderança carismática, referida por Girard (2004), e, assim, ao carisma, também referido por Silva (2007). O que, por sua vez, se refere à característica das relações de pessoalidades, como aquelas presentes nas relações de amizade, camaradagem, vizinhança, ou de reciprocidades ou socialidades a nível primário (Caillé, 1998 e 2004).

4.2. A Teoria das Redes Sociais e as Relações de Pessoalidade

Percebe-se que a idéia da confiança como elemento central presente nas relações sociais que compõem a idéia de Redes Sociais (assim como a noção de que tais relações possuem certo grau de flexibilidade e interdependência), se aproximam do principal argumento da teoria da dádiva: a idéia da aposta (incerteza) e do grau de liberdade para rompimento das relações a qualquer momento por parte de qualquer um dos atores. A premissa referida, conforme abordado, também está presente nos estudos a respeito do papel do carisma e do capital social existentes nas trocas reciprocitárias da economia solidária. Tal premissa corresponde à idéia de que as relações de confiança, amizade e reciprocidade existentes entre atores sociais, em diferentes esferas ou níveis de socialidade permitem com que se circulem recursos, informações ou outro tipo de valor,

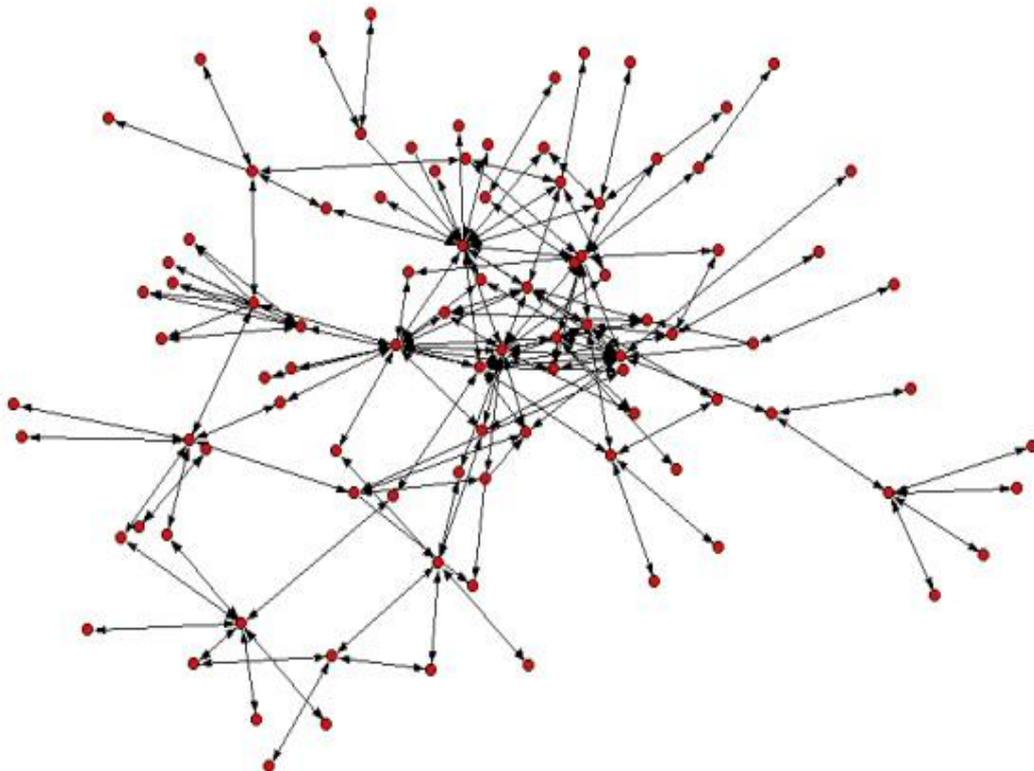
os quais causam influências decisivas em resultados sociais (econômicos, políticos ou mesmo sociais, de um modo geral) na dinâmica dos atores que se encontra inserido em tais relações.

Diante desses pressupostos teóricos, baseados na teoria da dádiva e da reciprocidade, Jackson (2008) situa os estudos das redes no contexto do esgotamento dos modelos econômicos que não conseguiram explicar totalmente o fenômeno econômico.

A abordagem do conceito de redes sociais não é tão recente. Se dá, nas ciências sociais na década de 1970 por Granovetter, autor norte-americano que estudou, dentre outros objetos, a influência das redes de amizade na aquisição de empregos.

A principal idéia do conceito de redes de Granovetter (2005), por sua vez, é a da existência de relações de amizade, ou de grau de proximidade a nível de personalidade, nas esferas da economia. Além disso, a rede é formada pelo conjunto de relações desse tipo, interligando, portanto, diversos atores sociais (indivíduos, nesse caso) de forma direta ou indireta.

Figura 2: Tipo de Rede Social



Fonte: Macías (2002:15)

Alguns autores, como Castells (2001), por exemplo, vêem uma tendência de a sociedade moderna contemporânea se organizar em redes sociais. Seja pela presença da internet – redes de computadores, seja pelas circulações de informações ou fluxos de pessoas no contexto da globalização, entre países e cidades (proporcionada pelo desenvolvimento tecnológico alcançado).

Os fluxos rápidos que ocorrem nas sociedades modernas e contemporâneas, por meio de redes, para Castells, configuram-se como uma tendência de que as sociedades também se organizem em redes – que seriam as redes sociais: os governos em redes, a economia em rede, etc.

A idéia de circulação de recursos se assemelha à idéia do *Potlach*, pesquisado por Mauss (2008). No *Potlach*, segundo o autor, circulavam dádivas, as quais tinham, em si, um valor simbólico naquela sociedade, exatamente porque tal pertence (colares ou outros objetos) haviam pertencido a algum membro da sociedade que ocupara posição importante naquela (um guerreiro, ou sacerdote). No caso das redes sociais, verifica-se a circulação de uma pluralidade de recursos, de diferentes naturezas. Aqueles, como pode ser verificado na literatura, normalmente se diferenciam de acordo com a natureza das redes sociais em que estão inseridos. A alusão à idéia de acessos a recursos, por parte dos atores, por intermédio das redes sociais, implica na questão dos interesses inseridos nessas relações.

A personalidade intrínseca às redes faz com que as relações estabelecidas entre os atores por meio de critérios subjetivos, semelhantemente aos critérios desenvolvidos pela teoria da dádiva. Ou seja, por um lado, existe a liberdade de se estabelecer os vínculos sociais por meio da tríplice obrigação do dar, receber e retribuir. Por outro, o de quebrar com essa regra e não se estabelecer o vínculo (Girard, 2004:211).

De acordo com Granovetter (2005), a confiança é o elemento fundamental para a formação de uma rede social²⁰.

Nan Lin (2001), em sua análise acerca do conceito de “redes sociais”, define capital social como recursos provenientes por atores que possuem relações de laços fortes com outros, numa rede social. Ou seja, é a possibilidade de que certos recursos, de diferentes naturezas, sejam compartilhados por atores que possuem um laço (relação de personalidade) com outros atores que possuem esse recurso e que se dispõem a compartilhá-los (emprestá-los, ou os circular) na rede em que está inserido. O capital

²⁰ Toda a definição teórica de Granovetter, é baseada num paradigma clássico da psicologia, que estuda as seguintes relações: redes sociais – densidade – confiança – ação coletiva.

social, para Nan Lin, como também para Girard-Nunes (2006) pode ser inclusive o próprio investimento em relações sociais que permitem acesso a recursos que outros têm e podem emprestar.

Numa linha semelhante, Powell (1990) procura definir as redes como relações que possuem certo grau de flexibilidade, ao mesmo tempo de interdependência e cooperação entre atores sociais (empresas e segmentos governamentais). O autor define as redes sociais como formas de organização viáveis em parcerias econômicas – nas reciprocidades de troca e comunicação. Nesse sentido, entende-se, neste estudo, como redes econômicas as redes sociais concebidas como alianças econômicas, tais quais aquelas estudadas por Powell e Castells, como as chamadas alianças corporativas estratégicas.

Os conceitos de rede, mercado e hierarquia são trabalhados por Powell, que procura diferenciá-los. Segundo o autor, a distinção entre o mercado e hierarquia (relações organizacionais típicas da esfera estatal) se dá, principalmente, na sua característica de flexibilidade, seja em termos de normas seja em termos de relações entre atores: na hierarquia, essas formas são mais rígidas e dependentes; no mercado, mais frágeis e independentes. O ponto do autor é que as redes sociais seguem lógicas distintas do mercado e da hierarquia: não são tão rígidas quanto à hierarquia do Estado (pautadas pelas leis e normas); e nem tão flexíveis quanto o mercado (que possui um maior grau de flexibilidade em relação ao Estado para questões de mudanças, tomadas de decisões, etc.).

As redes sociais se definem pela interdependência, pela relação de cooperação estabelecida entre atores. São essas as relações que constituem uma tendência, enquanto forma de organização interinstitucional, principalmente na esfera da economia – isto é, no mercado. Maneiras como algumas firmas se comportam atualmente, refletem valores de confiança mútua – não estabelecidas, necessariamente, por meio de contratos; expectativas de reciprocidade; cooperação, como acontece nas “cadeias produtivas”, por exemplo.

Para Bonafont (2004), a idéia de redes sociais também pode ser aplicada à esfera pública, para se reportar ao que a autora chama de redes políticas. Tais redes são características, segundo a autora, das relações de reciprocidade e confiança existentes nas dinâmicas intersetoriais da esfera pública, e que também proporcionam impactos nos resultados dos trabalhos executados nessa esfera da sociedade. As redes políticas (Bonafont, 2004:57) são verificadas, principalmente, na formulação das políticas

públicas, onde, cada vez mais se percebe as articulações entre diferentes atores sociais (advindos de diversas esferas da sociedade) para construir e executar os projetos públicos governamentais ou de órgãos estatais.

Enquanto forma de organização do Estado para formação e políticas públicas, a argumentação de Bonafont corrobora com aquela apresentada por Girard-Nunes, no que se refere à análise do contexto do Estado brasileiro pós-redemocratização, em 1988, quando foram criados mecanismos constitucionais que permitiam ao Estado contar com a participação de outros atores pertencentes a diferentes esferas sociais na formulação e execução de políticas públicas. O que corrobora com as mudanças ocorridas na esfera do Estado no sentido de permitir, legalmente a construção de relações interinstitucionais com outros atores.

Nesse sentido, pode-se afirmar que tais mudanças ocorridas podem fazer parte da tendência de interação e flexibilização da esfera do Estado, no sentido com que permita, institucionalmente, as relações tipicamente das redes sociais fazerem parte dessa esfera específica.

Entende-se, neste estudo, que a idéia de redes sociais, para a Girard-Nunes (2006), diz respeito ao emaranhado de vínculos sociais estabelecidos entre os diferentes atores, no caso específico, no cenário da economia solidária. Fundamentalmente a noção utilizada pela autora diz respeito às interações entre os atores pertencentes aos sujeitos da economia solidária e aqueles pertencentes às demais esferas da sociedade: Estado, mercado e Sociedade Civil Organizada. A autora, que realizou um estudo de três tipos ideais de política pública de economia solidária no Brasil – nas cidades do Recife, Bahia e Aracaju – verificou a participação de vários atores de diversos segmentos da sociedade, e além disso, uma diversidade de interesses envolvidos distribuídos entre os atores, de acordo com a natureza de cada um deles.

A autora identifica que por meio das redes circulam certos recursos – como informações, conhecimentos (que podem alguma habilidade específica), financiamentos, etc. – que acabam por contribuir, ou não, para o desenvolvimento dessa política.

As perspectivas da autora e de Nan Lin se aproximam na idéia de capital social, a qual também pode ser apreendida como a capacidade específica ou potencial de acesso a determinados tipos de recursos (de diversas ordens ou naturezas) que o indivíduo ou ator social possui e que pode ser disponibilizado e/ou compartilhado nas redes.

O capital social pode ser aquele que se refere ao que chamou-se de habilidade específica de se cooperar, se comprometer e cumprir com as expectativas de reciprocidades existentes entre os atores (conforme a idéia da dádiva se aplica a explicar), negociar, criar consensos e gerar confiança para que os atores possam obter vantagens sociais, políticas e/ou econômicas que advém das ações coletivas geradas e circuladas a partir das relações que compõem as redes sociais.

A interessoalidade (ou pessoalidade entre atores – individuais) está presente nas redes políticas, portanto, na idéia habilidade em se cooperar, construir consensos e relações de confiança. Dessa habilidade específica, advém o poder de mobilização de atores institucionais que, por exemplo, um Governo, por meio da figura de um governante específico, possui para construir e executar políticas públicas, com a participação de vários atores de diferentes esferas sociais.

Nas redes políticas, como se pode observar nos estudos de Bonafont (2004) como em outros estudos, é comum que, em termos de políticas públicas, os atores centrais sejam governos, ou instituições governamentais específicas consideradas as responsáveis pela condução de determinada política.

4.2.1. Redes Sociais Enquanto Metodologia

A teoria das redes sociais apresenta algumas vantagens metodológicas para se analisar a realidade interinstitucional da economia solidária, de acordo com a proposta da presente pesquisa.

A primeira vantagem é o elemento visual. A disposição das relações estabelecidas entre os atores permite com que se percebam atores centrais ou centralizadores, em termos de interações entre aqueles que se integram ou de se dispõem numa lógica de dinâmica interinstitucional.

É possível com que se faça uma análise comparativa entre atores que estabelecem mais relações com aqueles que estabelecem menos. Além de identificar os atores que fazem parte de uma dinâmica de interação interinstitucional de mesma natureza ou naturezas semelhantes.

A segunda vantagem corresponde aos elementos teóricos e analíticos, em si, desenvolvidos por essa corrente de estudos (desenvolvida, principalmente, nas Ciências Sociais norte-americanas). Postulados teóricos verificados em pesquisas, como a idéia da circulação de recursos; da flexibilidade das relações entre os atores nos diferentes

tipos de redes; verificação de tipos distintos de redes em diferentes esferas sociais; noções teóricas como a idéia do capital social (existente nas redes), dos nós, laços fracos, laços fortes etc. Além das premissas das quais partem essa abordagem teórica, como a idéia da interdependência, confiança (como elemento central e subjetivo das relações observadas nas redes) e da reciprocidade. Premissas tais percebidas em análises microsociais acerca das subjetividades intrínsecas às relações humanas, de um modo geral.

De acordo com os estudos realizados a partir da literatura de redes sociais, serão utilizados dois tipos específicos de redes sociais, na presente pesquisa: as redes econômicas e as redes políticas. Além da idéia ampla das redes sociais.

- A) **Redes sociais:** relações ou vínculos sociais construídos entre atores ou indivíduos. A confiança e a expectativa de reciprocidade são os principais elementos que sustentam tais vínculos ou relações, também chamadas de relações de personalidade ou de amizade.

- B) **Redes Econômicas:** relações características da esfera da economia, normalmente estabelecidas entre empresas segundo a idéia da confiança.

- C) **Redes Políticas:** relações construídas entre atores pertencentes à esfera pública com atores da mesma ou de outras esferas, segundo a idéia da confiança, da expectativa. São comuns no processo de formulação e execução de políticas públicas.

Parte III – Pesquisa Empírica

Capítulo 5. Procedimentos metodológicos

Este capítulo se dedica à exposição e explanação dos procedimentos metodológicos desenvolvidos com o intuito de testar a hipótese formulada, bem como analisar empiricamente a questão da interinstitucionalidade na economia solidária, de acordo com a proposta da pesquisa, explanada no capítulo introdutório da dissertação.

Tem como principal objetivo resgatar os objetivos da pesquisa e detalhar os procedimentos e estratégias adotadas para a construção dos elementos metodológicos, como objeto de pesquisa, método qualitativo, recorte geográfico-metodológico, hipótese e problema; e empíricos, como as fontes de dados utilizadas, os instrumentos de pesquisa e coleta de dados, e os critérios de seleção das cooperativas estudadas.

Nesse sentido o capítulo está dividido segundo a seguinte estrutura:

1. Reapresentação dos objetivos da pesquisa, da justificativa do estudo, do problema, da hipótese e do recorte geográfico-metodológico.
2. Detalhamento do processo de construção da hipótese de acordo com a trajetória do pesquisador e experiências junto ao tema do mesmo;
3. Apresentação do procedimento adotado para construção e delineamento do objeto de estudos e dos principais objetivos da pesquisa, e também apresenta os critérios utilizados para seleção das cooperativas estudadas;
4. Apresentação das estratégias utilizadas para a realização da pesquisa de campo; as justificativas para a utilização das técnicas selecionadas; e, por fim, a caracterização das cooperativas estudadas, segundo as observações de campo do pesquisador.

5.1 Metodologia

Partiu-se do pressuposto de que as relações interinstitucionais, no âmbito da economia solidária, produzem certos benefícios às cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal. No entanto, tais relações, como abordado durante a primeira parte da dissertação, são distribuídas ou dispostas de forma desigual ou assimétrica entre as cooperativas referidas.

A hipótese do estudo foi construída no intuito de responder à problemática das desigualdades ou assimetrias existentes no âmbito das relações interinstitucionais da economia solidária, especificamente no âmbito do setor específico de tal economia, na região do Distrito Federal. Como pôde ser observado acima, a hipótese do estudo é baseada, assim como a teoria das redes sociais, na idéia predominante da corrente maussiana: a dádiva.

Nesse sentido, consiste em atribuir influência das relações de personalidade (amizades, confiança e reciprocidade) existentes no processo de construção das relações interinstitucionais nas configurações desiguais ou assimétricas que essas últimas apresentam, quando se comparam realidades de cooperativas de mesma natureza, na mesma região.

Além de responder à problemática das desigualdades interinstitucionais e testar a empiricamente a hipótese referida, os principais objetivos da pesquisa, de forma resumida, consistiram em:

- Analisar o processo de construção das relações interinstitucionais na realidade das cooperativas de catadores do Distrito Federal;
- Mapear os diferentes tipos de redes sociais (segundo as formas de relação interinstitucional política, econômica e filantrópica) presentes naquela realidade;
- Identificar os atores institucionais que fazem parte dessas redes ou dessas configurações interinstitucionais;
- Identificar elementos intrínsecos às relações de personalidade (confiança, amizade e reciprocidade) nas diversas redes sociais e/ou nas interinstitucionalidades, e analisar esses elementos com as configurações desiguais ou assimétricas das referidas relações interinstitucionais.

Para a realização da pesquisa empírica, optou-se pela escolha do método qualitativo. A escolha desse método está fundamentada na natureza subjetiva da hipótese do estudo. Nesse sentido, os instrumentos de pesquisa da natureza desse método, como as entrevistas semi-estruturadas e as observações simples não

participante (Goodi, 1960) se constituíram como as técnicas de pesquisa as quais mais atendiam as demandas da pesquisa, segundo os interesses estipulados (verificação da influência da personalidade na interinstitucionalidade) e, também, tendo em vista as limitações da pesquisa enfrentadas pelo pesquisador: fundamentalmente, o curto espaço de tempo para a realização (um ano para desenvolver a pesquisa e concluir a dissertação), o contingente envolvido (somente o pesquisador), e, por fim, os recursos limitados (provenientes do próprio pesquisador, sem auxílio de bolsas ou incentivos financeiros).

O delineamento do recorte geográfico e metodológico para a análise do objeto de estudos foi definido como sendo a região do Distrito Federal brasileiro. Tal escolha se deveu ao fato de que o presente pesquisador reside na região, e possuía um conhecimento prévio e parcial da realidade a ser explorada.

Delimitaram-se, por fim, quatro cooperativas para compor a amostra deste estudo. De acordo com os interesses da pesquisa, esse número demonstrou ser suficiente para se abarcar uma realidade diversificada no que diz respeito à interinstitucionalidade nas cooperativas de catadores do Distrito Federal. A diversidade almejada dizia respeito tanto à nível de atores institucionais de diferentes esferas, quanto a nível de desigualdades ou assimetrias existentes nas relações quando comparadas entre as cooperativas e atores em comum.

A construção dos procedimentos metodológicos da pesquisa se dera, em parte, mediante a uma série de iterações do próprio pesquisador com pessoas inseridas a dinâmica interinstitucional de cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal ao longo de alguns anos. Pode ser dividida em duas etapas: os testes de campo e a pesquisa de campo. No tópico dos testes de campo relata-se, basicamente, como se deu o procedimento metodológico para a construção do objeto de pesquisa.

5.2. Construção da Hipótese

O processo de construção da hipótese se deu em paralelo à trajetória do pesquisador no campo de pesquisas. Após a participação em apresentações de trabalhos feitas por outros pesquisadores da área, no ano de 2006 (por intermédio do grupo de estudos Trabalho e Solidariedade, coordenado pela professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Dra. Christiane Girard, o presente pesquisador (na época, graduando em sociologia e postulante ao mestrado na área) começou a fazer

indagações acerca das diferenças de critérios estabelecidas por instituições (de diversos setores) que construíam vínculos com cooperativas daquela natureza.

Aliou-se a essas indagações, a observação das diferentes formas de interpessoalidade presentes entre os líderes de cooperativas estudadas pelo grupo de pesquisa e instituições de vários setores da sociedade, por meio dos seus representantes (como Fundação Banco do Brasil e Governadoria do Distrito Federal, dentre outras). Relações, essas, traduzidas por alguns pesquisadores em trabalhos acadêmicos como a idéia do carisma (Silva, 2007; Girard, 2006), ou mesmo relações baseadas na idéia da reciprocidade ou endividamento positivo ou negativo (Caillé, 2004), como favores, obrigatoriedade não-obrigada de retribuição, amizade, confiança, etc (Mauss, 2008).

A idéia da influência das relações de personalidade (confiança, amizade e reciprocidade) é o cerne da teoria das Redes Sociais, a qual o pesquisador entrou em contato durante o curso de mestrado em Sociologia, na Universidade de Brasília. Especificamente, durante a realização do curso *Sociologia Política: Redes de Políticas Públicas* pelos professores doutores Paulo Calmon e Arthur T.M. Costa.

Desse modo, como poderá ser percebido ao longo do estudo, a teoria das redes sociais (Granovetter, 2005; Jackson, 2008; Powell, 1995; Bonafont, 2004), e alguns estudos e pesquisas que se atém ao papel do carisma nas relações internas e externas de cooperativas de catadores do DF (Girard, 2004) vêm a fundamentar teoricamente (Goodi, 1960) a hipótese desta pesquisa (referida acima), abordada de forma mais aprofundada no capítulo 4 e neste capítulo 5 desta dissertação.

5.3. Testes de Campo

A construção do objeto e estudos foi realizada por meio de um longo processo de reflexão e de orientação. Sabia-se, de antemão, que as desigualdades existentes nas relações interinstitucionais eram a motivação para e realizar as pesquisas: pretendia-se estudar o processo de realização de parcerias entre instituições dos setores público, privado e terceiro setor com cooperativas de catadores do Distrito Federal. Contudo, a idéia das “parcerias” tidas como objetos de estudos, transparecia a uma idéia normativa acerca dessas relações, o que tornaria a análise inviesada do ponto de vista da idéia dos valores morais investidos nesses termos.

Nesse sentido, durante o processo de orientação, foi sugerido a ida à campo, por parte da orientadora do presente pesquisador. Tal incursão de campo tinha o objetivo de

se definir o objeto de maneira mais precisa. Foram feitas, portanto, visitas a duas cooperativas, sendo que tais visitas foram denominadas de “testes de campo”. Goodi (1960:117) se refere ao “plano de prova” como uma forma de se explorar o campo de pesquisas para se obter melhores definições metodológicas acerca dos procedimentos a serem utilizados no estudo.

Os testes foram realizados durante o mês de março de 2008, e se basearam em visitas, entrevistas informais e “observações simples não-participativas” (Goodi, 1960: 158 - 159) junto a representantes das cooperativas selecionadas. Foram selecionadas duas cooperativas, na ocasião, contatadas a partir da fonte de dados obtida junto à Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal – **Centcoop**: as cooperativas citadas corresponderam à **Cortrap** e à **Superação**. Nesse período, o pesquisador também participou, enquanto observador em uma reunião, da Centcoop com representantes de algumas cooperativas de catadores de materiais recicláveis do DF e de algumas “instituições apoiadoras”. Considera-se que, pela contribuição dada, tal reunião se inseriu na fase de testes.

Uma das fontes de dados da pesquisa (os contatos das cooperativas), se deu em função de uma relação de amizade construída entre o pesquisador e um colega (também pesquisador, mestre em sociologia), o qual trabalhava, na época, na Incubadora Tecnológica e Social da Universidade de Brasília (UnB), e que, por sua vez, também possuía vínculos de amizade e proximidade com pessoas que faziam parte da Centcoop. O que veio a se configurar como uma rede social dentro do processo de construção científica, por meio da qual circulou informações que influenciaram os resultados finais da pesquisa. Neste caso, as informações foram de grande valia para a agilização dos procedimentos de aquisição dos dados das cooperativas e seus representantes. Nesse sentido, essa rede, conforme trata a teoria das redes sociais, trouxe agilidade e informações (recursos) de valor para o campo científico.

Essas experiências de campo, prévias à realização da pesquisa de campo, em si, foram decisivas para a elaboração da estrutura do estudo (objeto e objetivos), além de proporcionar a construção de relações de pessoalidade entre o pesquisador e indivíduos que faziam parte da realidade estudada pelo mesmo. Essas relações também tiveram influência decisiva na etapa da pesquisa de campo.

Outra contribuição ocorrida na etapa de “testes” foi o conhecimento prévio da realidade de alguns dos atores institucionais inseridos naquela realidade, como também, situar a posição que o tema e o objeto de estudos se encontrava no pensamento dos

sujeitos constituintes da mesma realidade, por meio das entrevistas informais. Tal qual o grau de importância que o tema das relações interinstitucionais possuía quando a entrevista informal era realizada com membros da diretoria das cooperativas e quando o tema era mencionado em entrevistas com cooperadas comuns: os que ocupavam posição de liderança nas cooperativas visitadas mencionavam mais conteúdo sobre o tema do que as cooperadas comuns entrevistadas, as quais, por sua vez, se relatavam mais a aspectos do dia a dia do trabalho (como a duração da jornada diária e semanal de trabalho, as divisões de trabalho, os tipos de materiais que separavam, os materiais mais valiosos para comercialização – ou seja, assuntos mais do cotidiano dos cooperados que estavam inseridos diariamente na lógica de trabalho produtivo da cooperativa).

Essas observações também foram importantes para se definir os sujeitos das cooperativas a serem entrevistados para a realização da pesquisa de campo, com o objetivo de verificar os aspectos mencionados nos objetivos da pesquisa: os líderes ou presidentes / presidentas das cooperativas.

5.4. Pesquisa de Campo

As quatro cooperativas escolhidas a serem estudadas foram: a **Superação, a Cortrap, a Reciclo e a Coopativa**. A escolha dessas cooperativas deveu-se a fatores, mais de viabilidade real de realização da pesquisa, em função das dificuldades encontradas para se contatar alguns representantes das cooperativas. Nesse sentido, escolheu-se quatro cooperativas com as quais o contato se percebeu mais viável durante o processo de preparação para a pesquisa (no período em que se contactava os representantes das cooperativas listados na fonte de dados obtidas por meio da Centcoop).

Escolheu-se para entrevistar os presidentes das cooperativas. Partiu-se do pressuposto que os líderes das cooperativas (representados na figura dos presidentes ou presidentas) tinham um conhecimento prévio mais elevado do que os demais cooperados, acerca da dinâmica em que ocorreram as relações interinstitucionais entre as cooperativas e instituições de outros setores. Nesse sentido, se tornaria possível, inclusive, observar aspectos subjetivos envolvidos nos processos de construção dessas relações, os quais poderiam ter influenciado as configurações interinstitucionais observadas nas cooperativas em questão.

a) Realização das Entrevistas

Na etapa dos testes de campo, realizou-se uma entrevista informal e não gravada com o vice-presidente da Cooperativa **Superação**, além de observações simples e não participante. Semelhantemente, realizou-se entrevistas informais com uma das diretoras da cooperativa **Cortrap** e mais três cooperadas. Além de observações simples e não participante. Dessas visitas, construiu-se um relatório de campo, por meio do qual foram registradas algumas informações obtidas. Nesse período, ainda, foram feitas duas visitas à **Centcoop**. Nas duas, foram realizadas apenas observações simples não-participante em duas reuniões da associação. Na primeira, estavam presentes representantes de instituições que se interagem na dinâmica das cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal, e teve como objetivo a discussão da contra-proposta do projeto apresentado pelo Governo do Distrito Federal – GDF para o programa da Coleta Seletiva no DF. Na segunda reunião, estavam presentes apenas representantes das cooperativas associadas, sendo a pauta da mesma, uma discussão a respeito de um congresso realizado no Rio de Janeiro que contou com a participação de representantes das cooperativas referidas. A partir dessas visitas, foram realizados relatórios de campo contendo informações obtidas na ocasião.

Na etapa da pesquisa de campo em si, foram realizadas quatro entrevistas com os presidentes das cooperativas selecionadas. Sendo uma entrevista gravada e semi-estruturada com os sujeitos acima descritos, em cada cooperativa. Os roteiros utilizados estão contidos nos anexos da dissertação. Após a realização dessas entrevistas gravadas, foram feitas transcrições das mesmas. Em média, as entrevistas duraram entre 20 e 25 minutos. A pesquisa de campo foi realizada entre novembro de 2008 e janeiro de 2009.

A entrevista com o presidente da Superação ocorreu no Hospital de Base de Brasília, no mês de novembro de 2008. O entrevistado, na ocasião, estava como filho internado no hospital, impedindo-o de sair do local por alguns dias. Mesmo em função dessa situação, o mesmo se disponibilizou a ser entrevistado no próprio hospital. As demais entrevistas foram realizadas nas cooperativas correspondentes com os seus respectivos líderes.

Na entrevista realizada com o presidente da Coopativa, em janeiro de 2009, participaram também o vice-presidente e mais um cooperado. A mesma ocorreu após a realização de uma reunião com os cooperados. Semelhantemente, na entrevista junto à presidenta da Reciclo, também realizada em janeiro de 2009, além da entrevistada,

participou uma diretora da cooperativa, sendo que tal entrevista ocorreu após uma reunião entre os cooperados. O pesquisador foi convidado a participar dessa reunião, como observador. Por fim, a entrevista junto ao presidente da Cortrap, também ocorreu em janeiro de 2009, e ocorreu paralelo à realização de uma reunião entre diretores da mesma, numa sala ao lado do prédio da cooperativa.

As fontes de dados utilizadas no estudo se configuraram, principalmente, como sendo a lista de contatos das cooperativas, adquiridas na Centcoop, e informações, no período de análise de dados, contidas no sítio eletrônico da Coleta Seletiva Solidária (www.coletasolidaria.gov.br). Na ocasião, foi utilizado o documento “Acordo cooperativo CENTCOOP coleta solidária”, contido no sítio referido. Nos anexos da dissertação contem a lista de contatos da Centcoop utilizada no estudo.

Capítulo 6. Tramas e Tessituras nas Relações Interinstitucionais

Análise dos Resultados da Pesquisa

Neste capítulo são analisados os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo realizada, de acordo com a proposta metodológica construída para este estudo. Nesse sentido, o capítulo está dividido em, praticamente, quatro partes.

Primeiramente, descrevem-se as caracterizações das cooperativas: divisão do trabalho, descrição das atividades laboriais desenvolvidas, comparações quanto às infra-estruturas.

Em segundo lugar, abordam-se as descrições dos processos históricos de construção das relações interinstitucionais de cada cooperativa abordada na pesquisa.

Em terceiro lugar, busca-se analisar os elementos específicos de cada processo descrito por meio das categorias de análises formuladas a partir da teoria das redes sociais. São elas, as:

- Redes políticas 1 e 2;
- Redes Filantrópicas 1 e 2;
- E, por fim, as Redes Econômicas.

São utilizados, ainda, na segunda parte da análise (das categorias analíticas), gráficos e uma tabela que procuram ilustrar as diversas relações interinstitucionais identificadas na pesquisa..

6.1. Observações de Campo: Análises Prévias

a) Caracterização das Cooperativas Estudadas

As cooperativas estudadas se caracterizam pela dinâmica do trabalho com materiais recicláveis (ou lixo). No entanto, não havia a reciclagem do material, em si, mas apenas a coleta, separação e venda desse material à empresa Capital Recicláveis, localizada no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), próximo à região central da cidade de Brasília.

O processo de trabalho consistia na coleta do material reciclável em diversos locais da cidade. Após a coleta, eram feitas as separações dos materiais nas áreas

ocupadas pelas cooperativas. O procedimento seguinte a composição de blocos (ou a prensa dos materiais separados), de acordo com a natureza do material, para ser realizada a pesagem e, por fim, a venda por quilo desses blocos de materiais para os compradores.

As cooperativas apresentaram diferentes níveis de organização e localizavam-se em diferentes áreas do Distrito Federal. Em nível de organização, a Cortrap, localizada na chamada “Cidade do Automóvel”, ao lado da “Cidade Estrutural” – DF, pôde ser considerada a cooperativa que apresentava uma divisão do trabalho mais complexa, tendo-se em vista que era a que possuía mais meios de trabalhos envolvidos na dinâmica da produção.

A divisão do trabalho era mais visível nessa cooperativa (Cortrap), uma vez que se percebiam divisões físicas semelhantes a “baías” (de escritórios), onde um pequeno grupo de trabalhadores fazia o trabalho de separação dos materiais. Normalmente, os grupos nas baías era composto de 2 a 4 pessoas. A lógica de divisão do trabalho também compunha os trabalhadores que realizavam a coleta do material na rua, por meio dos caminhões e dos carrinhos. O material era despejado em locais apropriados na área da cooperativa, e depois, destinado às áreas de separação pelos cooperados responsáveis, em cada baía.

A área ocupada pela cooperativa é cercada por muros. Na área há, ainda, dois galpões e um prédio de dois andares. O presidente da cooperativa mencionou haver, pelo menos seis caminhões da cooperativa. Além disso, haviam máquinas de prensa, utilizadas para compactar o material. A Cortrap caracterizou-se pelo nível de aquisição de infra-estrutura material maior do que as demais cooperativas. Em segundo lugar, nesse quesito, situou-se a Coopativa, que possuía um galpão construído no local ocupado, e um caminhão. A Reciclo e a Superação, quando foram feitas as observações *in loco*, não possuíam um terreno próprio (ou área de ocupação legalizada), bem como possuíam poucas ferramentas ou máquinas como meio de trabalho, sendo as suas infra-estruturas composta, basicamente, por instrumentos de coleta (carrinhos de madeira, ou triciclos), barracos de madeira (Reciclo) e, por ventura, alguns contêineres situados nos locais ocupados pelas cooperativas.

Com uma divisão do trabalho menos complexa do que a Cortrap, as cooperativas Coopativa, Reciclo e Superação apresentavam um nível semelhante quanto à forma de organização da dinâmica do trabalho. Nessas cooperativas, o processo de divisão do trabalho não era tão visível quanto na primeira. Um dos motivos, inclusive, se deve,

mediante a diferença de instrumentos ou meios de trabalho que havia entre as cooperativas. Enquanto na Cortrap a coleta era feita por intermédio, primordialmente, de caminhões, a coleta do material é feita na Superação, na Reciclo e na Coopativa mediante a utilização de carrinhos tracionados por cavalos ou pela própria força humana, isto é, pelos próprios catadores ou cooperados.

A Coopativa possuía, ainda, um caminhão, o qual era utilizado, normalmente, na coleta de materiais em órgãos públicos cujos resíduos foram destinados à cooperativa. Também foi feita referência da aquisição de um caminhão pela Reciclo: resultado de uma doação feita pelo Banco do Brasil. No entanto, em geral, o processo de coleta do material, assim como na Coopativa, é feito pelos próprios cooperados, por meio da utilização de carrinhos tracionados pela força humana ou pela força de animais (cavalos). Na Superação, não houve menção de aquisição de caminhão pela cooperativa. Apenas de um triciclo, provavelmente doado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Desse modo, O processo de coleta, na superação, também, provavelmente, é predominantemente realizado por meio da utilização dos carrinhos, seguindo a mesma lógica de tração referida.

A precariedade das instalações e da forma de execução do trabalho por parte dos cooperados chamou atenção em todas as cooperativas. A Cortrap, pelo motivo de se encontrar num processo gradativo de aquisição de infra-estrutura materiais, possui instalações construídas recentemente que dão acesso a salas construídas com alvenaria, nas quais estão sendo instalados equipamentos de computadores para ministração de aulas, escritórios, salas de reunião etc.

No entanto, no processo de produção, os cooperados convivem com condições precárias de trabalho, caracterizadas pela exposição contínua dos cooperados com o material residual, durante uma jornada média de oito horas. Percebeu-se que alguns cooperados utilizavam máscaras e luvas, porém não todos. Na maior parte da área ocupada pela cooperativa havia depósito de materiais residuais. Apenas no prédio não se encontravam resíduos.

O nível de precariedade encontrado na Coopativa se diferencia um pouco das outras duas cooperativas (Superação e Reciclo), pelo fato de que aquela ocupa um terreno cedido pelo Governo do Distrito Federal no qual fora construído um galpão, também com o apoio do GDF. Desse modo, a cooperativa encontra-se, em termos de estabilidade de ocupação de terrenos, numa situação mais constante do que a Superação e a Reciclo, as quais, no momento da realização das pesquisas, ocupavam áreas ilegais.

A Reciclo dividia a área de armazenamento do material coletado e da realização do trabalho de separação com a moradia dos cooperados, que habitavam em barracos de madeiras próximo ao local de trabalho. Situação conhecida no Distrito Federal como invasão, situada na cidade de Taguatinga – DF, numa área também conhecida como cerrado, isto é, em área não urbanizada com vegetação natural da área (onde ainda não ocorreu o desmatamento). Pode-se dizer que a situação de maior precariedade, tanto em relação às condições de trabalho, quanto de vida, foi encontrada na Reciclo, que ainda possuía um barraco, chamado pela presidente da organização de “galpão de reuniões”. Fez-se menção, também, a existência de uma creche na cooperativa, a qual, possivelmente seguia as mesmas condições das demais alocações.

Apesar de não compartilhar a área de trabalho com o local da moradia, na época da realização da pesquisa, a Superação se encontrava em um processo de transição de ocupação de área. A cooperativa havia acabado de se mudar de um galpão situado numa área comercial da cidade do Recanto das Emas – DF (destinado a ocupação de lojas comerciais) para uma área inapropriada. Tal ocupação durou pouco tempo, em função da ação do GDF para a retirada da cooperativa do local.

b) Relações com Temas Afins: População de Rua e Divisão Sexual do Trabalho

Nos estudos sobre população de rua é comum haver a referência de que a catação de materiais recicláveis compõe a principal atividade com fins de geração de renda por parte daquele público. Pereira (2008) e Lopes da Silva (2006) fazem referência a essa relação em suas respectivas dissertações de mestrado em Política Social realizada sobre o tema da população de rua (Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília-UnB).

Pereira (2008) vai além e apresenta dados que mostram, comparativamente, quais são as atividades de geração de renda mais realizadas pela população de rua de grandes cidades brasileiras. Em Belo Horizonte, por exemplo, a catação de materiais recicláveis, de acordo com a dissertação de mestrado de Pereira (2008), é a atividade que mais é apropriada pela população de rua da cidade. Já em Porto Alegre e Recife, por exemplo, a catação corresponde à segunda atividade mais exercida pela população de rua dessas grandes cidades brasileiras.

De fato foram observados alguns elementos nas cooperativas de catadores estudadas que torna possível relacionar os dois temas, principalmente no que se refere à realidade encontrada na cooperativa Reciclo.

Como poderá ser percebido na análise particular da cooperativa Reciclo, realizada no próximo tópico, a entrevistada (presidente da cooperativa) fez referência a um dos problemas que a cooperativa convive, e que diz respeito à chamada questão social: alguns filhos dos catadores-cooperados da Reciclo, ocasionalmente, vão pedir dinheiro em semáforos, próximos ao local onde a cooperativa se situa, na Região Administrativa de Taguatinga-DF.

Em alusão a essa questão, foi citado pela presidente da Reciclo, durante uma reunião junto aos cooperados, que a creche estava sendo mal cuidada pelos cooperados responsáveis.

Fazendo relação com a situação em que a creche montada pela cooperativa se encontra, como observado pelo pesquisador na reunião que o mesmo participou na ocasião da pesquisa de campo, pode-se levantar a hipótese de que a situação de rua em que, ocasionalmente, alguns filhos dos membros da cooperativa se encontram, acontece, provavelmente, em decorrência de ausência de atividades para tais crianças executarem e, também, por falta de locais apropriados no ambiente da cooperativa, para que tais atividades possam ser realizadas. Desse modo, em função dessa ausência de atividades paralelas à jornada dos seus pais, as crianças acabam se expondo a situações vulneráveis, como a condição de pedintes.

Tais exposições, por sua vez, apesar de não terem sido identificadas nas entrevistas ou observações do pesquisador nas outras três cooperativas (já que tal questão não correspondia ao foco dos roteiros de entrevistas), possuem probabilidades de se reproduzirem nas realidades das demais, já que outros problemas aqui classificados como pertencentes à questão social também foram identificados nas outras cooperativas: como é o caso do alcoolismo, referido pelo presidente da Superação.

Também é possível com que se faça a seguinte relação referente ao grau de probabilidade de ocorrência da situação de vulnerabilidade das crianças nas cooperativas: quanto maior o grau de infra-estrutura da cooperativa, menores as probabilidades de ocorrência da situação de vulnerabilidade referida. Isto porque, segundo o grau de organização do trabalho dos cooperados e a aproximação da esfera do trabalho com a organização da dinâmica do núcleo-familiar (socialidade primária privada e primária pública), é comum que os filhos(as) dos(as) cooperados(as) possuam

vínculos formados com os demais cooperados(as) e estejam presente a parte do cotidiano das cooperativas. Desse modo, a vulnerabilidade pode diminuir para os casos em que as cooperativas possuam locais apropriados para que as crianças desenvolvam atividades paralelas à jornada de trabalho de seus pais e mães (semelhantemente à proposta da cooperativa 100 Dimensão, estudada no trabalho de conclusão de curso do pesquisador – Mauro, 2006), ou nos casos em que as crianças estejam envolvidas em atividades externas paralelas, como atividades extra-curriculares desenvolvidas em escolas da região.

Como tema afim, portanto, referente à população em situação de rua, bem como a vários aspectos da questão social referentes a essa temática, é importante mencionar essa complexidade envolvida também na realidade das cooperativas estudadas, bem como o grau de variabilidade daquela situação em relação ao grau de infra-estrutura das cooperativas.

A respeito da organização do núcleo-familiar encontrada nesse setor da economia solidária, outro tema afim que possui relação com a pesquisa desenvolvida diz respeito à liderança feminina, comumente encontrada em empreendimentos dessa natureza no Distrito Federal, como se refere Cruz (2006), em sua tese de doutorado, e Andrade (2007) em sua dissertação de mestrado.

Andrade (2007), utilizando-se, na sua dissertação, de dados do mapeamento da economia solidária realizada em 2005 pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, faz menção à correlação estatística levantada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) em relação à questão de gênero existente na economia solidária no Brasil (identificada pelo levantamento em questão). Tal correlação diz respeito à predominância feminina em empreendimentos considerados pequenos (com menos de dez sócios) e a predominância masculina em empreendimentos considerados grandes (com mais de vinte sócios) (Andrade, 2007:82).

A questão do gênero e da liderança feminina e masculina também foi observada na pesquisa de campo, uma vez que a cooperativa Reciclo possuía uma liderança feminina e a cooperativa Cortrap (bem como as demais), uma liderança masculina. Não foi possível se estabelecer uma regra a respeito do número de cooperados e a questão de gênero, porque não foi feita, *a priori*, uma contagem do número de homens e mulheres em cada cooperativa (não correspondia ao foco da pesquisa de campo). No entanto, cabe como agenda de pesquisa (capítulo 7) o desenvolvimento desse tema, uma vez que, como observado pelo pesquisador, apesar do presidente da Cortrap ser homem, parte da

diretoria da cooperativa era composto por mulheres, o que relativiza a questão da liderança numa cooperativa com mais de 50 sócios.

A liderança feminina na economia solidária pode ser analisada sob o prisma da dupla jornada de trabalho normalmente exercida pelas mulheres e o seu papel na dinâmica social das cooperativas. As mulheres, no mercado formal de trabalho, normalmente exerce a jornada de trabalho doméstica (cuidado com a casa e educação dos filhos) e a jornada de trabalho que gera a renda, conforme se refere Andrade (2007), citando obra de Yannoulas (2003). Nesse sentido, relação entre as questões sociais envolvendo a “vida” da cooperativa, isto é, organização e dinâmica familiar (maridos, esposas e filhos envolvidos no cotidiano das atividades das cooperativas) é possível que seja estabelecida em função do grau de relação entre as socialidades primárias públicas e privadas encontradas, principalmente, nos estágios iniciais das cooperativas daquelas naturezas. Em função da participação da família no processo de construção dos laços e de organização do trabalho, por parte daqueles indivíduos, a mulher ganha um papel de liderança organizacional e político importante, por muitas vezes participar de todo o processo de trabalho propriamente dito e da organização de projetos que envolvam as famílias e os filhos e filhas dos cooperados.

Alia-se à questão das lideranças de acordo com o gênero, bem como à questão das complexidades e heterogeneidades acerca das organizações do trabalho e da influência das organizações dos núcleos-familiares nesse processo, o fato de que é comum, por se tratar de situações de vulnerabilidade social, se encontrar famílias, na economia solidária, cujas chefes de famílias são mães. O que também pode influenciar a formação de lideranças femininas nos empreendimentos solidários. Nesse sentido, não se pode descartar as peculiaridades envolvidas nos processos de construção das lideranças, segundo a questão de gênero, tampouco, o grau de influência que as mulheres exercem na organização da cooperativa como um todo, envolvendo a importância do papel da organização do núcleo-familiar comumente existente em empreendimentos da economia solidária.

Além disso, é importante mencionar que a questão de gênero e o papel da divisão sexual do trabalho e suas variabilidades e peculiaridades, em função, principalmente, do papel da mulher, enquanto trabalhadora e mãe, na questão social que está intrínseca à realidade dessas cooperativas, é de interesse a projetos sócio-políticos que venham a pretender incentivar o desenvolvimento de empreendimentos como

aqueles como instrumentos de combate à pobreza e às desigualdades, tendo como base a agenda da chamada questão social e todos os outros aspectos intrínsecos.

6.2. Os Processos da Interinstitucionalidade nas Cooperativas Estudadas

a) Cortrap

Como pôde ser percebido nas entrevistas realizadas junto às cooperativas, algumas das Relações Interinstitucionais estabelecidas entre aquelas e instituições dos setores público, privado e terceiro setor, tiveram influência de relações de pessoalidade nos seus respectivos processos de construção.

A entrevista com o presidente da Cortrap revelou que uma das primeiras relações de uma instituição organizada estabelecida com o grupo de catadores que, posteriormente, daria origem à cooperativa, foi estabelecida por meio do critério de proximidade. É necessário, contudo, que se mencione a trajetória da cooperativa para que se possa compreender e se perceber as influências das relações de pessoalidade nos processos de construção dessas relações interinstitucionais.

Como referido, a cooperativa teve origem com um grupo de catadores de materiais recicláveis que habitava em uma área conhecida como “cerrado”, próxima à Esplanada dos Ministérios e ao Congresso Nacional. O grupo era composto por pessoas, como o próprio presidente entrevistado, que provinham de outras regiões do Brasil, como o Estado da Bahia.

No caso do entrevistado, o mesmo havia trabalhado no meio rural e, ao se mudar para Brasília, não conseguiu sustentar o seu aluguel e passou a habitar na região próxima ao Congresso (no cerrado), e a trabalhar com a catação. Essa área se localiza atrás do prédio do Congresso Nacional, na Esplanada dos Ministérios.

O grupo, formado por muitas pessoas que pertenciam à mesma família, adquiria o material reciclável junto à Câmara Federal. Nesta instituição, segundo o entrevistado, havia, na época, uma ONG pertencente à própria instituição, chamada “EcoCâmara”. Essa ONG havia organizado junto às diferentes seções da repartição, um processo de coleta seletiva, da qual o material seria destinado ao grupo de catadores que habitava próximo à instituição. Desse modo, estabeleceu-se uma relação entre a EcoCâmara e o grupo de catadores, por meio da qual circulava a aquisição do material a ser utilizado pelo grupo referido, para gerar renda.

Algum tempo depois, a Governadoria do GDF, por meio do Governador Roriz, fez uma reunião com o grupo, e, como forma de convencê-lo a se mudar do local habitado (ilegal para ocupação), ofereceu um terreno próximo à chamada “Cidade Estrutural”, na área comercial conhecida como “Cidade do Automóvel”. O grupo, então, se mudou para o local oferecido. Posteriormente, o mesmo grupo se organizou numa cooperativa, mantendo a relação estabelecida com a Câmara Federal para aquisição do material reciclável produzido pela instituição.

Segundo o entrevistado, por meio de contatos estabelecidos com Organizações Não-Governamentais, como a Cáritas Brasileiras, a cooperativa passou a aprender formular projetos e encaminhá-los a instituições como Embaixadas e a Fundação Banco do Brasil. Por meio de projetos dessa natureza, a cooperativa conseguiu apoio financeiro da Embaixada da Alemanha e da Fundação Banco do Brasil para construção do galpão no terreno cedido pela Governadoria do GDF, aquisição de caminhões e maquinários. De acordo com o entrevistado, outros projetos, posteriores aos citados, foram encaminhados recentemente ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES. O projeto também foi contemplado pela instituição. Somando os valores adquiridos pelos projetos elaborados pela cooperativa e contemplados junto às instituições citadas, se aproximam de 2 milhões de Reais de recursos destinados à investimentos em infraestrutura, maquinário, computadores, caminhões.

A cooperativa citada trabalha com a coleta do material, armazenamento, separação e venda do material reciclável à Empresa Capital Recicláveis. Contudo, em função dos investimentos previstos, o entrevistado fez referência à mudança na lógica de trabalho produtivo da cooperativa, a qual passaria a reciclar o material coletado. O que agregaria maior valor à sua produção. A Cortrap pode ser considerada uma unidade industrial ao ser comparada às demais cooperativas estudadas. Além disso, teve a sua origem, como enfatizado pelo entrevistado, no cerrado, assim como as demais cooperativas do Distrito Federal.

Pode-se perceber que as relações interinstitucionais construídas pela cooperativa teve influência direta no que se refere à aquisição de recursos materiais, financeiros e também acesso à conhecimentos os quais, posteriormente, se transformaram em acesso, também a outros recursos materiais e financeiros.

A construção dos vínculos, das relações interinstitucionais, ou das redes sociais em que a cooperativa em questão se inseria teve influência de relações de pessoalidades. A primeira relação citada, construída junto à EcoCâmara e Câmara Federal foi

construída por intermédio da idéia da proximidade, tratada por Caillé (2004) como relações estabelecidas segundo a idéia da socialidade primária pública, onde predominam as relações de pessoalidade (como amizade, confiança e camaradagem), muito comum às relações de reciprocidades construídas no âmbito da vizinhança.

Já a segunda relação referida, também foi caracterizada por uma relação de pessoalidade e especificidade, uma vez que a Governadoria do GDF, na pessoa do Governador Roriz negociou com o grupo a aquisição de um terreno. O ato de ceder o terreno ao grupo referido não partiu de uma política pública formal do GDF. O caráter da pessoalidade presente nessa relação interinstitucional também fica nítido ao se comparar com a realidade verificada nas demais cooperativas: apenas a Cooperativa possuía um terreno também cedido pela Governadoria do GDF. O que não ocorrera na Superação e na Reciclo.

Sobre as relações entre os membros da cooperativa e liderança, o entrevistado fez referência à sua concepção sobre a sua liderança por parte do grupo:

“Entrou cinco presidente dentro de dois anos. Eu to interando agora seis anos, to no terceiro mandato até 2010. Eu não queria e o povo dizia ‘não, você vai lá’”
(...) “Aí eu i viajando... Fórum Social Mundial em Porto Alegre, Rio de Janeiro, e aprendi muito nessas viagens”

Essa fala pode fazer menção à idéia da influência do tipo de liderança nos aspectos internos da cooperativa. E, também, nos aspectos externos, ou nas relações interinstitucionais estabelecidas pela cooperativa. Essa relação será abordada de forma mais aprofundada na análise específica da pesquisa realizada na Reciclo.

Por fim, o estabelecimento das relações da Cortrap com a Cáritas e outras ONG's, as quais propiciaram acesso a construção de outras relações ou vínculos institucionais, também foi construído segundo à idéia das Relações do tipo Filantrópica, nas quais se verificam um grau relativamente alto de flexibilidade e liberdade para se estabelecer tais relações por parte das instituições.

b) Coopativa

Por meio da entrevista e observações realizadas na Coopativa foi possível se verificar a implicação das relações de personalidade da liderança nos aspectos internos da cooperativa e também nos externos, ao que se refere à construção das relações interinstitucionais.

Na entrevista com o presidente e vice-presidente da cooperativa, verificou-se uma ênfase dos entrevistados nas implicações da antiga liderança da cooperativa, nas relações entre os cooperados, na tensão existentes nessas relações entre a individualidade e a coletivização no que se refere ao comportamento dos cooperados sobre a organização do trabalho, e, por fim, nas novas orientações da gestão atual da cooperativa. Percebeu-se também uma falta de consolidação da identidade valorativa dos cooperados a respeito de quem pertence ou não, formalmente, ao grupo.

A respeito da antiga liderança, os entrevistados se referiram que o ex-presidente havia falecido e deixado uma grande dívida para a gestão atual. A esse respeito, fez-se colocações acerca das ações pretendidas pela nova gestão, como aquisição de uniformes e crachás para os cooperados.

Ao mesmo tempo, os entrevistados referiam-se à trajetória da cooperativa e dos momentos que tiveram conflitos com a polícia, ocasionando em derrubada dos seus barracos. Sobre esse assunto, o presidente mencionava alguns cooperados que não passaram por essa fase e que não teriam compromisso com o trabalho da cooperativa e da liderança.

A tensão existente entre a atual gestão e alguns cooperados pode ser expressa por meio da citação de alguns trechos da entrevista. Quando se referiu a aquisições da cooperativa por meio de relações interinstitucionais, como um caminhão doado pela FBB e o galpão, cedido pela Governadoria do GDF, os entrevistados fizeram a seguinte colocação:

“Mas a cooperativa, a gente cada vez ta bem, sobre as outras (cooperativas) aí. Porque tem muita gente que ta na chuva, no chão, e nós tem esse galpãozinho aqui e ... tem uns aí que não agradece (...) **tem ordem e tem uns que não querem constar... mas nós não... não pode ser do jeito deles não, tem que ser do nosso jeito, do jeito da direção da cooperativa, porque a gente sabe como**

que pode... se a Polícia vem aqui eles dizem ‘olha Carlos <nome fictício>, nós vamos cobrar de você’.

A relação intercooperativa também foi citada na entrevista, no entanto, mais no sentido de comparar a realidade entre cooperativas. Por exemplo, na citação acima percebe-se a menção à comparação da realidade da Coopativa com a de outras cooperativas que possuem menos infra-estrutura do que ela. Além disso, Fez-se comparações com a realidade da Cortrap, no sentido de tê-la como exemplo na aquisição de recursos. Foi utilizada a expressão de que a cooperativa não tinha o apoio de ninguém (Governo, instituições públicas ou empresas) em função do comportamento do antigo líder com representantes de algumas instituições.

Segundo os entrevistados, a cooperativa não realiza a coleta de materiais junto a prédios públicos, como a Cortrap. Pelo contrário, faz a coleta na rua “mesmo”.

“Perdemos muita coisa boa (como recursos, por exemplo, por causa do Roberto – nome fictício do antigo líder)... A Abadia (ex-vice governadora do DF) veio aqui um dia, e ele deixou o caminhão vir buscar o lixo. Preferiu o caminhão buscar o lixo do que a mulher” (...) “O governo queria murar (o terreno) e o falecido Roberto <nome fictício> não quis: ‘eles vão murar pra o governo depois ir lá e tirar (a cooperativa do local)’”.

De acordo com o presidente, o antigo gestor não queria entrar na Central das Cooperativas - Centcoop, o que a atual gestão fez, exatamente para facilitar a aquisição de “apoio” de órgãos públicos e alguns empresários. Sobre o assunto da Centcoop, percebe-se que a cooperativa ficou isolada das outras, durante a antiga gestão, o que, segundo os entrevistados, estava sendo sanado com a entrada da cooperativa na Central referida. De acordo com o interesse demonstrado pelo presidente, percebe-se que a entrada na Centcoop, por parte da cooperativa, segue uma lógica de participar de uma rede, onde há a possibilidade de se adquirir recursos.

Os entrevistados fizeram menção a duas instituições que a cooperativa estabeleceu algum tipo de relação, recentemente: a FUNAI e a Empresa Capital. A relação estabelecida com a Funai seguia a lógica da relação interinstitucional do tipo Filantrópica, especificamente, segundo a idéia da Rede Filantrópica 1, já que a

instituição seleciona periodicamente uma cooperativa, por meio de sorteio, para que faça a coleta do material produzido pela instituição. Na ocasião, o período contemplado pela Coopativa já havia se esgotado.

A segunda relação estabelecida se configurou como do tipo Econômica com a Empresa Capital Recicláveis e teve características peculiares. Percebeu-se nessa relação elementos que se aproximam da idéia da dádiva agonística: ou seja, o endividamento negativo. Pode-se perceber no trecho da entrevista abaixo que a dádiva agonística e o endividamento negativo ocorria no sentido da realização de favores, por parte do dono da empresa, que não poderiam ser retribuídos pelos cooperados. Desse modo, o empresário mantinha a relação econômica estabelecida, da qual, provavelmente, o mesmo estava se beneficiando em termos de lucratividade.

“Só o Raimundo <nome fictício do dono da empresa> dá uma cestinha básica...” (...) “Todo ano ele dá uma cestinha básica” (...) Se caso alguém faleça vem pedir ajuda ele ajuda” (...) “essas camisas (foi ele quem forneceu)” (...) “Todo mês ele dá R\$400,00 de *imposto* pra, assim, pra fazer mantimento, pra fazer comida” (...) “ele quem emprestou o dinheiro (pra trocar os quatro pneus do caminhão)” (...) “Se o caminhão bate o motor e nós precisa de dinheiro, pagar parcela de R\$100,00, nós corre pra ele, o que nós pode fazer, ficar pagando parcela de R\$100,00 (ele aceita e se dispõe a ajudar)” (...) “Tem gente que diz: ‘o Raimundo tá matando nós’, tá matando nós (de fato), mas quando precisa, ele ajuda”.

A personalidade da antiga liderança, portanto, foi o motivo colocado pelos entrevistados da Coopativa para explicar a ausência de relações interinstitucionais com outros atores. Foi enfatizado pelos cooperados entrevistados que a cooperativa “está de braços abertos pra quem quiser visitar a gente, qualquer empresário”. O que demonstra a idéia da necessidade dessas relações para o setor, na concepção dos seus representantes.

Outra característica enfatizada na entrevista foi a idéia da tensão existente entre os cooperados. O que deflagra uma limitação na organização interna, podendo ser

reflexo do histórico da antiga liderança e/ou da ausência de estabelecimento de relações interinstitucionais com atores que propiciam a aquisição de capital social de conhecimento, como o conhecimento organizacional em empresas autogestionárias.

c) **Reciclo**

As relações de personalidade puderam ser nitidamente identificadas no relato acerca das construções das relações interinstitucionais estabelecidas entre a Reciclo e algumas instituições.

A primeira relação dessa natureza foi estabelecida entre o grupo de catadores, que antecedeu a cooperativa, e a Pastoral de Evangelização e Construção Social da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora. Como se verifica no trecho abaixo, retirado da entrevista realizada com a presidente da cooperativa, as relações estabelecidas com essa instituição foi motivada pela idéia da solidariedade enquanto valor, sendo o tipo de relação Filantrópica 2. Por meio dessa relação o grupo de catadores que também vivia numa região conhecida como cerrado, na cidade de Taguatinga – DF, transformou-se numa cooperativa.

“(A instituição) chegou pra trazer um certo café da manhã, a ajuntou o grupo pra dá o café da manhã. E, assim, com uns encontro, no máximo, eles falaram assim: ‘ eita! Esse grupo é bom, vamos trabalhar uma maneira pra eles crescer’”.

De acordo com a entrevistada, a partir dessa relação originou-se a idéia de se formar a cooperativa. Foi realizado por parte do grupo, portanto, alguns cursos de cooperativismo. A Pastoral referida levou o grupo para conhecer uma cooperativa organizada do DF, para que eles tivessem a noção do trabalho de uma cooperativa. Nesse sentido, percebe-se que a formação da própria cooperativa é resultado da relação estabelecida com uma instituição, onde a mesma relação foi construída pela idéia da personalidade: primeiramente na premissa da solidariedade como valor, por parte da Pastoral; em seguida, na manutenção dos vínculos permeados pela personalidade, segundo a idéia da dádiva: por meio da constante troca de dádivas, do dar, receber e retribuir.

Apesar da cooperativa ainda habitar no cerrado, em condições de precariedade (como enfatizado pela própria entrevistada), posteriormente, houve ainda o estabelecimento de relações interinstitucionais com instituições como a CAIXA e a Universidade Católica de Brasília – UCB, nas quais é possível se perceber a influência das relações de pessoalidade.

Primeiramente, a pessoalidade na relação com a CAIXA é percebida na menção a termos como “adoção” e “afeição” mencionados pela entrevistada. De acordo com a presidente da Reciclo, havia um programa disponível na CAIXA para “adotar” uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis que estivesse em situação relativamente precária, em relação às demais cooperativas. Essa informação chegou à Centcoop, por meio da qual chegou à Reciclo, que aceitou a proposta, sendo construído o vínculo. A entrevistada ainda se referiu que, com o passar do tempo, o pessoal da CAIXA se “apegou” às pessoas da cooperativa, e o vínculo ou relação entre a cooperativa e a instituição se mantém até os dias atuais (da realização da pesquisa). Por meio dessa relação a cooperativa teve financiado todos os custos exigidos para a sua formalização legal, como documentos (CNPJ, por exemplo), além da aquisição de roupas, comida a alguns cooperados. Essa relação, pelas suas características, pode ser considerada como relação interinstitucional do tipo Filantrópica (Rede Filantrópica 2).

A relação com a UCB também foi construída por intermédio de relações de pessoalidades. A localização relativamente próxima entre a área em que habitam os cooperados e a Universidade pode ter proporcionado a construção da relação. Nesse sentido, segundo a entrevistada, a relação com a UCB proporciona a divulgação do trabalho da cooperativa aos alunos da Universidade. O que é concebido pela presidente, como uma forma de se construir novas relações com novos atores. Essa é a lógica da expansão das Redes Sociais segundo a idéia da construção dessas por meio das relações de pessoalidade. Tal concepção pode ser percebida no trecho da entrevista que se segue.

“Divulgar a cooperativa”. (...) “Falar o que é a cooperativa, o que ela faz, qual é o princípio”... “você sabe..., dentro da Católica, de sala em sala, na UnB, de sala de aula em sala de aula, encontra gente de diversas oportunidades. No GDF, então, tem muito! Foi nessas reunião que a gente conheceu fulano que trabalha no GDF, ciclano que poderia nos ajudar a chegar lá no GDF, bater na porta deles... a gente foi, pegando os contatos,

chegamos lá e batemos”. “E com o apoio da UnB, da UCB, do GDF e da Caixa Econômica a gente formou tudo, juntou e agora a gente tá com um apoio muito forte, que é da Fundação Banco do Brasil, na qual foi quem já doou o caminhão pra gente”.

A idéia, portanto da personalidade permeia as relações interinstitucionais identificadas entre a Reciclo e algumas instituições. Em termos de relações do tipo econômica, foi mencionado a Capital e Recicla Brasília, considerada um atravessador (isto é, compra o material da cooperativa para depois revendê-lo) da cidade de Taguatinga.

Em termos dos aspectos internos mencionados pela entrevistada, dois tópicos foram abordados: a idéia dos vínculos entre os cooperados e a questão da manutenção da liderança. Em relação ao primeiro tópico, a menção de que ‘o grupo está junto há 10 anos, tratando-se uns aos outros como família, com respeito mútuo’ pode traduzir a idéia da força dos laços internos da cooperativa. O que, por sua vez, pode refletir uma certa organização e presença de uma relativa identidade valorativa entre os cooperados, em termos de assimilação de valores da autogestão e da organização coletiva exigida pelo trabalho em cooperativas.

O segundo tópico está relacionado à proximidade com o período de eleições a ser realizada na cooperativa, quando da realização da entrevista. A presidente demonstrou uma concepção do seu papel de liderança frente ao grupo, por meio do reconhecimento dos demais cooperados.

Há, ainda, menção por parte da entrevistada ao termo “indicação” para se referir à maneira como se constrói relações interinstitucionais entre a cooperativa e outros atores. O que vem a reforçar a idéia da influência do papel da personalidade na construção das relações interinstitucionais entre cooperativas de natureza semelhante à das aqui estudadas e instituições de diversas esferas sociais.

A cooperativa estudada apresentou, ainda, uma característica peculiar: a precariedade mais acentuada dentre as escolhidas para a realização desta pesquisa. A entrevistada fez menção à participação de alguns membros da cooperativa em programas sociais como o Programa Bolsa Família e o Programa Adolescente Aprendiz. Há, no meio do grupo, crianças que pedem dinheiro na rua: o que, segundo a

entrevistada, é feito um esforço por parte da liderança do grupo para se evitar tal situação.

d) Superação

Na entrevista realizada junto à Superação, com o seu presidente, observou-se uma peculiaridade: o entrevistado, na ocasião, era o presidente da Central de Cooperativas de Catadores de Materiais do DF – Centcoop. Talvez, por esse motivo, o entrevistado tenha enfatizado demasiadamente, na entrevista, o papel da Centcoop e das relações entre as cooperativas, na atual dinâmica do setor, no Distrito Federal. Outra característica incomum observado foi o nível de escolaridade do entrevistado: superior incompleto, peculiar em relação aos demais líderes entrevistados neste estudo.

Os assuntos giraram em torno de questões políticas mais amplas, como a revolução pela educação, arte e cultura, e o papel das cooperativas nesse processo. A escolaridade do entrevistado pode ter influencia direta acerca dos argumentos utilizados, assim como a sua posição como presidente da Centcoop, na ocasião. A trajetória de vida do entrevistado também pode ter influenciado os argumentos utilizados, uma vez que o mesmo referiu-se à sua experiência em ter trabalhado em outras associações de interesse de classe, como de artesãos, por exemplo.

Sobre o papel da Centcoop, o entrevistado destacou dois avanços:

1. Concentração Profissional: uma das metas alcançadas com a criação da Centcoop;
2. Capacidade de mobilização da categoria (dos catadores).

Como referido acima, o entrevistado, pelo motivo de ocupar a posição da presidência da Centcoop, enfatizou predominantemente suas falas acerca do papel das relações entre as cooperativas, mitigando a idéia da necessidade da categoria em se organizar em rede, tanto para potencializar o poder de reivindicação da categoria (junto ao poder público), quanto para atrair “boas parcerias” do setor público, do setor privado: “abrir negociações com grandes empresários, com grandes indústrias, e se organizar”. Em outro momento, a organização entre as cooperativas, segundo o entrevistado, proporciona um maior volume para comercialização, sendo, também, economicamente vantajoso para a categoria. “Sempre achei que a transformação do segmento não seria feita pura e simplesmente comprando lixo e vendendo (...) mas por meio da cultura e da arte”.

Para abarcar as principais idéias do entrevistado, citar-se-á abaixo três trechos da entrevista que podem sintetizar a principal idéia do presidente da Superação acerca da sua concepção sobre as relações intercooperativas, classificadas neste estudo como Redes Políticas 2.

“Cada cooperativa busca seus interesses particulares, mas a soma desses interesses mais imediatos que estão concernentes e pontuais a cada cooperativa” (...) “mas há luta por espaços, cada um querendo seu espaço, e as lutas pelos consensos gerais naquilo que for interessante para todas as cooperativas” (...) “Outra vantagem é ser pertencente a uma rede, porque hoje no mundo globalizado se você está sozinho você tem um valor X, se você está organizado você tem um valor X elevado a N que leva à quantidade de parceiros que você tem dentro da rede” (...) “Outra coisa também é a credibilidade que você encontra junto a patrocinadores, junto a parceiros, a fonte de recursos, sejam públicos ou privados” (...) “Nós temos aquelas cooperativas com maior porte de recursos querendo ser hegemônicas, querendo ganhar mais do que todo mundo, querendo tomar as decisões em cima das pequenas” (...) ‘Mas nós (as pequenas) somos a maioria (maior quantidade de mão de obra)’ (...) ‘é melhor assim do que sozinho’.

De acordo com esses trechos da entrevista, pode-se perceber alguns pontos interessantes. O primeiro é o interesse em pertencer a uma rede. O segundo as lutas e os conflitos de interesses entre as próprias cooperativas. O primeiro ponto já fora explorado em praticamente todo o estudo, mas, talvez, não tenha sido exposto de forma tão nítida pelos entrevistados. Já em relação ao segundo ponto, remete à idéia da abordagem por análises futuras por intermédio do conceito de “campo” (Bourdieu), ou da abordagem racionalista da teoria das redes sociais.

Em relação à questão das relações interinstitucionais estabelecidas pela cooperativa, o entrevistado fez referência, principalmente ao “grande maior parceiro, que é o Governo Federal, na pessoa do Presidente Lula”. O entrevistado fez referência ao decreto que regulamentou a Coleta Solidária Seletiva, organizada pela Secretaria

Interministerial, situada no MDS, como também a uma lei de Saneamento Básico a ser aplicada em Estados, municípios, e Distrito Federal garantindo às cooperativas de catadores de materiais recicláveis a dispensa de licitação para serem contratadas com o intuito de se realizar trabalhos de coleta seletiva. Outras relações mencionadas, de forma pouco aprofundada, foram estabelecidas com ONG's, das quais o entrevistado não quis citar nomes.

De fato, a entrevista foi mais voltada aos pontos estabelecidos acima, o que tornou pouco perceptível o foco de interesse da pesquisa. Contudo, a menção das instituições pertencentes ao Governo Federal como principais referências de interação entre a cooperativa e instituições das demais esferas sociais levanta um ponto até o momento pouco perceptível na pesquisa: o papel da política pública da Coleta Solidária Seletiva na dinâmica de cooperativas como a Superação.

Uma vez que foi marcado um outro local como ponto de encontro entre o pesquisador e o entrevistado para a realização dessa entrevista, não foi possível se realizar visita à Superação, nessa ocasião. Contudo, na oportunidade dos testes de campo, foi possível se observar que a cooperativa, na época, não possuía uma localização fixa, e, também, quase nenhuma estrutura material: apenas alguns barracos de madeira, e alguns carrinhos (também de madeira) para realizar o transporte do material coletado, e um triciclo motorizado, também utilizado para o transporte do material coletado.

6.3. As Tessituras das Redes Sociais: Categorias de Análise

Para se analisar os dados obtidos por meio da pesquisa de campo, foi necessário se elaborar uma nova classificação das Redes Sociais que abarcasse a realidade empírica ainda mais diversificada das Relações Interinstitucionais, do que aquela abarcada pela classificação dos três tipos de relações de interinstitucionalidades abordadas: 1. as Relações tipo Filantrópicas, 2. as Relações tipo Políticas Públicas, e 3. as Relações tipo Econômicas. Desse modo, sucitou-se a seguinte classificação:

- Redes Políticas

- **Redes Políticas 1:** São compostas por relações interinstitucionais segundo a lógica das Políticas Públicas, ocorridas entre atores institucionais.

- **Redes Políticas 2:** são relações interinstitucionais entre atores, segundo uma lógica de organização política dos atores. Como exemplo, as associações ou organizações de cooperativas, como a Central das Cooperativas de Materiais Recicláveis do DF – Centcoop.

- **Redes Filantrópicas**

- **Redes Filantrópicas 1:** são compostas pelas relações entre cooperativas e, principalmente, atores advindos dos setores públicos (órgãos públicos), segundo a idéia da “Responsabilidade Social” desses órgãos.
- **Redes Filantrópicas 2:** compostas por organizações do terceiro setor (Ong’s ou outras associações) ou por organismos de outras naturezas Embaixadas, e órgãos internacionais.

- **Redes Econômicas**

- **Redes Econômicas:** seguem a mesma lógica da Relação Interinstitucional tipo econômica, ou a mesma idéia do conceito de Rede Econômica abordado no capítulo 6: relações características da lógica de trocas do mercado.

As Redes Sociais construídas a partir das entrevistas realizadas na pesquisa de campo serão analisadas de acordo com as classificações acima. Nesse sentido, foram construídas quatro redes sociais, nas quais os atores centrais são as cooperativas, e uma tabela (1) sobrepondo os dados qualitativos acerca das quatro redes sociais identificadas.

O intuito da construção das quatro redes tendo as cooperativas como os “nós” das mesmas é a de dispor os atores com as quais as mesmas realizaram relações interinstitucionais.

Já em relação à tabela construída, além de sobrepor os dados obtidos, por meio da mesma é possível se observar as instituições advindas das demais esferas da sociedade que tem ocupado posição de centralidade na dinâmica das relações interinstitucionais das cooperativas de catadores do DF, representada pela amostra delimitada na pesquisa.

Figura 3: Rede Social Construída a partir da Pesquisa realizada junto à Cortrap

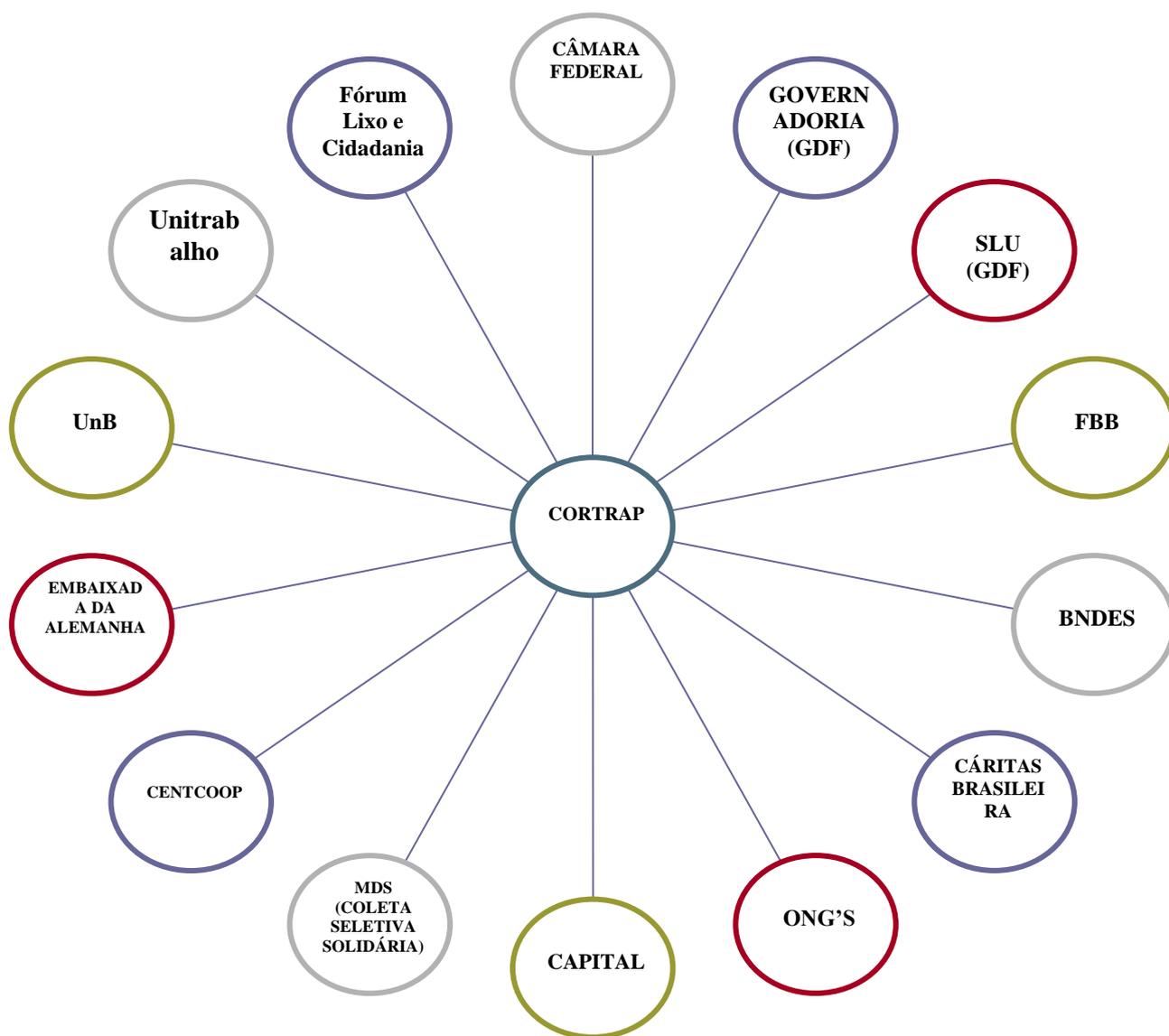


Figura 4: Rede Social Construída a partir da Pesquisa realizada junto à Reciclo

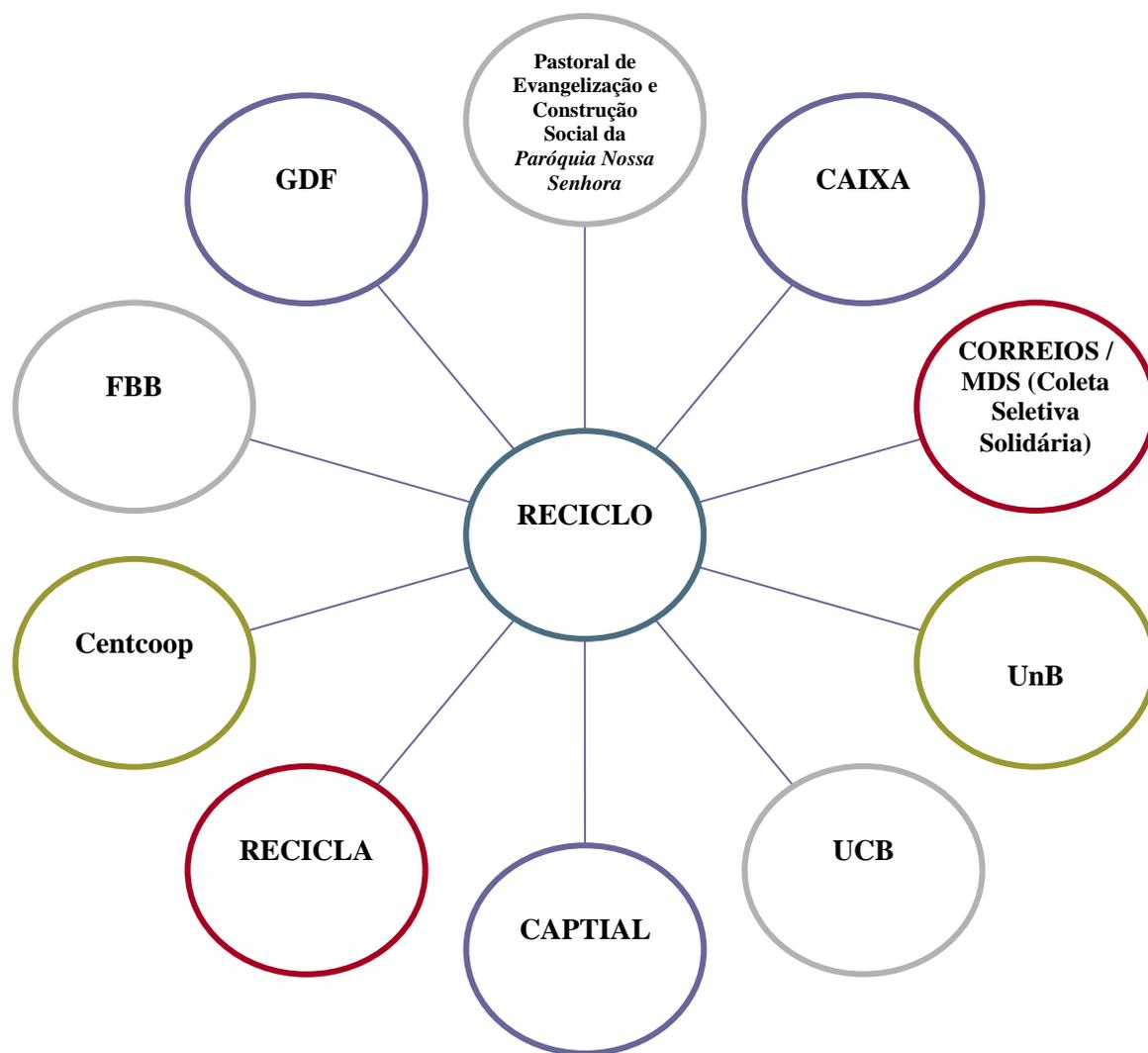


Figura 5: Rede Social Construída a partir da Pesquisa realizada junto à Coopativa

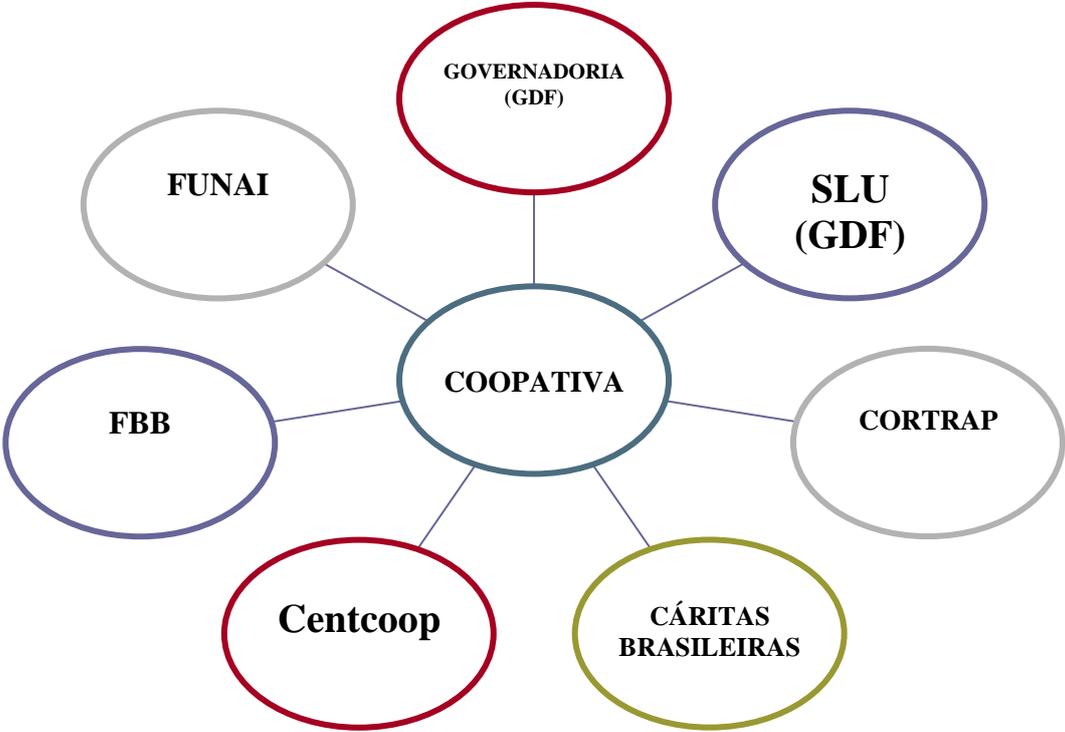
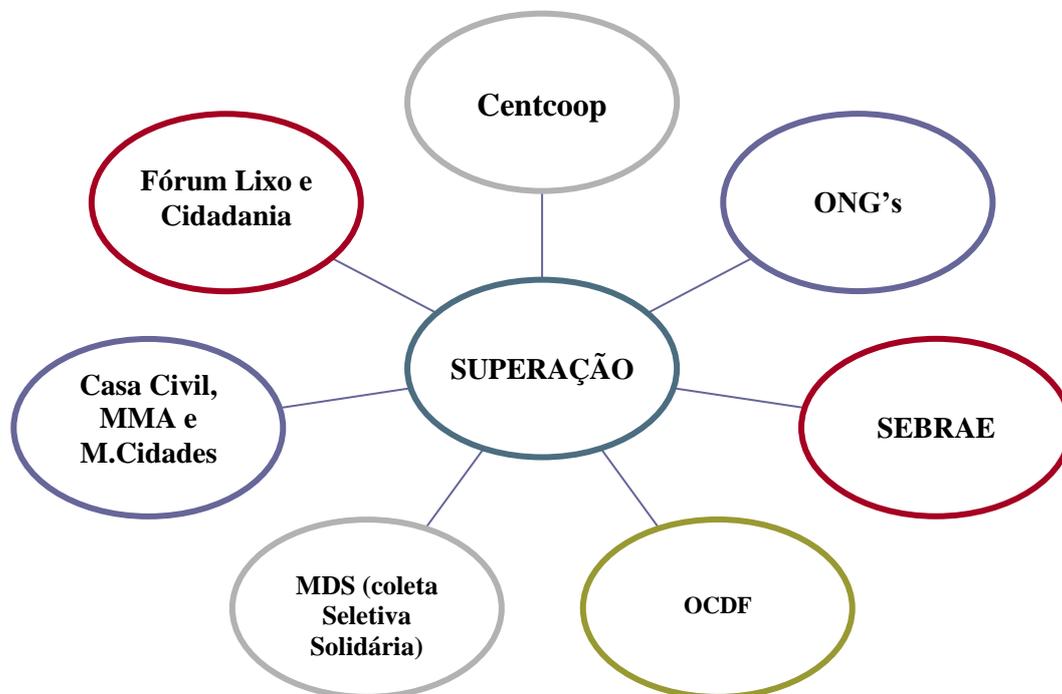


Figura 6: Rede Social Construída a partir da Pesquisa realizada junto à Superação



Por meio dessas redes, percebe-se que a Cortrap foi a cooperativa estudada onde mais se identificou atores sociais participantes de suas Redes Sociais. Ao todo, identificou-se 14 atores institucionais com os quais a cooperativa em questão interagiu interinstitucionalmente, em algum dado momento da sua trajetória. Em segundo lugar, ficou a Reciclo, onde fora identificados 10 atores institucionais com os quais a cooperativa, em algum dado momento, realizou alguma interação interinstitucional. Em terceiro, ficaram empatadas as cooperativas Superação e Coopativa, sendo identificados sete atores com os quais essas cooperativas, em algum dado momento das suas trajetórias, interagiram interinstitucionalmente, de acordo com a natureza específica de cada instituição.

Uma observação a ser feita, acerca da montagem das Redes Sociais acima, diz respeito à limitação em se observar algumas características do conceito de “redes” trabalhado ao longo do estudo. A primeira, diz respeito ao critério da continuidade, colocado por Bonafont (2004).

Como se pôde observar, algumas das instituições apontadas nas entrevistas interagiram com as cooperativas em questão apenas durante o processo de formação do

grupo. O que, de forma alguma, anula a influência dessas no processo referido. No entanto, a idéia de continuidade de Bonafont (2004) é abarcada pela idéia de “laços fortes” e “laços fracos”, de Granovetter (2005).

Granovetter (2005) se refere à força dos laços fracos em sua teoria. Essa idéia pode ser traduzida, no presente estudo, do seguinte modo: as instituições que tiveram suas interações com as cooperativas estudadas há algum tempo, e, atualmente, não estabelecem nenhum tipo de troca (de dádivas, por exemplo), são aquelas que possuem “laços fracos” com as cooperativas.

O vínculo social estabelecido, gera uma certa proximidade entre os atores. Gera-se, assim, baseado na idéia da pessoalidade ou da dádiva (critério de conhecimento e confiança construída na ocasião) uma possibilidade de novas interações entre os atores. Parte-se do pressuposto de que tenha havido um processo de construção do vínculo social “ideal”: isto é, o cumprimento do dar, receber e retribuir.

Desse princípio adviria a força do laço fraco. Já as instituições que, atualmente, encontram-se em processo de interação com as cooperativas, são aquelas que possuem “laços fortes” com as mesmas. Nessa interação, os recursos provenientes das redes sociais estão em processo de circulação por meio delas. A questão da força e fraqueza dos laços, contudo, não será aprofundada neste estudo, ficando a mesma como sugestão da Agenda de Pesquisas, a ser apresentada no capítulo 9 deste estudo, corresponde à Conclusão do mesmo.

Tabela 1: Atores Sociais Identificados nas Redes Sociais

	Superação	Cortrap	Coopativa	Reciclo
<i>Bancos Federais</i>				
FBB		X	X	X
CAIXA				X
BNDES		X		
<i>Governo Federal</i>				
MDS	X	X		X
CASA CIVIL	X			
Correios / MMA, MPOG e MCidades	X			X
<i>Órgãos Públicos Federais</i>				
FUNAI			X	
SEBRAE	X			
Câmara Federal		X		
<i>Governo do Distrito Federal</i>				
Governadoria (GDF)		X	X	
SLU (GDF)		X	X	
GDF				X
<i>Instituições de Ensino</i>				
UnB	X	X		X
UCB				X
<i>Associações ou ONG's</i>				
Unitrabalho		X		
Cáritas Brasileira		X	X	
Pastoral / Paróquia				X

ONG's	X	X		
Fórum Lixo e Cidadania	X	X		X
<i>Associações de Cooperativas</i>				
OCDF	X			
Centcoop	X	X	X	X
<i>Empresas</i>				
RECICLA				X
CAPITAL		X	X	X
<i>Outras Cooperativas</i>				
Cortrap			X	
100 Dimensão	X	X	X	
Cooperativa não informada				X

Observando-se a tabela acima, é possível se fazer as seguintes constatações.

Apenas um ator foi citado por todas as cooperativas: a Centcoop. Em função da natureza da relação estabelecida entre as cooperativas e o ator referido (relação tipo Rede Política 2), pode-se afirmar que a Centcoop possui um papel central no que diz respeito à Rede Política ou de natureza política entre as cooperativas estudadas.

Percebe-se, também, que os atores citados três vezes foram: a Capital, o MDS (Coleta Solidária Seletiva), a Unb (Incubadora) e a Fundação Banco do Brasil – FBB. É interessante observar que cada um desses atores possui naturezas diferentes em termos de relações interinstitucionais, sendo que cada um deles exerce um tipo de centralidade na rede, no que se refere ao tipo de relação estabelecida: a Capital exerce uma centralidade na rede econômica; o MDS, na rede política 1, a UnB e a FBB, na rede filantrópica 1. Outro ator social citado por três vezes foi o Fórum Lixo e Cidadania, que deu origem ao Fórum Nacional de Economia Solidária, segundo Singer (2006).

Há uma relação curiosa entre o estabelecimento de relações interinstitucionais entre as cooperativas e órgãos específicos do GDF, com a situação de aquisição de terrenos por parte das mesmas cooperativas. Percebe-se que as cooperativas que construíram algum tipo de interação com a Governadoria e com o SLU são as

cooperativas que, atualmente, estão alocadas em terrenos concedidos pelo GDF, e possuem galpão próprio construído: as cooperativas Cortrap e Coopativa. A Reciclo citou o GDF de forma abstrata, enquanto as duas outras cooperativas citadas, fizeram referência específicas às relações construídas com os órgãos do Governo do Distrito Federal, acima citados.

A única cooperativa que não citou a UnB como inserida nas suas redes sociais foi a Coopativa. Curiosamente, foi nessa cooperativa onde mais se percebeu, por meio da entrevista, citações sobre problemas de organização interna entre os cooperados. É claro que essa afirmação pode estar equivocada, pois a entrevista pode ter sido enviesada pelo motivo de, por exemplo, os cooperados estarem passando por um processo de discussões internas intenso, principalmente, no dia da realização da pesquisa de campo na cooperativa. Contudo, a relação pode ter uma certa validade em função do tipo de relação interinstitucional que a UnB, por meio da Incubadora, normalmente estabelece com as cooperativas: a de auxílio na gestão do empreendimento. Nesse sentido, pode ser que a falta de contato com tal ator tenha influenciado essa demanda, tendo-se em vista o processo gradual de absorção dos valores de autogestão, por parte dos cooperados, como demonstrado por Kirsh (2007). A Reciclo, por sua vez, possui algumas relações com atores estratégicos que atuam numa linha semelhante à da Incubadora: é o caso da UCB, da própria UnB e da Pastoral de Evangelização e Construção Social da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, como colocado pela entrevistada. A Superação citou o SEBRAE, que também atua interinstitucionalmente numa linha semelhante, assim como a Cáritas Brasileiras e algumas ONG's.

Embora não tenha sido citada na entrevista, a Coopativa, segundo dados da Secretaria Interministerial de Inclusão Social dos Catadores, alocada no MDS e responsável pela Coleta Solidária Seletiva, está incluída no Programa da Coleta Solidária dos órgãos públicos. O que coloca o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS num papel de maior centralidade na Rede Política 1. O documento referido se encontra nos anexos deste trabalho. A respeito do papel exercido pelo MDS em termos de Rede Política (tipo 1), dentre as cooperativas do Distrito Federal, é interessante perceber que não é mencionado o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, onde se localiza a Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes. Esta, como abordado pela literatura, é tida como o símbolo da apropriação por parte do poder público da questão da economia solidária. Cabe mencionar que a política

conduzida pelo MDS é a chamada Coleta Solidária Seletiva, da qual participam três Ministérios, como coordenadores: o MDS, o Ministério do Meio Ambiente – MMA e o Ministério das Cidades – MinCidades, por intermédio da Secretaria Interministerial de Inclusão Produtiva dos Catadores de Materiais Recicláveis, localizada no primeiro ministério citado.

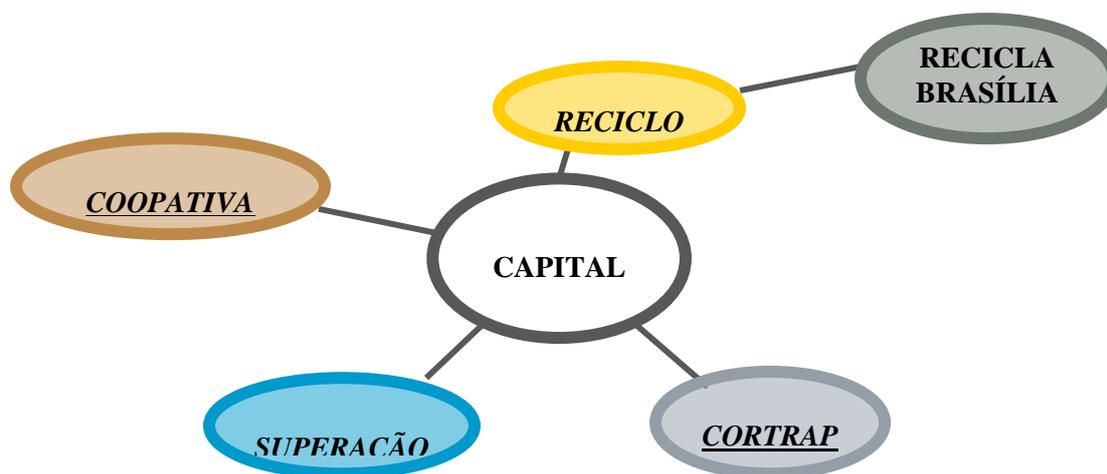
Outra curiosidade diz respeito às relações com os Bancos Públicos Federais. Apenas duas cooperativas citaram a construção de relações com dois bancos dessa natureza: a Cortrap (FBB e BNDES) e a Reciclo (FBB e CAIXA). Apenas a Cortrap fez menção a contrato estabelecido com o BNDES. O que pode ter sido ocasionado pela posição privilegiada da cooperativa em termos de ocupação de terreno e organização interna. Além disso, é interessante se relacionar a menção do representante dessa cooperativa às “ajudas” obtidas por ONG’s e pela Cáritas, no processo de aprendizagem sobre como elaborar um projeto para instituições que teriam inseridas nas suas lógicas a idéia da responsabilidade social filantrópica. Portanto, as relações estabelecidas com o BNDES, por parte da cooperativa, foram diretamente influenciadas pelas relações estabelecidas com ONG’s e associações filantrópicas como a Cáritas, com características das Relações tipo Filantrópicas (Rede Filantrópica 2). As quais, por sua vez, possuem diferentes formas de ocorrerem, ou diferentes dádivas a serem trocadas.

Em termos de citação de nomes de outras cooperativas durante a pesquisa de campo, afirma-se que a cooperativa mais citada foi a 100 Dimensão. Quando citada pela Coopativa, os entrevistados a citaram, juntamente com a própria Coopativa, como as únicas duas cooperativas não referidas em reunião da Centcoop da qual participara o vice-presidente da daquela. Já quando citada na entrevista realizada junto à Superação, o entrevistado relatou que chegara a participar da cooperativa em questão, mas, em função de não concordar com a política daquela, resolveu sair.

De acordo com a tabela acima, e também com alguns dados coletados por meio da observação simples não participante, realizada tanto na fase de testes de campo quanto na etapa da pesquisa de campo, em si, formulou-se as configurações dos três tipos maiores de Redes: Política (1, 2 e Político-Filantrópica), Econômica e Filantrópica. As disposições dessas seguem nos próximos tópicos.

6.3.1. Redes Econômicas: Dívida Agonística

Figura 7: Rede Econômica



A rede econômica, como pode se observar quando comparada com as demais redes, é a menos complexa. Possui um ator central, que é a empresa CAPITAL, com a qual todas as cooperativas estudadas possuem vínculos econômicos. O único ator social institucional, que não a Capital, que estabelece relações com alguma cooperativa é a RECICLA BRASÍLIA, que possui vínculos econômicos com a RECICLO. Embora não tenha sido citada na entrevista com o presidente da Superação, a relação entre essa cooperativa e a empresa Capital foi identificada nos testes de campo, por meio de entrevistas informais realizadas, na ocasião, com o vice-presidente do grupo.

Outro tipo de vínculo observado na Rede Econômica é o vínculo construído segundo a ideia da “dívida agonística” e endividamento negativo. Na pesquisa, verificou-se que a centralidade da empresa Capital na rede econômica constitui um monopólio ao que se refere à compra do material coletado pelas cooperativas.

Observou-se, ainda, que nenhuma das cooperativas trabalham com a transformação do material reciclável coletado, mas apenas com a coleta, separação e venda desse material separado. De acordo com as pesquisas, verificou-se que não há outros compradores desse material, no Distrito Federal, que não a CAPITAL e a RECICLA BRASÍLIA. No caso desta última, a entrevistada da Reciclo se referiu a tal organização econômica como um “atravessador” (isto é, aquele sujeito que compra o

material para depois revendê-lo). Desse modo, a rede, possivelmente, acaba centralizando em torno da CAPITAL.

Observou-se que, em função do monopólio, os representantes das cooperativas reclamavam dos baixos preços colocados pela empresa. O material era muito barato, o que reflete numa relação de lucro sobre o material das cooperativas. Estas, que trabalham com a dimensão do volume de material para vendas em toneladas, reclamavam que o preço do quilo do material, em centavos, era muito baixo. Na entrevista com representante da Reciclo, foi possível se observar essa reclamação acerca do preço em centavos estabelecido pela Capital. Semelhantemente, na entrevista com representantes da Coopativa, verificou-se frases como “a Capital está matando a gente...”, em referência aos preços estabelecidos para compra do material coletado pelas cooperativas.

Para manter a relação econômica estabelecida, percebeu-se que a empresa (por meio do seu dono) estabelece outros tipos de vínculos com as cooperativas, por meio dos seus cooperados: a relação de interpessoalidade em que se busca estabelecer um vínculo de endividamento negativo na esfera das relações de pessoalidade. Como pode ser percebido, principalmente na entrevista com os presidentes da Coopativa, detalhadas no tópico 7.2. (“Análise Microsocial”), em referência à análise dessa cooperativa. A idéia da “dáviva agonística” ou endividamento negativo é baseada na idéia de realização de favores, na esfera da pessoalidade, onde não há meios (à curto prazo) de se retribuir esse favor. Dessa relação de dáviva, ocorre o dar e o receber. O retribuir não ocorre em função da impossibilidade de retorno. Assim, estabelece-se uma sensação, nessa relação de interpessoalidade, de gratidão. E a forma, na ocasião, passível de ocorrer a retribuição é a aceitação de manutenção da relação econômica de monopólio e baixos custos para a empresa. A cooperativa julga não ser justa a relação econômica, mas a mantém em função das dádivas agonísticas trocadas entre os sujeitos.

Outra característica observada na rede econômica diz respeito a ausência de relações ou vínculos econômicos entre as cooperativas. Configuração em que poderia ser organizada ou estabelecida, entre as cooperativas, cadeias produtivas ou *clusters* (Macías, 2003). Essa organização econômica de interdependência a nível econômica entre as cooperativas (semelhante à idéia desenvolvida por Powell (1990)) poderia aumentar a dinâmica e as trocas econômicas entre os atores envolvidos, o que poderia acarretar, inclusive, a diminuição da dependência “agonística” em relação à centralidade da empresa Capital na rede econômica, como hoje se configura.

6.3.2. Redes Políticas 1 e 2: Políticas Públicas e Associações

Na reunião em que o pesquisador participou na sede da Central de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal – Centcoop pôde-se perceber a luta por espaços das instituições participantes da mesma. Na oportunidade, a reivindicação por parte da Centcoop em participar do processo foi interpretada pelo pesquisador como uma disputa por espaços políticos e poder de influência no campo, pois, além de “lutar” por conquistas das cooperativas, lutava pela participação da entidade no processo de formulação da política. Tal participação resultaria, em última instância, em acesso a recursos por parte da instituição. Nesse sentido, a luta seria tanto pelo acesso das cooperativas na política, quanto pela participação da Centcoop no processo, o que garantiria acesso a recursos existentes na rede a serem alocados na política em fase de planejamento.

O interesse da entidade ao acesso a recursos, no entanto, não é oculto para alguns participantes do processo. O secretário da entidade, em conversa informal com representante da CAIXA que estava presente numa das reuniões das quais o pesquisador participou, comentou a respeito da não inclusão da Central em uma das ações da CAIXA: “pô, é assim que a gente ganha dinheiro também, né meu”. O que significou para o pesquisador que existe o interesse em ‘se lutar pelas cooperativas’, mas também se beneficiar com essa luta, garantindo o acesso a recursos também para a entidade.

Acerca da análise das interações segundo a idéia de Redes Políticas (1 e 2) e do que se chama de Rede de Transição (Político – Filantrópica), é possível se observar, como referido antes, a centralidade da Centcoop, na Rede Política 2 (R.P.2). Tal ator estabelece vínculos com todas as cooperativas estudadas, e também com atores institucionais da esfera pública que fazem parte desse tipo de rede, em diferentes níveis: MDS, SLU, BNDES e CAIXA e FBB. Essas relações entre a Centcoop e as demais instituições foram possíveis de serem observadas na Reunião da qual participou o pesquisador na própria Associação (Centcoop). Na oportunidade, discutia-se a contraproposta ao referido projeto proposto pelo GDF.

A Centcoop também tem exercido influência na composição de redes políticas do Tipo Rede Política 1. Como pode ser percebido nas análises microssociais, o presidente da Cortrap mencionou que convênios estabelecidos entre cooperativas e o BNDES, por exemplo, estão sendo realizados apenas por intermédio da Centcoop. Semelhantemente se encontra o caso da execução da Política da Coleta Solidária

Seletiva, como encontra-se especificado no “Acordo Cooperativa da Coleta Seletiva Solidária”, documento localizado no sítio eletrônico da Coleta Seletiva Solidária (www.coletasolidaria.gov.br).

Em termos de Rede Política 1 (R.P.1), percebe-se a centralidade do MDS (e dos Ministérios que compõem a chamada Secretaria Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis), em função da política pública da Coleta Seletiva Solidária. Outro ator que aparece em uma centralidade periférica é o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (órgão pertencente à esfera pública do Governo do Distrito Federal – GDF). O SLU aparece citado por Coopativa e Cortrap, além de ter sido observado a existência de um vínculo ou laço (não tão forte quanto observado entre os demais atores) entre a Centcoop e o ator referido (na reunião citada acima). As duas cooperativas e a Centcoop citam o ator do GDF como responsável por uma política pública em fase de construção a ser implantada no Distrito Federal: a Coleta Seletiva.

Tal projeto, assim como a Coleta Seletiva Solidária, caso implantado, tende a modificar as relações econômicas verificadas nas dinâmicas das cooperativas que, por ventura, venham a ser integrar à política. Tal tendência pode se dá, seja pelo aumento de volume de materiais obtidos pelas cooperativas, seja pela alteração de posições dos atores nas redes (tanto econômicas, quanto políticas). Assim como também na possibilidade de entrada de novos atores nas redes.

Outra observação percebida se refere aos atores sociais que citaram o SLU (GDF) foram exatamente os atores que citaram a Governadoria do GDF enquanto um ator social com o qual já foi estabelecidas relações interinstitucionais. Como poderá ser percebido (tanto por meio da análise da tabela 1, quanto nas “análises microssoais”), tais cooperativas, por meio de relações interpessoais entre a Governadoria e seus grupos, obtiveram acesso a terreno cedido pelo GDF. Situação que não ocorrera com as demais cooperativas estudadas.

No entanto, apesar de ter sido citada apenas pelas duas cooperativas, as demais cooperativas participantes da Centcoop possuem acesso à informação da eminente política de Coleta Seletiva a ser conduzida pelo GDF, por intermédio da própria Centcoop, como foi observado nos testes de campo realizado na associação referida.

6.3.3. Redes Filantrópicas

Há uma diferença de critérios entre as instituições públicas para serem realizadas as relações interinstitucionais (como percebido em relação ao BNDES e à CAIXA). Contudo, verifica-se uma tendência em se estipular critérios mais definidos por parte de instituições como o BNDES, CAIXA e FBB. Dentre os critérios percebidos, participar da Centcoop foi o mais observado.

Foi percebido também que o BNDES apenas estabeleceu vínculos com a Cortrap. Esta e a Coopativa foram as únicas que possuíam ocupação de terreno legalmente reconhecida. (A Coopativa justificou o não acesso a crédito do BNDES em função da liderança anterior, o que demonstra as influências das personalidades da liderança na construção das interinstitucionalidades). Além do terreno, critérios básicos exigidos pelo BNDES: como documentos de legitimidade jurídica do empreendimento. No entanto, é perceptível que a FBB já possui critérios mais flexíveis para estabelecimentos de relações de interinstitucionalidade, observado em função das suas ações no sentido de doar caminhões para as cooperativas. O que fora observado nas três (Reciclo, Coopativa e Cortrap), não sendo apenas na Superação. Essas características deflagram o grau de liberdade que as relações pessoais possuem para o estabelecimento de relações interinstitucionais, em instituições do setor público.

6.4. Coleta Seletiva Solidária: Breve Conceituação

Como foi verificado na análise das redes sociais por meio da tabela 1, e também por intermédio da análise das entrevistas, no tópico acima, a Coleta Seletiva Solidária ocupa um papel central no que se refere à Rede Política do tipo 1. Nesse sentido, é importante fazer menção à sua forma de organização entre as instituições públicas e as cooperativas que fazem parte dessa rede específica.

A Coleta Seletiva Solidária é, em termos de Rede Política 1, aquela que tem exercido papel de mais destaque no tipo de rede que a mesma está inserida. Essa Política Pública é desenvolvida baseada no Decreto n.5.540, homologado pelo Presidente da República Federativa do Brasil (2002 – 2006 e 2006 - 2010) Luiz Inácio Lula da Silva, e que prevê a destinação dos materiais recicláveis produzidos pelos órgãos públicos federais sejam direcionados a cooperativas de catadores de materiais recicláveis. O cumprimento desse Decreto foi delegado à Secretaria Interministerial de

Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, composta pelos Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Ministério do Meio Ambiente – MMA e pelo Ministério das Cidades, sendo que a Secretaria está localizada no MDS. No Distrito Federal, a Coleta Solidária Seletiva teve sua organização realizada entre o a Secretaria Interministerial e a Centcoop.

Por meio do documento localizado no sítio eletrônico da Coleta Seletiva Solidária é possível se verificar a centralidade desse ator no processo de condução da organização entre as cooperativas, para a escolha de quais cooperativas se tornaram responsáveis pela coleta em cada prédio da Esplanada dos Ministérios e em outras autarquias ou órgãos federais.

Nessa organização da escolha das cooperativas em relação às repartições responsáveis, é interessante, também, verificar o papel majoritário da Cortrap em relação às demais cooperativas. Essa cooperativa ficou responsável pela coleta em pelo menos cinco prédios do poder público federal, enquanto as demais cooperativas estudadas, Superação e a Reciclo, por apenas um cada. Não foi verificada a participação da Coopativa nessa Rede Política específica. Semelhantemente, no documento citado, não foram expostos os motivos exatos que conduziram a partilha das instituições federais que estavam participando dessa Rede.

Capítulo 7. Conclusões.

1. Concepção do conceito de economia solidária:

A grande transformação a um novo modo-de-produção, como Singer (2002) sugere em uma de suas obras menos recentes (Introdução à Economia Solidária), que a economia solidária pode causar, na visão do pesquisador, não se trata de uma difusão do socialismo estatizante (Santos, 2002), mas a experiência de que a distribuição das riquezas ocorrida na esfera da produção (como ocorre em algumas experiências da economia solidária), pode se tornar um exemplo para Governos e empresas de que o combate às desigualdades sociais passa pela distribuição do lucro, na esfera do trabalho.

2. Crise do Trabalho

Foi possível se observar por meio da pesquisa empírica que a crise do trabalho é manifestada na economia solidária por intermédio da precarização do trabalho encontrada nas cooperativas de catadores aqui estudadas. A precarização, como uma das características da crise no Brasil (Antunes, 2008; Rosso, 2008) é observada mesmo nas cooperativas que mantêm relações interinstitucionais com a esfera pública, por meio da política pública (rede política 1) da Coleta Seletiva Solidária.

Além disso, foi possível se perceber o quanto a categoria do trabalho, mesmo se tratando de uma situação de precariedade, é central para organizar a vida social de comunidades (a nível micro), e, portanto, da sociedade como um todo (a um nível macro).

Além disso, como observado na pesquisa, várias das questões sociais (de vulnerabilidade social) estão associadas ou advém por meio da precarização da categoria trabalho na sociedade.

3. A influência da Pessoaalidade nas Desigualdades

Por meio da análise de trajetória das cooperativas foi possível se perceber que a pessoaalidade foi um fator preponderante para a construção de várias das relações interinstitucionais identificadas. Como foi o caso das relações entre líderes e Governadoria do Distrito Federal, no caso da Cortrap e no caso da Coopativa. Essas

relações foram emblemáticas para demonstrar a existência da característica da pessoalidade na esfera do Estado, no Distrito Federal. A característica da pessoalidade presente nas relações entre Governadoria e atores sociais de outras esferas sociais pode ser interpretada também de acordo com o prisma que as Ciências Sociais têm chamado de “cultura política brasileira”. Na qual as noções de paternalismo e clientelismo ainda estão presentes em muitas esferas de governo, ao redor do país, como colocam alguns pensadores.

Dessa característica de pessoalidade presente na interinstitucionalidade envolvendo a Governadoria, também depreende-se algumas conclusões: a da existência de alguns atores centrais quando se trata de acesso a determinados recursos. Da análise dos tipos de redes sociais, pode-se perceber que alguns atores específicos circulam recursos específicos:

- **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES:** acesso a recursos financeiros (créditos, financiamentos);
- **Fundação Banco do Brasil – FBB:** recursos materiais (doação de caminhão, construção de galpões);
- **Governadoria do Distrito Federal:** recursos fundiários (doação de terrenos);
- **Universidade de Brasília – UnB, Universidade Católica – UCB, Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas Empresas – SEBRAE:** recursos técnicos (conhecimento, cursos); Dentre outros exemplos.

É claro que a circulação de recursos por meio dos vínculos estabelecidos com essas atores não se restringe aos recursos específicos citados. Como pôde ser percebido. No entanto, é perceptível que algumas cooperativas que obtiveram acesso a determinados recursos (como o terreno, no caso da Cortrap e da Coopativa) estabeleceram, em algum momento, vínculos com alguns determinados atores.

Além disso, percebe-se uma predominância nas relações interinstitucionais do que chamou Laville (2006) de “solidariedade filantrópica” (principalmente nos primeiros anos das cooperativas, aproximadamente entre os anos de 2002 a 2004). Isto é, verifica-se, ainda, um grau de liberdade e flexibilidade dos atores institucionais públicos estabelecerem relações interinstitucionais com atores da economia solidária. Essa característica ainda é mais presente do que a chamada solidariedade democrática, pautada na idéia de políticas públicas e princípios da lei.

O processo de solidariedade democrática (que seria a construção de relações interinstitucionais baseados pela preponderância de relações impessoais, baseadas em leis e princípios legais) ainda se encontra incipiente. Portanto, a um nível periférico frente às demais formas de interinstitucionalidades.

Observou-se, por exemplo, que a única política pública efetiva para o setor é a Coleta Seletiva Solidária, gerida pela Secretaria Interministerial, situada no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Os mecanismos utilizados por essa política foram: a formulação do Decreto n.5.940 e a formulação da Secretaria Interministerial para implantar as medidas estipuladas no Decreto. Além disso, utilizou-se da tendência das chamadas “redes políticas” para implantação da política pública, com a tendência de participação de outros atores na implantação e execução.

Desse modo, por um lado, a construção da lei proporcionou um caráter impessoalidade. Diminuindo as flexibilidades em termos de critérios (principalmente em relação a instituições dos setores públicos, tende-se a diminuir as relações de pessoalidade, e, conseqüentemente, as desigualdades em termos de distribuição das relações interinstitucionais. No entanto, a influência da pessoalidade apenas tenderia a diminuir e não desaparecer. Uma vez que há a tendência da participação de outros atores (como associações) na formulação e implementação das políticas públicas, a influência da pessoalidade pode se dar nas esferas dos atores de outros setores.

De acordo com essa lógica, entende-se que o processo de solidariedade democrática passa pelo processo de formulação de leis para o setor. E também com a criação de mecanismos capazes de implementar as leis, como foi observado no caso da criação da Secretaria Interministerial para gerir a Coleta Seletiva Solidária.

Nesse sentido, acerca dos interesses das instituições e a criação de espaços políticos como o da Coleta Seletiva Solidária, percebeu-se que, por tais espaços, é que lutam várias instituições no campo das relações interinstitucionais da economia solidária: para a participação em políticas públicas para o setor. Justificando a sua importância enquanto ator social no processo (seja por meio do recurso específico que possui), as instituições públicas lutam para fazerem parte de uma rede política, onde há a circulação de recursos financeiros para a implementação das políticas por parte de um ator central: o Governo (seja Federal ou Distrital, no caso do Distrito Federal). Havendo a vitória na luta das justificativas, as instituições públicas adquirem acessos a recursos, seja da própria instituição, para um determinado setor específico (como, por exemplo, o setor de Responsabilidade Social, como se refere Lobo(2006)), aumentando o seu

prestígio dentro da própria instituição, demandando-se cargos, e aumentando-se as hierarquias, e, portanto, os salários na instituição e no setor específico de tal instituição. As instituições privadas lutam para manterem as relações de pessoalidade, e também de endividamento (sejam eles positivos ou negativos), para que não percam prestígio político dentro da rede econômica, e saiam da cadeia econômica do setor, que, no caso do setor de reciclagem, passa pelo processo de apreciação por parte do poder público, no que se referem a formulação de leis para regulamentação.

7.1. Agenda de Pesquisa

Alguns aspectos que poderiam vir a contribuir para os resultados da pesquisa não puderam ser abordados no presente estudo, em função, primordialmente, das limitações de pesquisa, referidos no capítulo 7. Em função dessas limitações, propôs-se a seguinte agenda de pesquisa, por meio da qual se permitirá a abordagem, por parte de outros pesquisadores que se interessarem pelo tema, de alguns pontos estratégicos percebidos neste estudo, mas que, em função das limitações mencionadas, não puderam ser desenvolvidos aqui. Esses pontos são delineados abaixo:

- A) Aprofundamento na questão da análise das redes sociais e a utilização da teoria das redes sociais enquanto metodologia de análise:

Como fora abordado no estudo, a análise das redes sociais pode ser realizada por intermédio do método quantitativo. O que pode ser uma boa opção para se analisar a questão dos interesses dos atores, em função da circulação de recursos pelas redes. Assim como, para se analisar quantitativamente a idéia dos recursos presentes nas redes. A esse tipo de abordagem está intrínseco o desenvolvimento da perspectiva racional da teoria das redes sociais.

Outro aspecto conceitual a ser desenvolvido no que se refere à análise das redes sociais é o aprofundamento na utilização de termos e idéias como a dos “nós”, “laços fortes”, “laços fracos”, “buracos estruturais” (Granovetter, 2005), a idéia da força dos laços fracos, e análises complementares que podem reforçar a questão da presença de tipos de “capital social” (Lin, 2001; Girard, 2006) nas redes sociais.

Por fim, um aspecto que está em desenvolvimento e já é percebido como tendência é a utilização de softwares desenvolvidos para análises de Redes Sociais. Um

desses, que está em fase de testes, pode ser encontrado no portal Ucinet (www.analytictech.com).

B) Aprofundamento da análise dos interesses mediante o conceito de “campo” de Bourdieu:

Percebeu-se que a questão dos interesses presentes nas relações interinstitucionais e nas redes sociais podem, ainda, ser explorada por intermédio da abordagem do conceito de “campo”, de Bourdieu. Alia-se ao aprofundamento da análise do campo, a construção de um planejamento metodológico, capaz de verificar, mediante pesquisa de campo, interesses que corroborem com a idéia de prestígio institucional interno (na própria instituição, por parte de um setor específico que trabalhe com a questão da responsabilidade social, por exemplo), e externo (entre os atores presentes, pelo monopólio da autoridade e competência técnicas).

Referências Bibliográficas:

Ackoff, Russel (1967). Planejamento de Pesquisa Social. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda.

Andrade, Priscila Maia de (2007). A Economia Solidária é Feminina? Análise da política nacional de Economia Solidária sob a perspectiva de gênero. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília para obtenção do título de mestre em Políticas Sociais.

Andrade, Marinalvo Silva de (2006). “Os desafios da autogestão”. *In*: Streit, Jorge; Mello, Claiton e Rovai, Renato (org.s); 2006. Geração de Trabalho e Renda, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo, 2006, Fundação Banco do Brasil. Publisher Brasil.

ANTEAG (2005). Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia. Vol.2. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão – ANTEAG.

Antunes, Ricardo (org.) (2007). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial.

Antunes, Ricardo (2007). “A era da informatização e a época da informalização: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil”. *In*: Antunes, Ricardo (org.) (2007). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial.

Antunes, Ricardo (1999). Os Sentidos do Trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial.

Antunes (2005), Ricardo, in: Antunes, Ricardo, Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Perdizes/São Paulo, Boitempo Editorial.

Arruda, Marcos (2006). Tornar Real o Possível. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Barbosa, Rosângela N. C. (2007). A Economia Solidária como Política Pública. São Paulo: Cortez Editora.

Batista, Analia e Nunes, Christiane G.F. (1996). “Crise econômica e crise na cultura do trabalho”. Revista *Sociedade e Estado*, Vol. XI, nº2.

Bonafont, Laura Chaqués (2004). Redes de políticas públicas. Madri: Siglo XXI de Espana Editores, S.A.

Bourdieu, Pierre (2007). O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bourdieu, Pierre. (1974). “O Campo Científico”. In: Ortiz, Renato (org.) (2003). A Sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Editora Olho d’Água.

Brown, Janet Welsh (1996): “*North – south cooperation for sustainability*”. In: In: Pirages, Dennis C. [editor] (1996): Building sustainable societies. M.A Sharpe, Inc. Armonk, New York. London, England.

Bursztyn, Macrel (2000). No meio da rua. Rio de Janeiro:Garamond.

Bursztyn, Marcel e Bursztyn, Maria Augusta (2006): “Desenvolvimento Sustentável: biografia de um conceito”. In Nascimento, Elimar e Vianna, João Nildo (orgs.) (2006): Economia, meio ambiente e comunicação. Rio de Janeiro: Editora Garamound Ltda..

Caillé, Alain, (2004); “A Sociedade Mundial no Horizonte”. in Nunes, Brasilmar e Martins, Paulo H.(orgs). A nova ordem social - Perspectivas da Solidariedade Contemporânea. Barsília: paralelo 15.

Campelo, Estênio (2005). Cooperativas de Trabalho: relação de trabalho. Brasília: Editoria Brasília Jurídica.

Carelli, Rodrigo L. (2007). “Terceirização e direitos trabalhistas no Brasil”. In: Druck, Graça e Franco, Tânia (2007) A Perda da Razão Social do Trabalho – terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo Editorial.

Castel, Robert (1998); As metamorfoses da questão social; Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Castells, Manuel (2001). A sociedade em rede. Vol.1. São Paulo: Paz e Terra.

Cattani, Antonio D. (2008). “Apresentação”. *In*: Rosso, Sadi Dal (2008). Mais Trabalho! São Paulo: Boitempo Editorial.

Crúzio, Hlenon de Oliveira (2006). Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento. Editora FGV. Brasil.

França-Filho, Genauto, C. (2006). “Políticas Públicas de economia solidária no Brasil”. *In*: França-Filho, Genauto C.; Laville, Jean-Louis; Medeiros, Alzira e Magnen, Jean-Philippe (2006). Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

França Filho, Genauto C. (2004); “Dádiva e Economia Solidária”. *in* Nunes, Brasilmar e Martins, Paulo H.(orgs). A nova ordem social - Perspectivas da Solidariedade Contemporânea. Barsília: paralelo 15.

França-Filho, Genauto C. e Laville, Jean-Louis (2004). Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS

Gaiger, Luiz Inácio (2006). “A Economia Solidária e Espaço Público”. *In*: França-Filho, Genauto C.; Laville, Jean-Louis; Medeiros, Alzira e Magnen, Jean-Philippe (2006). Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Gaiger, Luiz I. (2006). “A Racionalidade dos Formatos Produtivos Autogestionários”. *In*: Revista Sociedade e Estado. Vol. 21. n. 2. p. 513 – 545. maio-ago./2006.

Gaiger, Luiz Inácio (2004). “A Economia Solidária e o Projeto de *Outra Mundialização*”. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 4, 2004, pp. 799 a 834.

Gaiger, Luiz Inácio (2003). “A economia solidária diante do modo de produção capitalista”. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003

Girard, Christiane (2006). “Integração e Capital Social a partir de uma reflexão sobre Políticas de Trabalho no Campo da Economia Solidária”. In: França-Filho, Genauto C.; Girard, Christiane (2004). “Os elos horizontais da economia solidária”. In: Nunes, Brasilmar e Martins, Paulo H.(orgs). A nova ordem social - Perspectivas da Solidariedade Contemporânea. Barsília: paralelo 15.

Girard, Christiane (2002). “Cooperativas: uma possível transformação identitária para os trabalhadores do setor informal?”; in Revista Sociedade e Estado; vol. 16; p. 154-168.

Goodi, Willam J. (1960). Métodos em Pesquisa Social. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Goodstein, Eban S. (1995): Economics and eniornment. Pretence-Hall, Inc. A Simon & Schuster Company. Englewood Cliffs, New Jersey.

Gonçalves, José Aparecido (2006). “Onde uns só vêem lixo, também há trabalho e renda. In: Streit, Jorge; Mello, Claiton e Rovai, Renato (org.s); 2006. Geração de Trabalho e Renda, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo: Fundação Banco do Brasil. Publisher Brasil.

Granovetter, Mark (2005). “*The impact of social structure on economic outcomes*”. *Journal of Economic Perspectives* – Vol. 19, Number 1, pages 33 – 50.

Haddad, Fernando; Antunes, Ricardo; Mauro, Gilmar e Carneiro, Gilmar (2003). Sindicados, Cooperativas e Socialismo. São Paulo: Editora Perseu Abramo.

Hirata (2002), Helena, Capítulos 10 e 11, in: Hirata, Helena (2002). Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo, Editorial Boitempo,

Holanda, Sérgio B. (2008). Raízes do Brasil. São Paulo: Editora Schwarcz.

Jackson, Mathew O. (2008)²¹. “*The study of social networks in economics*”. Prepared for “*The missing links: formation and networks*”.

Kirsch, Rosana (2007). Incubação de empreendimentos da economia solidária e as implicações das relações de reciprocidade. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Kleiman, Fernando (2006). “SENAES e Fundação Banco do Brasil: parceria que fortalece a economia solidária”. In: Streit, Jorge; Mello, Claiton e Rovai, Renato (org.s); 2006. Geração de Trabalho e Renda, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo, 2006, Fundação Banco do Brasil. Publisher Brasil.

Laville, Jean-Louis (2006). “Ação Pública e Economia: Um Quadro de Análise”. In: França-Filho, Genauto C.; Laville, Jean-Louis; Medeiros, Alzira e Magnen, Jean-Philippe (2006). Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Laville, Jean-Louis e Nyssens, Marthe (2004). “Empresas sociais: Rumo a uma abordagem teórica”. In: in Nunes, Brasilmar e Martins, Paulo H.(orgs). A nova ordem social - Perspectivas da Solidariedade Contemporânea. Barsília: paralelo 15.

²¹ Artigo sem referência de data, editora e outras, apresentado na disciplina “Sociologia Política: Redes de Políticas Públicas”, ministrada pelos Professores Drs. Arthur Trindade e Paulo Calmon, no 2º período letivo de 2007, do Programa de Pós – Graduação (Mestrado) do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – UnB.

Laville, Jean-Louis (2004). “Com Mauss e Polanyi, rumo a uma teoria da economia plural”. In Nunes, Brasilmar e Martins, Paulo H.(orgs). A nova ordem social - Perspectivas da Solidariedade Contemporânea. Barsília: paralelo 15.

Lechat, Nöelle M.P. (2002). “As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil”. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002.

Lima, Jacob C. (2007). “O trabalho em cooperativas: dilemas e perspectivas”. In: Druck, Graça e Franco, Tânia (2007) A Perda da Razão Social do Trabalho – terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo Editorial.

Lin, Nan (2001). Social Capital: a theory of Social Structure and Action. Cambridge University Press.

Lobo, Cínara G.A. (2006). Por que as empresas investem em responsabilidade social? Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Macías, Alejandro G. (2002). “Redes Sociales e “clusters” empresariales”. In: REDES - Revista hispana para el análisis de redes sociales. Vol.1, janeiro, 2002.
<http://revista-redes.rediris.es>

Magera, Márcio (2003). Empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade. Campinas: Editora Átomo.

Mance, Euclides A. (2000). “Economia Solidária: experiência no Paraná”. Seminário Catarinense de Economia Solidária. Florianópolis, maio de 2000.
www.milenio.com.br/mance/balanco1999.htm

Mauro, Brenno G.S. (2006). Emancipação social: um estudo etnográfico de duas Cooperativas de Catadores de Lixo do Distrito Federal. Monografia de graduação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Mauro, Túlio G.S. (2008). Mudança Organizacional Radical e Institucionalismo: Teste Empírico de Modelo para Transformação Organizacional. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília.

Mauss, Marcel. (1974). “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In Levi-Strauss, Claude.. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo : Edusp.

Mascio, Carlos C. (2002). Incubadora de Cooperativas Populares: uma alternativa à precarização do trabalho. In: “Economia Solidária. VOL.1”.

Miller, Alan S. (1996): “*Corporation as agents for a sustainable society*”. In: Pirages, Dennis C. (editor) (1996): *Building sustainable societies*. M.A Sharpe, Inc. Armonk, New York. London, England.

Medeiros, Marcelo (2003). O que faz os Ricos ricos? um estudo sobre fatores que determinam a riqueza. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Nascimento, Elimar (2000): “Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários”. In Bursztyn, Marcel (2000). No Meio da Rua: nômades, excluídos e viradores. Editora Rio de Janeiro: Garamound.

Nunes, Brasilmar F. e Mauro, Brenno G.S. (2008). “Contexto Sócio – Cultural”. In: GDF (2008): Águas Emendadas. Brasília: SEMARH, GDF.

Nunes, Brasilmar F. e Martins, Paulo H.(orgs). A nova ordem social - Perspectivas da Solidariedade Contemporânea. Barsília: paralelo 15.

Nunes, Brasilmar F. (2003). Sociedade e Infância no Brasil. Brasília: Editora UnB.

Offe, Claus, (1989). Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”. Rio de Janeiro. Ed. Tempo Brasileiro.

Ortiz, Renato (2003). A Sociologia de Bourdieu. São Paulo: Editora Olhos d’Água.

Paugam, Serge (1999); “O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais”; *in* Sawaia, Bader (org.) (2002); As Artimanhas da Exclusão. Editora Vozes.

Pereira, Camila Potyara (2008). Rua sem Saída: Um estudo sobre a relação entre o Estado e a População de Rua de Brasília. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília para obtenção do título de mestre em Políticas Sociais.

Pinho, Diva B. (1991). As grandes coordenadas da memória do cooperativismo brasileiro (Vol.II): avaliação do cooperativismo e modernização da agricultura cooperativista. Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

Pochman. Márcio (2007). “Desempregados do Brasil”. *In*: Antunes, Ricardo (org.) (2007). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial.

Pochman, Márcio (org.) (2002). Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Powell, Walter (1990). “*Neither market nor hierarchy: network forms of organization*”. *Resarch in organization behavior*, Vol. 12, pages 295 – 336.

Polanyi, Karl (2000); A grande transformação – as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campos.

Rodriguez, Cezar (2002). “Á procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia”; *in* Santos,

Boaventura Souza (org.) (2002); Produzir para Viver – os caminhos da economia não – capitalista; Editora Civilização Brasileira.

Rosso, Sadi Dal (2008). Mais Trabalho! São Paulo: Boitempo Editorial.

Santos, Boaventura S.(org.) (2002). Produzir para Viver – os caminhos da economia não capitalista. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Silva, Maria Lúcia Lopes da (2006) Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno da População em Situação de Rua no Brasil 1995 – 2005. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília para obtenção do título de mestre em Políticas Sociais.

Silva (2003), Luiz A. M., “Capítulo 6 - Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento”, in: Santana, Marco A. & Ramalho, José R. (orgs.) (2003). Além da Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. Perdizes/São Paulo: Boitempo Editorial.

Singer, Paul. (2006). “A experiência da SENAES”. *In*: França-Filho, Genauto C.; Laville, Jean-Louis; Medeiros, Alzira e Magnen, Jean-Philippe (2006). Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Singer, Paul (2006). “O desafio é criar cadeias produtivas”. *In*: Streit, Jorge; Mello, Claiton e Rovai, Renato (org.s); 2006. Geração de Trabalho e Renda, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo, 2006, Fundação Banco do Brasil. Publisher Brasil.

Singer, Paul (2004). “Prefácio”. *In*: França-Filho, Genauto C. e Laville, Jean-Louis (2004). Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS

Singer, Paul (2002). Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Perseu Abramo.

Singer, Paul. (2002); “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”. *in*: Santos, Boaventura S.(org.). Produzir para Viver – os caminhos da economia não capitalista. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Singer, Paul e Souza, André R. (orgs.) (2000). A Economia Solidária no Brasil – autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Editora Economia Contexto.

Singer, Paul (1973) “Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo”. *In* Singer, Paul (1973) Economia Política da Urbanização. São Paulo: Ed. Brasiliense ..

SENAES (2005). Atlas da economia solidária no Brasil. Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Schiochet, Valmor (2006). “Prefácio”. *In*: França-Filho, Genauto C.; Laville, Jean-Louis; Medeiros, Alzira e Magnen, Jean-Philippe (2006). Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Silva, Pedro H.I. (2007). Análise das Relações Reciprocitárias em Cooperativas de Catadores de Lixo de Brasília. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Streit, Jorge Alfredo (2006b): Análise de três empreendimentos econômicos solidários do setor da reciclagem no Distrito Federal: referência para atuação das referências de apoio. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social do Trabalho da Faculdade de Administração, Contabilidade e Ciência da Informação – FACE, da Universidade de Brasília.

Streit, Jorge (2006a). “A estratégia de intervenção da Fundação Banco do Brasil em cadeias produtivas”. *In*: Streit, Jorge; Mello, Claiton e Rovai, Renato (org.s); 2006. Geração de Trabalho e Renda, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo, 2006, Fundação Banco do Brasil. Publisher Brasil.

Taulie, José Ricardo e Debaco, José Scotti (2002). Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. *In*: “Economia Solidária. VOL.1”.

Todeschini, Remigio,(2000); “Empreendimentos Solidários em expansão”; *in*: Guimarães, Gonçalo (org.); Sindicalismo e Cooperativismo – A Economia Solidária em debate – Transformações no Mundo do Trabalho. Unitrabalho.

Verardo, Luigi,(2004); “Transformações no Mundo do Trabalho e Economia Solidária”; ago. 2004; *in*: *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*; IPEA; vol.24, ago. 2004.

www.unisolbrasil.org.br (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários): consulta realizada em abril de 2009.

www.mtecbo.gov.br (Ministério do Trabalho e Emprego / Classificação Brasileira de Ocupações): consulta realizada em abril de 2009.

Anexos:

Anexo 1: Lista de contato das cooperativas e classificação quanto “situação”

NOME	LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO
AMBIENTE - Assoc. de Ambientalistas da Vila Estrutural	Vila Estrutural - DF (ATER.SANITÁRIO)	Sem galpão, opera no aterro sanitário.
ASTRADASM – Assoc. dos Trabalhadores dos Recicladores, Desenv. Agrícola de Santa Maria	Santa Maria - DF	Sem galpão, sem caminhão, tem lote.
AGEPLAN - Associação dos Agentes Ecológicos da Vila Planalto	Vila Planalto - DF	Sem galpão, sem caminhão.
100 DIMENSÃO – Coop. de Coleta Seletiva e Recic. Res. Sól. Formação em Educ. Ambiental –	Riacho fundo II - DF	Tem galpão, caminhão e outros equipamentos.
CORTRAP - Cooperativa de Produtores e Trabalho de Reciclagem	Vila Estrutural - DF	Galpão em construção, tem caminhão.
APCORC – Assoc. Pré Cooperativista da Ceilândia -	Ceilândia - DF	Funciona na Usina da Ceilândia.
CATAGUAR - Associação dos Catadores do Guará.	Ceilândia - DF	Funciona na Usina da Ceilândia.
CATAMARE - Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis do DF.	Ceilândia - DF	Não tem nenhuma estrutura.
FUNDAMENTAL - Coop. de Catadores de Mat. Recicláveis com Form. Educ. Ambiental.	Planaltina - DF	Tem galpão precário.
SUPERAÇÃO - Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis do Recanto das Emas	Recanto da Emas - DF	Tem galpão, não tem caminhão.
APCORB - Associação Pré Cooperativista de Catadores de Res. Sólidos de Brasília – L4 Sul	L4 Sul	Funciona na Usina da L4 Sul.
Grupo de Taguatinga - RECICLO	Pistão Sul	Não tem nenhuma estrutura.
COOPERNOES - Cooperativa de Materiais Recicláveis Nova Esperança	Estrutural	Atua em área de proteção ambiental .
ACOBRAZ	Brazlândia	
COOPATIVA	Setor de Inflamáveis	

Fonte: Centcoop.

Anexo 2: Roteiros utilizados nas entrevistas

O primeiro roteiro foi aplicado na primeira entrevista realizada da pesquisa de campo (junto ao líder da Superação, Assis).

- Fale um pouco da sua vida;
- Como foi que teve início a cooperativa?
- Com quem vocês se relacionam?
- Como foi que iniciou esse processo? Em que data?
- Como está a cooperativa hoje?
- Como está a relação da cooperativa com outras cooperativas?
- Como está a relação entre a cooperativa com o governo?
- Com quais instituições a cooperativa possui relação?
- Como está a relação da cooperativa com as instituições?

O segundo roteiro, utilizado nas três entrevistas posteriores.

- Em que ano foi fundada a cooperativa?
- Como foi o processo de formação da cooperativa? E como foi a sua participação nesse processo?
- Quais são as principais atividades desenvolvidas pela cooperativa? Como acontecem essas atividades desde a coleta até a venda?
- Fale um pouco da cooperativa, desde o seu início até os dias de hoje.
- Fale da relação da cooperativa com o governo. Com as empresas, e Ong's.
- Alguma atividade da cooperativa é influenciada pela relação que a cooperativa possui com o governo, ou com alguma associação, ou ong? Por exemplo, na aquisição de algum material de coleta, ou na organização da cooperativa?
- Quais são essas instituições e a influência de cada uma nesse processo? (do Governo: secretaria ou ministério, etc.; empresa, associação, instituto etc.)
- Como você vê, hoje, a relação da cooperativa com essas instituições (Governo, empresas, ong's)?